



**Sérgio Miguel Barros de Sousa      Os Sistemas de Incentivo e as Estratégias das PME**



**Sérgio Miguel Barros  
de Sousa**

## **Os Sistemas de Incentivo e as Estratégias das PME**

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizado sob a orientação científica do Doutor Joaquim da Costa Leite, Professor Associado com Agregação do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais, por me darem uma oportunidade que nunca tiveram, ao meu irmão e aos meus amigos pelo apoio incondicional e por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis dando motivação para continuar.

## **O júri**

Presidente	Prof. Doutora Celeste Maria Dias de Amorim Varum Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro
Arguente Principal	Prof. Doutor Egas Manuel da Silva Salgueiro Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro
Orientador	Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro

## **Agradecimentos**

Um agradecimento especial ao Doutor Joaquim da Costa Leite, pela oportunidade que me deu em trabalho com uma pessoa tão distinta e com um amplo conhecimento, em diversas áreas. Pela disponibilidade que teve sempre comigo e pelas suas análises críticas cujo rigor científico me enriqueceu.

**Palavras-chave**

Teorias Económicas, Estado, IAPMEI, QREN, Sistemas de Incentivo, PME, Estratégias.

**Resumo**

O presente relatório de estágio pretende mostrar a importância dos sistemas de incentivo na concretização das estratégias das PME. Começa-se por uma síntese sobre as teorias económicas relacionadas com a intervenção do estado na economia e a sua evolução ao longo da história.

Posteriormente caracterizam-se os fundos comunitários e apresenta-se o percurso que tomam os fundos comunitários, até se materializarem nos sistemas de incentivo, sobressaindo portanto a função do Quadro de Referência Estratégico Nacional como o orientador destes fundos. A evolução dos concursos aos sistemas de incentivo reflecte de alguma forma a estratégia que o governo pretende para as PME. Deste modo, algumas PME coincidiram as suas estratégias com as definidas pelos sistemas de incentivo.

.

**Keywords**

Economic Theories, State, IAPMEI, NSRF, Incentive System, SME, Strategies.

**Abstract**

This report intends to demonstrate the importance of incentive systems in the implementation of strategies in SME. It starts with an overview of economic theories related with state interventions in the economy, and its evolution throughout history.

After, community funds are characterized and presented the flux they take, to materialize in incentive systems, gaining therefore the function of National Strategic Reference Framework as advisor of these funds. The evolution of contests to incentive systems reflects somehow the strategy that the Government intends for SME. Thus, some SME coincided their strategies with those defined by incentive systems.

# Índice

1. Introdução .....	4
2. Enquadramento com a teoria económica – “A intervenção do Estado na economia” .....	6
3. O Estado .....	11
4. IAPMEI .....	14
4.1. História .....	14
4.2. Missão .....	15
4.3. Áreas de Intervenção .....	15
4.4. Enquadramento do estágio .....	16
5. Fundos Comunitários.....	18
5.1. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - Fundo Social Europeu - Fundo de Coesão .....	18
5.2. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.....	20
5.3. Fundo Social Europeu .....	23
5.4. Fundo de Coesão .....	25
6. Quadro de Referência Estratégico Nacional.....	26
7. Programa Operacional Factores de Competitividade .....	31
8. Sistemas de Incentivo .....	36
8.1. Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico .....	36
8.2. Sistema de Incentivo à Inovação .....	39
8.3. Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização de PME .....	43
9. Evolução dos concursos ao Sistema de Incentivos.....	48
9.1. Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico .....	48
9.2. Sistema de Incentivos à Inovação .....	49
9.3. Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização de PME .....	52
9.4. Considerações Finais.....	54
9.5. Caso Prático: Exemplos de Empresas .....	56
9.5.1. Exemplo 1: Empresa “A” .....	57
9.5.2. Exemplo 2: Empresa “B” .....	58
9.5.3. Exemplo 3: Empresa “C” .....	59
9.6 Outros dados relevantes sobre os sistemas de incentivos .....	61



10. Conclusão .....	69
11. Bibliografia.....	72
Anexos.....	75
Anexo I: .....	75
Atribuição Financeira Indicativa Anual por Fundo e Programa Operacional - Total.....	75
Anexo II: .....	75
Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelas Portarias n.ºs 711/2008, de 31 de Julho, e 353 -B/2009, de 3 de Abril.....	75
Anexo III: .....	95
Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -C/2009, de 3 de Abril.....	95
Anexo IV:.....	111
Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril. ....	111

## Índice de Figuras

Figura 1: Despesa Total do Governo Português, % PIB (2000-2010) .....	13
Figura 2 - Plano Financeiro do PO Factores de Competitividade por Eixos Prioritários e Fontes de Financiamento (Euros, Preços Correntes).....	35
Figura 3 - Quadro Resumo dos Concursos aos Sistemas de Incentivos.....	55
Figura 4 - Dados Económicos da Empresa “A” .....	57
Figura 5 - Dados Económicos da Empresa “B” .....	58
Figura 6 - Dados Económicos da Empresa “C” .....	60
Figura 7: Candidaturas aos Sistemas de Incentivo por fase, 2007-2010 .....	62
Figura 8: Candidaturas e Aprovações por sistema de incentivo, 2007-2010 .....	62
Figura 9: Evolução da dotação inicial dos concursos por sistema de incentivo.....	63
Figura 10: Apoios dos sistemas de incentivo, por medida e sector de actividade, 2007-2010 .....	63
Figura 11: Apoios dos sistemas de incentivo, por agrupamento sectorial, 2007-2010 .....	64
Figura 12: Distribuição do investimento elegível apoiado por tipologia de investimentos .....	65
Figura 13: Apoios à I&DT e à Inovação, nos sistemas de incentivo, por medida, 2007-2010 .....	66
Figura 14: Apoios à I&DT e à Inovação, nos sistemas de incentivo, por medida, 2007-2010 .....	66
Figura 15: Apoios directos à internacionalização, 2007-2010 .....	67
Figura 16: Apoios a projectos de internacionalização no sistema de incentivo à qualificação PME, por agrupamento sectorial, 2007-2010.....	67
Figura 17: Evolução da intensidade exportadora das empresas beneficiárias, por tipologia de intervenção, 2007-2010 .....	68

# 1. Introdução

O presente relatório tem como objectivo dar a conhecer os fundos comunitários, o Quadro de Referencia Estratégico Nacional (QREN), os sistemas de incentivo e por fim as estratégias das PME aliadas aos sistemas de incentivo.

O conhecimento presente dos sistemas de incentivo resulta do estágio realizado no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central (PEPAC).

O estudo vai focar-se essencialmente nos sistemas de incentivo, e na sua evolução ao longo deste quadro comunitário que começou em 2007.

No primeiro capítulo começa com uma síntese sobre as teorias económicas relacionadas com a intervenção do estado na economia e a sua evolução ao longo da história. No capítulo seguinte são identificadas as principais funções/objectivos do estado e apresentam-se dados sobre os gastos públicos nos últimos dez anos.

O capítulo seguinte apresenta o Instituto onde foi desenvolvido o estágio, IAPMEI, I.P. dando a conhecer a sua missão, as suas funções e áreas de intervenção.

No capítulo cinco são expostos os fundos comunitários, composto pelos fundos estruturais (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER e pelo Fundo Social Europeu) e pelo Fundo de Coesão. Deste modo é dado a conhecer cada fundo separadamente, com os seus objectivos, identificando-se assim as suas finalidades.

O QREN é apresentado no capítulo seguinte, sendo identificadas primeiramente as principais dificuldades do país, alguns dos motivos que justificam o atraso de Portugal em relação ao resto na Europa, para posteriormente ser exposto as medidas necessárias para o país convergir mais rapidamente para o resto da Europa com o apoio dos fundos. Só tendo presente os constrangimentos do país se consegue planear e orientar os fundos comunitários, e assim obter o melhor aproveitamento dos mesmos.

No capítulo sete é dado a conhecer o Programa Operacional Factores de Competitividade por se tratar do programa operacional que mais directamente apoia as PME e sua importância nos sistemas de incentivo.

No capítulo seguinte são apresentados os sistemas de incentivo, ou seja, o Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, o Sistema de Incentivo à

Inovação e por fim o Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização de PME, dando a conhecer a sua aplicabilidade e o seu objectivo.

O capítulo nove mostra a evolução dos concursos aos sistemas de incentivo, evidenciando desta forma as orientações que QREN e o próprio estado de forma indirectamente pretendem para as PME no futuro. Qual o caminho que as PME devem seguir? Neste ponto veremos também como algumas PME nas suas estratégias de crescimento se apoiaram nos sistemas de incentivo. Apresenta-se ainda um conjunto de dados que explicam a importância dos sistemas de incentivo, evidenciando o seu impacto nas PME.

Por fim, apresentam-se as principais conclusões do estudo.

## 2. Enquadramento com a teoria económica – “A intervenção do Estado na economia”

A história económica sobre a temática da intervenção do estado na economia tem sofrido desenvolvimentos e alterações ao longo do tempo e muito foi escrito e publicado, mas o que se propõe aqui é uma breve síntese fazendo referência aos principais autores.

Até ao início do século XX, os economistas acreditavam que a economia se corrigia automaticamente: havendo desemprego, os salários desceriam, as empresas iriam procurar mais trabalhadores e o desemprego acabaria por desaparecer<sup>1</sup>. Esta ideia tendo por base a teoria clássica, inspirada por Adam Smith, defendia de uma forma geral a não intervenção do estado na economia. Para este autor a verdadeira fonte de riqueza era o trabalho.

Outro autor de referência é David Ricardo sendo considerado um dos principais representantes da economia política clássica, exerceu grande influência tanto nos economistas neoclássicos como nos economistas marxistas, o que revela a sua importância. Os temas presentes nas suas obras incluem a teoria do valor – no qual afirma que o valor de um bem é determinado de acordo com o trabalho necessário a sua produção; e as vantagens comparativas – no qual defende a livre competição no comércio internacional, com a especialização dos países na produção de determinados bens, o que beneficiaria compradores e vendedores<sup>2</sup>.

Do pensamento da teoria clássica o papel do Estado está limitado a desempenhar um papel passivo como agente económico, ou seja, um sistema económico livre encarrega-se de realizar a distribuição óptima dos recursos, maximizando a produção e oferecendo emprego a população trabalhadora.

Relativamente à política orçamental, os clássicos defendiam que o papel do Estado se deveria limitar a assegurar a produção dos bens públicos que o sector privado não oferecia e a intervir no sentido de corrigir assimetrias flagrantes na repartição do rendimento segundo os critérios de equidade defendidos pela sociedade, financiando as despesas sobretudo com impostos, pois segundo a visão clássica a política orçamental é desapropriada.

---

<sup>1</sup> Adam Smith (1723-1790) – “A Riqueza das Nações” (1776) – a ideia de uma mão invisível

<sup>2</sup> Algumas das principais obras de David Ricardo: *O alto preço do ouro, uma prova da depreciação das notas bancárias* em 1810; *Ensaio sobre a influência de um baixo preço do cereal sobre os lucros do capital* em 1815; e *Princípios de Economia Política e Tributação* em 1817;

Com o colapso da Bolsa de Nova Iorque em 24 de Outubro de 1929, na chamada “Terça-Feira Negra”, que se expandiu a nível mundial e deu origem a uma crise bancária e monetária, á uma enorme queda na produção, aliada à uma descida dos preços e ao aumento do desemprego.

A teoria económica “clássica” até então dominante, na altura não conseguia justificar a existência de taxas de desemprego demasiado elevadas para época e muito menos fornecer soluções para ultrapassar o problema. Para os economistas “Clássicos” a rigidez do salário era a principal explicação para o desemprego. No entanto, a realidade mostrava que a par com o crescimento do desemprego se tinha verificado uma descida salarial generalizada, o que colocava em dúvida a anterior teoria.

Assim, John Maynard Keynes, economista britânico, com a sua obra “*Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*”<sup>3</sup>, evidenciou-se por defender ideias, relativamente ao funcionamento da económica, radicalmente diferentes das defendidas pelos “Clássicos”.

Segundo Keynes, a principal lacuna dos “Clássicos” era a não existência de uma teoria de procura agregada. Para que as empresas pudessem vender toda a sua produção era necessário que os rendimentos gerados na produção fossem aplicados em procura agregada, ou seja, a poupança deveria igualar o investimento, no entanto esta igualdade não está garantida à partida, pois os agentes que poupam não são os mesmo que investem sendo as suas motivações diferentes.

O investimento necessário para absorver a poupança traduz-se num aumento de stock de capital e consequentemente num aumento da capacidade produtiva da economia, a qual as empresas vão utilizar para aumentar a produção e o rendimento no período seguinte. No entanto este aumento do rendimento reflecte-se, também num aumento da poupança exigindo uma nova subida do investimento, a qual Keynes não aceitava que fosse automática. Assim à medida que o rendimento aumentava, os indivíduos seriam induzidos a poupar cada vez mais, o que significava que o investimento teria de crescer a taxas crescentes de forma a manter o equilíbrio. O problema surge quando a possibilidade de encontrar investimentos lucrativos é cada vez mais difícil, pois as oportunidades de investimento do sector privado não são ilimitadas. Perante uma poupança superior ao investimento as empresas começam a ter menos clientes e grandes quantidades de bens não vendidos. Como consequência, as empresas revêem em baixa os seus planos de produção

---

<sup>3</sup> Obra publicada em 1936

para o período seguinte, despedindo trabalhadores, reduzindo a produção e fazendo decrescer o rendimento e com ele a despesa em bens e serviços. Isto torna-se num processo multiplicador em que a produção diminui continuamente aumentando o desemprego. Este processo termina quando a redução no rendimento tiver originado uma queda na poupança suficiente para compensar a diminuição no investimento.

A legitimidade da intervenção do Estado com o objectivo de estabilizar a economia foi em termos de política económica, o principal aspecto da Revolução Keynesiana.

Neste sentido, o Estado é chamado a intervir para corrigir as insuficiências do sistema de mercado, com o intuito de diminuir o desemprego involuntário e aumentar a produção<sup>4</sup>.

No curto prazo o Estado pode intervir na procura efectiva, através de duas vias: a fiscal ou a monetária. Através da política fiscal, o Estado pode reduzir os impostos sobre o rendimento privado e assim promover o consumo, componente importante da procura efectiva. O outro caminho, mais directo, é o próprio Estado aumentar a despesa pública.

Assim se rompeu com o “tabu” do orçamento equilibrado do governo<sup>5</sup>, se fosse necessário, o governo deveria imprimir dinheiro novo para elevar o processo de aumento dos gastos, e obter os resultados desejados: diminuir o desemprego involuntário e tirar a economia do ciclo depressivo.

Pouco tempo depois surgiu a escola Monetarista (a primeira vaga do chamado movimento Neo-clássico), com Milton Friedman<sup>6</sup>, a defender que na prática, a política activista do Estado pode acabar por ampliar as flutuações, pois a política Keynesiana não movimentada a economia (não gera crescimento) é inflacionária. Gera variação nos preços e não variação da riqueza.

Para os Monetaristas, os efeitos das medidas de política orçamental, quando financiadas com dívida não monetária (a despesa do Estado é financiada recorrendo à venda de títulos da dívida pública – política orçamental pura), o impacto sobre a procura agregada e o produto real e nominal seriam pouco expressivos e transitórios.

Assim as variações da actividade económica explicam-se pelas variações de oferta de moeda e não pelas variações de investimento. Seria inútil e prejudicial a intervenção do governo no desenvolvimento da económica por meio de despesas em investimentos.

---

<sup>4</sup> Defaud, 1988

<sup>5</sup> Defaud, 1988

<sup>6</sup> Na obra “The effects of full-employment policy on economic stability” em 1953

A abordagem dada do lado Neo-Clássico, através da Teoria das Expectativas Racionais de Robert Lucas<sup>7</sup> no qual se introduz o comportamento individual otimizador, através da incorporação das expectativas racionais em vez do pressuposto da informação perfeita dos clássicos, ou seja, os agentes iriam utilizar toda a informação disponível de modo racional, de forma a evitar cometer erros sistemáticos. Os diversos agentes económicos, observando as diversas acções do Estado, ajustam-se de modo instantâneo e automático, pois já possuem um conhecimento do impacto de tais medidas, os mercados equilibram-se imediatamente.

Partindo dos mesmos pressupostos da Teoria das Expectativas Racionais, surge a Teoria dos Ciclos Económicos Reais<sup>8</sup>, que defende à semelhança de Keynes que os choques na política orçamental têm efeitos reais na economia, embora a explicação de como esta política afecta o nível de produto e de emprego seja diferente. Afirmam ainda que o governo não deve intervir no sentido de estabilizar a economia, pois argumentam que os ciclos económicos resultam de decisões óptimas, logo eficientes, dos agentes económicos a “choques reais exógenos”.

A teoria do Neo-Keynesiano<sup>9</sup>, surge como contrapondo crítico aos modelos Neo-Clássicos, mas ambos aceitam o pressuposto que os agentes económicos são agentes “otimizadores” e que as expectativas são racionais, mas desenvolvem modelos nos quais os mercados não atingem rapidamente o equilíbrio clássico total e os preços dos salários não se ajustam automaticamente de forma que os ajustamentos perante a ocorrência de “choques exógenos” não se podem fazer pelas quantidades e pelos preços, como defendido pelos Neo-Clássicos.

Os Neo-Keynesianos investigam aquilo que acreditavam ser o aspecto essencial da teoria de Keynes: rigidez de preços e salários.

Assim, os economistas Neo-Keynesianos acreditam, tal como Keynes, que os preços e os salários não são flexíveis no sentido Neo-clássico, mas também não são constantes, ajustam-se de modo gradual e irregular aos choques que afectam a economia. Relativamente às implicações de política orçamental, é de salientar que esta corrente não acreditava necessariamente no facto desta política ser desejável, no entanto a existência de

---

<sup>7</sup> Em “Expectations and the neutrality of money”, 1972

<sup>8</sup> Edward Prescott, 1986

<sup>9</sup> Contributo de Gregory Mankiw, 1985



imperfeições nos mercados leva-a a admitir que a intervenção governamental poderia, potencialmente, melhorar a afectação dos recursos.

Independentemente de quem tem razão, é importante perceber que a volatilidade do PIB cria desemprego, descida de salários, sendo este transitório. Por outro lado, o impacto desta volatilidade pode ser aligeirada com a introdução de mecanismo específicos para proteger as pessoas mais expostas às crises como subsídios de desemprego e políticas sociais.

### 3. O Estado

O Estado é composto por varias entidades, sendo que o sector público administrativo é composto pelos membros e órgãos administrativos dos três poderes políticos nacionais, os membros e órgãos administrativos das assembleias e governos regionais e municipais.

Falta ainda acrescentar as empresas do Estado, o chamado sector empresarial público que é composto, por empresas com ou sem fins lucrativos, que cobrem vários sectores de actividade.

O que distingue o Estado dos restantes agentes económicos são os objectivos e instrumentos que podem usar.

Nos países de economia mista de mercado atribuem-se as seguintes funções-objectivos:

- Desenvolvimento económico, onde está implícito o crescimento económico a parte material necessária para o desenvolvimento, tais como infra-estruturas físicas, organização administrativa, comunicações e recursos financeiros.
- Redistribuição do rendimento, constitui outra tarefa importante do Estado. Existem várias políticas de repartição funcional do rendimento bastante discutíveis, mas concordam que a tarefa compete ao Estado. Este pode realizar transferências (fluxos financeiros) para as famílias mais pobres, para as empresas em crise, para regiões mais atrasadas, ou pode modificar os preços dos bens ou dos factores através de actos de administrativos (por exemplo: salário mínimo), impostos indirectos ou subsídios.
- Assegurar um alto nível de emprego, entende-se no sentido de assegurar trabalho remunerado aos cidadãos potencialmente activos.
- Estabilidade de preços, os governos tentam se não eliminar pelo menos reduzir as taxas de inflação, pois as consequências da inflação, principalmente a sua aceleração, são negativas.
- Preservar os equilíbrios naturais da economia é uma tarefa genérica do estado. A ideia é que o equilíbrio orçamental assim como o equilíbrio da balança de pagamentos, não podem estar muito tempo em desequilíbrio.
- Preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, pois a industrialização tende a esgotar os recursos naturais e a poluir o ambiente.

O Estado tem ao seu dispor um conjunto alargado de instrumentos, sendo que os meios de acção de acção económica agrupam-se em quatro sectores: política orçamental; política monetária; empresas públicas e regulamentações.

A política orçamental diz respeito às receitas e às despesas do Estado e ao seu saldo. Assim do lado das receitas tem-se essencialmente os impostos, do lado das despesas são principalmente correntes, como por exemplo a burocracia do Estado e a prestação de serviços correntes, outra parte da despesa é realizada em formação de capital fixo, principalmente infra-estruturas físicas.

A política monetária faz parte dos instrumentos do Estado na medida em que o banco central não tem grande autonomia, mesmo quando têm existe uma colaboração entre ambos. Actualmente Portugal está sujeito as decisões do Banco Central Europeu.

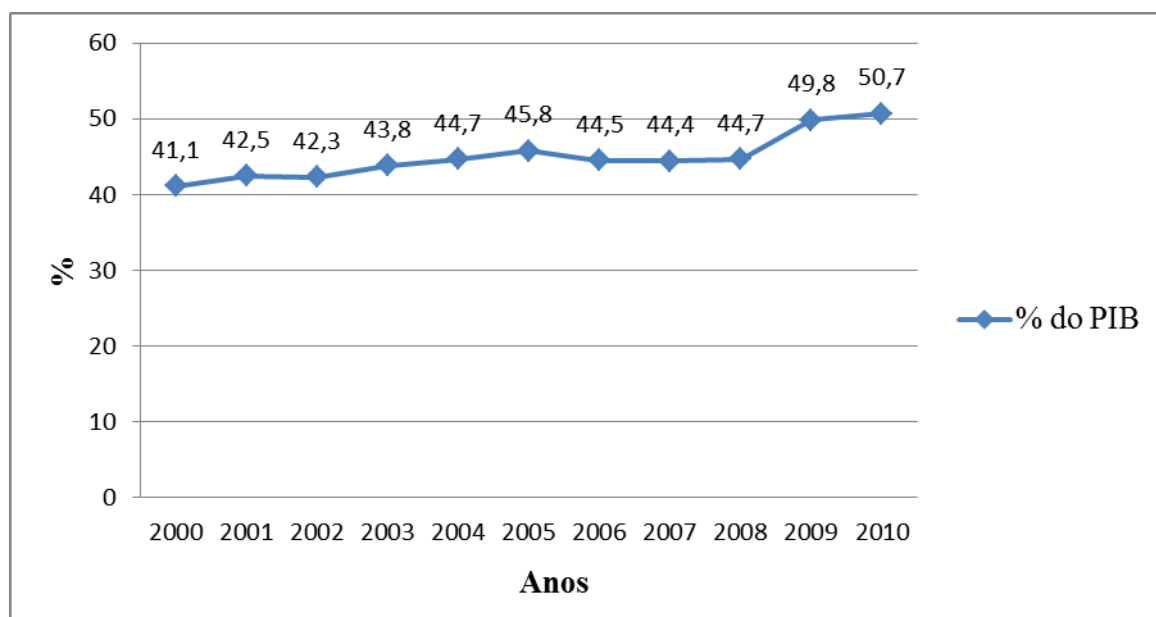
A capacidade de regulamentar por parte do Estado confere-lhe uma capacidade de impor as acções que considera positivas e as acções consideradas negativas podem ser evitadas ou suprimidas.

As empresas públicas podem ser usadas como instrumentos de controlo se são monopólios ou de orientação se são consideradas concorrenciais. Pelo facto de serem empresas públicas concede-lhes uma estratégia que pode não ser necessariamente para fins lucrativos, como por exemplo os caminhos-de-ferro, pois os prejuízos podem ser suportados pelo Estado.

A despesa total do governo é composta por um conjunto de categorias como, o consumo intermédio, a formação bruta de capital fixo, remunerações dos empregados, subsídios, rendas de propriedades, etc., benefícios sociais, outras transferências correntes, transferências de capital e operações em activos não produtivos.

A figura abaixo mostra a despesa total do governo português em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos dez anos e verificar-se que de forma geral foi aumentando ao longo do tempo. Só por três anos é que se verificou uma diminuição da despesa, que foi nos anos de 2002, 2006 e 2007. No ano de 2000 tem o valor mínimo de 41,1% do PIB e o máximo foi registado no ano 2010 com 50,7% do PIB, o que indica que em dez anos a despesa total do governo português em % do PIB, aumentou aproximadamente 10%.

**Figura 1: Despesa Total do Governo Português, % PIB (2000-2010)**



Fonte: Elaboração própria com base no Eurostat

## **4. IAPMEI**

### **4.1. História**

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais - IAPMEI foi criado, em Fevereiro de 1975, com a finalidade de prestar apoio às pequenas e médias empresas (PME) industriais, preenchendo-se, então, uma lacuna importante no quadro dos apoios a prestar pela Administração Pública a este segmento empresarial. A sua designação foi evoluindo ao longo do tempo, tendo passado por Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, até como é actualmente designado Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI).

Na década de setenta pelos acontecimentos históricos, a nível internacional o choque petrolífero e a nível nacional a revolução de Abril, originaram um aumento da inflação, perda de empregos e um decréscimo do PIB real, foi este o contexto que determinou o aparecimento do IAPMEI e os seus primeiros anos trabalho.

Na década de oitenta, caracterizada pela escassez de recursos, o IAPMEI auxiliou as empresas na concessão de avales bancários e na assistência técnica às estratégias de modernização ou internacionalização. No período de pré-adesão à CEE, que culminou, em 1986, com as linhas de crédito do Banco Mundial e os primeiros fundos comunitários, foi possível dar apoio as estratégias de modernização das empresas.

O primeiro quadro comunitário de apoio, o Programa Especifico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP) introduziu novas lógicas aos programas de apoio à modernização das empresas, tanto a nível nacional como comunitário, inovando nos instrumentos de promoção da modernização empresarial. Foi então que para além dos incentivos às empresas, apareceu a gestão do capital de risco, dos fundos consignados, posteriormente obrigações participadas e da garantia mútua. Entretanto num alargamento das capacidades do IAPMEI desenvolveu um conjunto muito amplo de apoios as empresas como, em parceria com o INETI, o lançamento dos Centros Tecnológicos; o suporte ao aparecimento de infra-estruturas de apoio à criação de empresas; o scoring e a qualificação empresarial associados à PME Prestígio, para as empresas industriais e depois PME Excelência, para a globalidade das empresas; as redes de cooperação entre PME; as novas

abordagens de Formação e Informação, como são os casos da “Formação-Acção” e dos primeiros passos da formação à distância veiculada pela Mediateca.

A partir da segunda metade da década de noventa, o IAPMEI, fez uma aposta na diversificação de sectores de actividade e de actuação, através dos activos intangíveis, antecipando a evolução das TIC.

Através da parceria com o Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), actualmente Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), houve uma tentativa de captar investimentos estrangeiros relevantes para o desenvolvimento industrial, como foi o caso da Autoeuropa.

Entretanto foi alargando as suas parcerias a entidades públicas e privadas fora do âmbito do Ministério da Economia. Referir ainda as parcerias com o sistema bancário, diversas vertentes dos instrumentos financeiros complementares, no scoring das empresas e na análise de projectos dos sistemas de incentivo.

## **4.2. Missão**

A sua missão actualmente passa por *“facilitar e assistir as PME nas suas estratégias de crescimento inovador e internacional, de aumento da produtividade e da competitividade, de reforço de competências e da capacidade de gestão e de acesso aos mercados financeiros, a par da promoção do empreendedorismo”*.<sup>10</sup>

## **4.3. Áreas de Intervenção**

As áreas de intervenção do IAPMEI acompanham a empresa ao longo das diferentes fases do seu ciclo de vida, apresentando como domínios prioritários:

- Assistência empresarial, através de um acompanhamento directo e personalizado a empresários e gestores de PME, no desenvolvimento de estratégias de inovação, crescimento e internacionalização das suas actividades;
- Dinamização do empreendedorismo, através de estímulo à criação de novos negócios com potencial inovador, valorização económica do conhecimento, e financiamento nas primeiras fases do ciclo de vida das empresas;

---

<sup>10</sup> Decreto-Lei nº 140/2007 de 27 de Abril de 2007

- Promoção da inovação empresarial, através da dinamização de mecanismos que facilitam a gestão da inovação nas empresas, individualmente, ou através de estratégias de desenvolvimento colectivas;
- Facilitação do financiamento empresarial, através da promoção de soluções financeiras adaptadas às necessidades das empresas e às fases críticas dos seus ciclos de vida;
- Indução de investimento empresarial qualificado, através da gestão de incentivos às empresas no âmbito do QREN, direccionados para estratégias empresariais baseadas na inovação, emprego qualificado e internacionalização.

#### **4.4. Enquadramento do estágio**

Durante um ano, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central (PEPAC), desempenhei a função de estagiário no Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI).

O PEPAC tem como objectivo contribuir para uma melhor inserção dos jovens na vida activa, proporcionando-lhes uma experiência profissional e formativa em contexto real de trabalho, adequado a valorizar as suas qualificações.

O meu estágio decorreu nas instalações do IAPMEI do Porto, no Departamento de Assistência Empresarial.

As competências da DAE estão previstas no artigo 8º da Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril:

- a) “Proceder ao acompanhamento de empresas, no âmbito das suas actividades de diagnóstico e análise estratégica e formulação de estratégias de investimentos e de qualificação de recursos humanos;*
- b) Conceber, propor e implementar programas de intervenção no domínio das políticas públicas de desenvolvimento empresarial;*
- c) Assegurar a gestão das medidas de valorização dos recursos humanos das empresas e adopção de boas práticas;*
- d) Assegurar a gestão da rede de serviços territorialmente desconcentrados”.*

No âmbito do meu estágio executei as seguintes tarefas:

- Efectuar atendimentos telefónicos, presenciais e electrónicos, sobre os Sistemas de Incentivos e os restantes serviços que o IAPMEI tem ao dispor;
- As visitas às empresas são outra função da unidade orgânica onde estagiei, assim sendo, acompanhar as técnicas nas suas visitas de assistência empresarial, bem como prestar informação sobre as empresas e ajudar na elaboração dos respectivos relatórios de assistência empresarial;
- Colaborar na elaboração do Business Radar, de Fichas de Dados e de Informações para Tutela que surgissem;
- Elaboração de kits de vários workshops, bem como na preparação da logística para a realização do evento, no contacto com as empresas confirmando a sua presença, na pesquisa de informação sobre as mesmas e também na pesquisa de informação sobre o sector ou região.

Estas foram algumas das tarefas que desempenhei ao longo de um ano em que estive a estagiar no IAPMEI.



## **5. Fundos Comunitários**

### **5.1. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - Fundo Social**

#### **Europeu - Fundo de Coesão**

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE) designados por «fundos estruturais», e o Fundo de Coesão possuem um conjunto de regras, normas e princípios comuns.

O que se pretende com estes Fundos é reforçar a coesão económica e social, a fim de favorecer o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das regiões da União Europeia (UE) no período de 2007-2013. No que se refere a política de coesão europeia visa responder aos desafios relacionados com as disparidades económicas, sociais e territoriais, à aceleração das reestruturações económicas e ao envelhecimento da população.

Deste modo, existe um conjunto de disposições gerais<sup>11</sup> que:

- Define o enquadramento da política de coesão, o que incluiu as orientações comunitárias para a coesão, o crescimento e o emprego;
- Define os objectivos para cuja realização dos Fundos estruturais e o Fundo de coesão, devem contribuir;
- Define os critérios de elegibilidade dos Estados-Membros e das regiões para poderem beneficiar dos fundos;
- Define os recursos financeiros disponíveis e os critérios que orientam à sua repartição;
- Estabelece os princípios e as regras sobre parceria, programação, avaliação, gestão, acompanhamento e controlo, com base na partilha de responsabilidades entre os Estados-Membros e a Comissão.

A acção realizada no âmbito dos fundos deve integrar a nível nacional e regional, as prioridades definidas pela Comunidade a favor do desenvolvimento sustentável, reforçando o crescimento, a competitividade, o emprego e a inclusão social, protegendo e melhorando a qualidade de vida.

---

<sup>11</sup> Com base no Regulamento (CE) N.º1083/2006 do Conselho de 11 de Julho de 2006

Com esse intuito o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão devem contribuir de forma adequada para a realização dos três objectivos «Convergência», «Competitividade Regional e do Emprego» e «Cooperação Territorial Europeia».

Num total de 347 mil milhões de euros que estão afectos ao financiamento da política de coesão entre 2007-2013, no âmbito dos três objectivos.

O objectivo «Convergência» destina-se a acelerar a convergência das regiões e dos Estados-Membros menos desenvolvidos através da melhoria das condições de crescimento e de emprego. Assim as intervenções serão no aumento e melhoria da qualidade do investimento em capital físico e humano, do desenvolvimento da inovação e da sociedade baseada no conhecimento, da capacidade de adaptação às mudanças económicas e sociais, da protecção e melhoria do ambiente e da eficácia administrativa.

Os recursos totais afectos a este objectivo ascendem a 81,54% do total, e será financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, pelo Fundo Social Europeu e pelo Fundo de Coesão.

O objectivo «Competitividade Regional e Emprego» destina-se a reforçar a competitividade, o emprego e a capacidade de atracção das regiões que não sejam regiões menos favorecidas. Deve permitir antecipar as mudanças económicas e sociais, incluindo as relacionadas com a abertura de comércio, através do aumento e melhoria da qualidade de investimento em capital humano, da inovação e da promoção da sociedade baseada no conhecimento, do espírito empresarial, da protecção e melhoria do ambiente, da melhoria da acessibilidade, da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, bem como da criação de mercados de trabalhos inclusos.

Os recursos destinados a este objectivo ascendem a 15,95% do total, repartidos de forma igual entre o FEDER e o FSE. Deste montante 78,86% destina-se às regiões não abrangidas pelo objectivo «Convergência» e o restante destina-se a um apoio transitório degressivo. Neste objectivo as acções podem ser co-financiadas até 50% das despesas públicas, sendo que o limite máximo ascende a 85% para regiões ultraperiféricas.

O objectivo «Cooperação Territorial Europeia» destina-se a reforçar a cooperação ao nível transfronteiriço, transnacional e inter-regional. Pretende promover soluções comuns para autoridades vizinhas, nos domínios de desenvolvimento urbano, rural e costeiro, bem como o desenvolvimento das relações económicas e a ligação em rede das pequenas e médias empresas (PME). A cooperação centra-se na investigação, no desenvolvimento, na

sociedade da informação, no ambiente, na prevenção dos riscos e na gestão integrada da água.

Os recursos destinados a este objectivo ascendem a 2,52% do total, sendo completamente financiados pelo FEDER. Este montante é distribuído entre diferentes vertentes, sendo 73,86% para o financiamento da cooperação transfronteiriça, 20,95% para o financiamento da cooperação transnacional e por fim 5,19% para o financiamento da cooperação inter-regional.

O Concelho adoptou antes de 1 Janeiro de 2007 as «orientações estratégicas da Comunidade em matéria de coesão» que definem as prioridades e os objectivos da política de coesão neste período. Com base nessas orientações os Estados-Membros adoptaram um «quadro de referência estratégico nacional», que serve de base para a programação das acções de financiadas pelos Fundos e assegura a coerência das intervenções dos Fundos com as orientações estratégicas.

Os programas operacionais dos Estados-Membros abrangem este período de 2007-2013, sendo que cada um abrange apenas um dos três objectivos e beneficia do financiamento de apenas um dos fundos. Os programas operacionais devem contribuir para os objectivos e prioridades do quadro de referência estratégica nacional e das orientações estratégicas da Comunidade em matéria de Coesão.

## **5.2. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional**

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) foi criado com o intuito de reduzir a diferença entre os níveis desenvolvimento das regiões europeias e recuperar o atraso das regiões menos favorecidas, designadamente as zonas rurais e urbanas, as regiões industriais em declínio e as zonas com desvantagens em termos naturais ou geográficos, como por exemplo as ilhas, as zonas montanhosas, as zonas escassamente povoadas e as regiões fronteiriças.

O objectivo do FEDER para o período de 2007-2013 é contribuir para o reforço da coesão económica e social, reduzindo as diferenças regionais. Essa contribuição realiza-se através de um amplo apoio ao desenvolvimento e ao ajustamento estrutural das economias regionais, incluindo a reconversão das regiões industriais em declínio.

O âmbito de aplicação do FEDER é composto por uma série de prioridades temáticas, que se inserem na natureza dos objectivos “Convergência”, “Competitividade Regional e Emprego” e “Cooperação Territorial Europeia”. De uma forma muito generalizada os financiamentos são relativos a:

- Investimentos que contribuam para criar empregos sustentáveis;
- Investimentos em infra-estruturas;
- Medidas que apoiem o desenvolvimento regional e local, o que inclui assistência e serviços prestados as empresas, especialmente pequenas e médias empresas (PME);
- Assistência técnica.

No âmbito do objectivo “Convergência”, a sua intervenção visa dar apoio ao desenvolvimento económico integrado sustentável, assim como a criação de postos de trabalho duradouros. Os Estados-Membros, através dos seus programas operacionais pretendem modernizar e diversificar as estruturas económicas regionais, nos seguintes domínios<sup>12</sup> entre outros:

- Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e espírito empresarial;
- Sociedade da informação;
- Ambiente
- Prevenção de riscos;
- Turismo;
- Investimentos na cultura;
- Investimentos nos transportes;
- Energia;
- Investimentos em prol da educação;
- Investimentos na saúde e nas infra-estruturas sociais;
- Ajuda directa ao investimento nas pequenas e médias empresas (PME).

No que diz respeito ao objectivo “Competitividade Regional e Emprego”, as prioridades podem ser agrupadas em três pólos<sup>13</sup>:

---

<sup>12</sup> Com base no Regulamento (CE) N.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006

<sup>13</sup> Com base no Regulamento (CE) N.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006

- Inovação e economia baseada no conhecimento, nomeadamente no domínio da melhoria das capacidades regionais de IDT e de inovação, do espírito empresarial e da criação de novos instrumentos financeiros para as empresas;
- Ambiente e prevenção de riscos, o que inclui recuperação de terrenos contaminados, promoção da eficiência energética e de transportes públicos urbanos não poluentes e elaboração de planos para prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos;
- Acesso aos serviços de transportes e de telecomunicações de interesse económico geral, em especial o reforço das redes secundárias e promoção do acesso às tecnologias da informação e da comunicação (TIC) pelas PME.

No objectivo “Cooperação Territorial Europeia”, o FEDER têm a sua ajuda articulada em torno de três eixos<sup>14</sup>:

- Desenvolvimento de actividades económicas e sociais transfronteiriças através de estratégias conjuntas para o desenvolvimento territorial sustentável, o que inclui, por exemplo, a promoção do espírito empresarial, a protecção e gestão recursos naturais e culturais, assim como a colaboração, as capacidades e a utilização conjunta de infra-estruturas;
- Estabelecimento e desenvolvimento da cooperação transnacional, incluindo a cooperação bilateral entre as regiões marítimas e privilegiando a inovação, o ambiente, a melhoria de acessibilidade e o desenvolvimento urbano sustentável;
- Reforço da eficácia da política regional, através da promoção da ligação em rede e do intercâmbio de experiências entre as autoridades regionais e locais.

O FEDER concede uma atenção especial as especificidades territoriais. No que se refere às zonas rurais e às zonas da pesca, a sua intervenção concentra-se na diversificação económica, privilegiando nomeadamente:

- As infra-estruturas destinadas a melhorar a acessibilidade;
- As redes e serviços de telecomunicações nas zonas rurais;
- O desenvolvimento de novas actividades económicas;
- O reforço dos laços entre as zonas urbanas e as zonas rurais;

---

<sup>14</sup> Com base no Regulamento (CE) N.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006

- O desenvolvimento do turismo e do ordenamento no espaço rural.

Por fim, as regiões ultraperiféricas também obtêm uma contribuição para o financiamento dos custos adicionais associados à sua localização, bem como para:

- O apoio ao transporte de mercadorias e ao arranque de serviços de transporte;
- O apoio ligado às limitações de armazenamento, à manutenção dos instrumentos de produção e à escassez de capital humano no mercado de trabalho local.

### **5.3. Fundo Social Europeu**

O Fundo Social Europeu (FSE) para o período 2007-2013, visa apoiar as prioridades da Comunidade no que diz respeito à necessidade de reforçar a coesão social, aumentar a produtividade e a competitividade, bem como incentivar o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável. Nesta lógica, pretende contribuir para o aumento da coesão económica e social, melhorando o emprego e as oportunidades de emprego.

Durante o período 2007-2013, de acordo com as disposições gerais sobre o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão prevêm que o FSE apoie acções ao abrigo do objectivo «Convergência» que abrange as regiões menos desenvolvidas e do objectivo «Competência Regional e Emprego» que procura antecipar e promover a evolução económica, a fim de dar resposta aos novos desafios.

Através do FSE, os Estados-Membros podem voltar a central as suas políticas de acordo com a Estratégia de Lisboa no crescimento e no emprego. Estas políticas têm como base as Orientações Gerais para as Políticas Económicas (OGPE), a Estratégia Europeia para o Emprego (EEE) e com as Orientações para o Emprego. Concretamente o FSE visa reforçar a coesão económica e social, melhorando o emprego e as oportunidades de emprego, promovendo um elevado nível de emprego. Assim as políticas dos Estados-Membros devem estar destinadas a atingir o pleno emprego e a aumentar a qualidade e produtividade no trabalho, a promover a inclusão social, nomeadamente o acesso das pessoas desfavorecidas ao emprego, e a reduzir as disparidades de emprego a nível nacional, regional e local.

No âmbito dos Objectivos «Convergência» e «Competitividade Regional e Emprego», o FSE apoia as acções dos Estados-Membros de acordo com as seguintes prioridades<sup>15</sup>:

- Reforço da capacidade de adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários, com o objectivo de melhorar a capacidade de antecipação e a gestão económica da evolução económica;
- Melhoria do acesso ao emprego e inclusão sustentável no mercado laboral das pessoas que procuram trabalhar e das inactivas, prevenção do desemprego, designadamente do desemprego de longa duração e do desemprego jovem;
- Fomento do envelhecimento activo e prolongamento da vida activa e aumento da participação no mercado de trabalho;
- Reforço da inclusão social das pessoas desfavorecidas, tendo em vista a sua inserção sustentável no emprego e a luta contra todas as formas de discriminação no mercado de trabalho;
- Reforço e aumento do capital humano;
- Promoção de parcerias, de pactos e de iniciativas mediante a criação de redes entre as partes interessadas, tais como os parceiros sociais e as organizações não governamentais, a nível transnacional, nacional e local, com o intuito de mobilizar para as reformas no domínio das inclusão no emprego e no mercado de trabalho.

Além disso, no âmbito do objectivo «Convergência», o FSE apoiará as seguintes prioridades<sup>16</sup>:

- Maior investimento no capital humano através da reforma dos sistemas de ensino e de formação, de uma maior participação na educação e na formação ao longo da vida e do desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação;
- Reforço da capacidade e da eficácia institucional com vista a contribuir para a boa governação.

As acções dos Estados-Membros devem estar coerentes com as acções empreendidas no âmbito da Estratégia Europeia para o emprego e contribuir para as mesmas.

---

<sup>15</sup> Com base no Regulamento (CE) N.º 1081/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006

<sup>16</sup> Com base no Regulamento (CE) N.º 1081/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006

## 5.4. Fundo de Coesão

O Fundo de Coesão contribui para o financiamento das intervenções no domínio do ambiente e das redes transeuropeias de transportes nos dez novos Estados-Membros, bem como em Espanha, na Grécia e em Portugal. Este fundo insere-se no objectivo «Convergência» da política de coesão reformada para o período de 2007-2013, sendo que este objectivo visa acelerar a convergência das regiões e dos Estados-Membros menos desenvolvidos através da melhoria das condições de crescimento e de emprego.

A missão do Fundo de Coesão é reforçar a coesão económica e social da União Europeia (EU) numa perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável.

Os dois grandes domínios de intervenção deste fundo são<sup>17</sup>:

- Questões ambientais inseridas no âmbito nas prioridades da política comunitária de protecção do ambiente definidas no programa de política e de acção em matéria de ambiente. Neste contexto, o fundo pode também intervir nos domínios do desenvolvimento sustentável que apresentem benefícios claros, como a eficiência energética e as energias renováveis e, no domínio dos transportes que não façam parte das redes transeuropeias, os transportes ferroviários, fluviais e marítimos, os sistemas de transportes intermodais e sua interoperabilidade, gestão do tráfego rodoviário, marítimo e aéreo, transporte urbano limpo e transportes públicos.
- As redes transeuropeias de transportes, em especial os projectos prioritários de interesse europeu.

A assistência financeira do Fundo é condicional na medida em que o Conselho pode decidir que há um défice excessivo num Estado-Membro beneficiário, ou verificar que não seguiu uma recomendação do Conselho e deste modo pode suspender, total ou parcialmente, as autorizações do Fundo para o referido Estado-Membro.

---

<sup>17</sup> Com base no Regulamento (CE) N.º 1084/2006 do Conselho de 11 de Julho de 2006



## **6. Quadro de Referência Estratégico Nacional**

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) estabelecido para o período de 2007-2013 para Portugal tem como principal factor estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, não descurando a igualdade de oportunidades e o aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

A superação dos constrangimentos que constam do documento<sup>18</sup> de aplicação do QREN e abordamos em seguida determinam a criação de condições favoráveis ao crescimento e ao emprego, constituído o referencial fundamental para as acções de investimentos que serão concretizados com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão e por todos o Programas Operacionais.

O documento<sup>19</sup> de aplicação do QREN analisa os constrangimentos estruturais que dificultam o bom desempenho de Portugal que assumem uma importante dimensão económica, particularmente relevante tendo em conta necessidade de modernizar a estrutura produtiva.

A estrutura económica portuguesa apresenta baixos níveis de competitividade, dinamismo e produtividade, resultantes essencialmente do peso ainda significativo de actividades tradicionais, de uma estrutura económica denominada por empresas com reduzido potencial de adaptabilidade, de inovação e de sustentabilidade, da insuficiente importância da produção de bens e serviços transaccionáveis e da excessiva orientação para o mercado interno e também da débil concorrência no mercado de bens e serviços não transaccionáveis.

Estas características da estrutura portuguesa explicam de alguma forma o reduzido ritmo de crescimento da economia nos últimos anos.

Os constrangimentos estruturais referidos assumem por outro lado uma relevante dimensão social.

A estrutura social portuguesa é marcada por debilidades estruturais, como é o caso do seu tecido social pouco qualificado (reduzidor das capacidades de adaptação de flexibilidade e de

---

<sup>18</sup> Com base no Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013/ Capítulo 4

<sup>19</sup> Com base no Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013/ Capítulo 4

adesão a formação) e de um tecido empresarial onde ainda predominam défices de qualificação que influenciam negativamente a adopção de modelos organizativos e de formas de organização do trabalho mais eficientes e que são pouco propensos à inovação, à qualificação e ao funcionamento em rede. Assim, o referencial de produtividade em relação à média europeia reflecte-se necessariamente em níveis remuneratórios mais baixos em comparação com restantes europeus.

Outro facto é que os sectores com maior exposição à concorrência internacional, nomeadamente os tradicionais, estarem a sofrer significativos choques competitivos, provocados pela concorrência asiática, gerando situações de aumento de desemprego.

Tendo em conta a dimensão territorial do país, este continua a ser caracterizado por diferentes níveis de desenvolvimento económico e social e assume principal importância em termos de restrições à desejável equidade para participar nas oportunidades de beneficiar dos resultados do crescimento. Estas restrições reflectem-se num conjunto diversificado e complexo de factores, em que se destacam as insuficiências e instabilidades do modelo de organização territorial, as dinâmicas específicas das formas de estruturação territorial da administração pública, a inconsistência das políticas urbanas e de ordenamento do território, a inadequada dimensão estratégica das políticas públicas relativas a infra-estruturas e a equipamentos colectivos. Acrescenta-se ainda, a reduzida expressão territorial das políticas públicas dirigidas ao emprego, a exclusão social, ao ambiente, e a promoção da igualdade de género.

Assinala-se por fim, os constrangimentos estruturais verificados na organização e funcionamento das instituições públicas, essencialmente na óptica do reforço da capacidade administrativa. Tendo em conta as características quantitativas e qualitativas da administração pública, é consensual o reconhecimento de que as suas debilidades e insuficiências constituem um obstáculo à eficácia das políticas públicas e, consequentemente do sucesso dos processos de desenvolvimento económico, social e territorial, assim como para a optimização do funcionamento e da eficácia dos respectivos agentes.

Perante estes constrangimentos, o QREN definiu as seguintes prioridades estratégicas<sup>20</sup>:

---

<sup>20</sup> Com base no Quadro de Referencia Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013 / Capítulo 4

- Promover a qualificação dos portugueses, desenvolvendo o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação, e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;
- Promover o crescimento sustentado, através, especialmente do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos associados, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;
- Garantir a coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento de emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;
- Assegurar a qualificação do território e das cidades, que se concretiza nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos, e ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;
- Aumentar a eficiência da governação privilegiando, através de intervenções transversais dos programas operacionais relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

A organização operacional do QREN, tendo por base ultrapassar os constrangimentos apresentados, concretiza-se pelo estabelecimento de três Agendas Operacionais Temáticas, designadas:

- Agenda Operacional para o Potencial Humano;
- Agenda Operacional para os Factores de Competitividade;
- Agenda Operacional para a Valorização do Território.

A Agenda Operacional para o Potencial Humano assume quatro objectivos principais. Em primeiro lugar, superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa. Em segundo lugar promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da Administração Pública, alinhados no reforço das actividades de maior valor acrescentado. Em terceiro lugar, o estímulo à criação e a qualidade do emprego. Por fim, em quarto lugar a promoção da igualdade de oportunidades.

Estes objectivos serão concretizados através de sete grandes vertentes de intervenção: qualificação inicial; adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida; gestão e aperfeiçoamento profissional; formação avançada para a competitividade; apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida activa; cidadania, inclusão e desenvolvimento social; e promoção da igualdade de género.

A Agenda Operacional para o Reforço Factores de Competitividade da economia, inclui essencialmente, os estímulos à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, os incentivos à modernização e internacionalização empresariais e à promoção da atractividade do investimento directo estrangeiro qualificante, os apoios à promoção da sociedade da informação e do conhecimento, e a promoção da eficiência e a qualidade das instituições públicas.

Para a concretização dos objectivos, serão criados um conjunto de vertentes de intervenção, como: estímulos à produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico; incentivos à inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização; instrumentos de engenharia financeira para o financiamento e partilha de risco na inovação; intervenções integradas para a redução dos custos públicos de contexto; acções colectivas de desenvolvimento empresarial; estímulos ao desenvolvimento da sociedade da informação; redes e infra-estruturas de apoio à competitividade regional; promoção de acções integradas de valorização económica dos territórios menos competitivos; e por fim acções inovadoras.

A Agenda Operacional para a Valorização Territorial tem os seguintes objectivos: superação dos défices de conectividade internacional e de mobilidade e a acessibilidade nacionais, consolidação das redes, infra-estruturas e equipamentos relevantes para a articulação, valorização das actividades económicas e coesão do território; elevação das dotações em redes e infra-estruturas no domínio ambiental; aumento dos níveis de

salvaguarda e valorização dos recursos naturais; e reforço da prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos.

Visando a concretização dos objectivos, foram definidos domínios de intervenção, sendo estes: o reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e da mobilidade; a protecção e valorização do ambiente; a política de cidades; e melhoria das redes, infra-estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

Os Programas Operacionais Temáticos para o período 2007-2013 são os seguintes:

- Programa Operacional Temático Factores de Competitividade – financiado pelo FEDER;
- Programa Operacional Temático Potencial Humano – co-financiado pelo FSE;
- Programa Operacional Temático Valorização do Território – financiado pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão.

Os Programas Operacionais Regionais co-financiados pelo FEDER, são estruturados territorialmente de acordo com as NUTS II, portanto são:

- Programa Operacional Regional Norte;
- Programa Operacional Regional Centro;
- Programa Operacional Regional Lisboa;
- Programa Operacional Regional Alentejo;
- Programa Operacional Regional Algarve.

São ainda criados dois Programas Operacionais em cada uma das Regiões Autónomas, sendo apoiados financeiramente pelo FEDER e pelo FSE, correspondendo portanto aos seguintes:

- Programa Operacional Regional Açores – FEDER;
- Programa Operacional Regional Açores – FSE;
- Programa Operacional Regional Madeira – FEDER;
- Programa Operacional Regional Madeira – FSE.

A execução do QREN e dos respectivos Programas Operacionais é viabilizada pela mobilização de significativos recursos comunitários, cerca de 21,5 mil milhões de euros, que assegurarão a concretização de investimentos na economia, na sociedade e no território nacional na ordem dos 44 mil milhões de euros.

## 7. Programa Operacional Factores de Competitividade

O Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) insere-se no âmbito do objectivo «convergência», cujas orientações comunitárias vão no sentido de estimular o potencial da economia Portuguesa.

A relevância deste programa operacional em relação aos restantes vem da sua importância para as PME, na medida em se materializa essencialmente através dos sistemas de incentivos.

Numa lógica de organização temática o POFC está estruturado em seis eixos prioritários<sup>21</sup>. O “Eixo Prioritário I – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico” têm dois grandes objectivos específicos: intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista ao desenvolvimento do País e ao aumento da sua competitividade; e intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.

Assim de forma a concretizar os objectivos foram criadas duas tipologias de intervenção:

- Sistemas de incentivos a empresas:
  - Desenvolvimento de projectos de I&DT por empresas, de forma individual, colectiva ou em consórcio com outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional;
  - Criação de núcleos de I&DT;
  - Projectos e actividades de demonstração tecnológica;
  - Participação em programas europeus de I&DT.
- Linhas de apoio às entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional:
  - Desenvolvimento de projectos de I&DT por entidades do Ensino, Estado e Instituições Particulares Sem Fins Lucrativos, no domínio da ciência e tecnologia, em domínios prioritários para o desenvolvimento económico;
  - Participação em programas europeus de I&DT;
  - Projectos e actividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos.

---

<sup>21</sup> Com base no Programa Operacional Factores de Competitividade 2007-2013 / Capítulo 6

O “Eixo Prioritário II – Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e Padrão de Especialização” concentra a fatia principal dos sistemas de incentivos as empresas, atribuindo um enfoque à viabilização de vasto conjunto de ajustamentos de natureza estrutural nas empresas.

Apresenta como objectivos específicos: promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transaccionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor; reforçar a orientação das empresas portuguesas para os mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados; incentivar o empreendedorismo qualificado, especificamente o feminino; incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento; promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de factores dinâmicos de competitividade.

Como já foi referido, a concretização destes objectivos será feita pelos sistemas de incentivo.

O “Eixo Prioritário III – Financiamento e Partilha de Risco”, ou seja o financiamento da economia, é um dos domínios onde a necessidade de intervenção das políticas públicas se faz sentir com maior acuidade. Com o intuito de impulsionar a disseminação de instrumentos alternativos de financiamento e assim contribuir para que as empresas desenvolvam as suas estratégias de crescimento, consolidação e internacionalização foi criado este eixo.

Os objectos deste eixo são: estimular a intervenção de capital de risco na criação e desenvolvimento de empresas; consolidar o sistema de garantia mútua e alargar o âmbito de intervenção do mecanismo de concessão de garantias; dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente o microcrédito, destinados a potenciar o financiamento a PME; incentivar o empreendedorismo, garantindo o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco; incrementar o empreendedorismo feminino, bem como iniciativas empresariais propícias à promoção dos factores de igualdade entre homens e mulheres.

A concretização destes objectivos será centrada num instrumento público, o Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação que coordenará todas as iniciativas. No âmbito intervenção deste eixo está a vertente de capital de risco, onde visará disponibilizar

investimentos em projectos inovadores, e para o apoio às fases iniciais do ciclo de vida das PME. Outro domínio consiste na facilitação no acesso ao crédito por parte das PME, através do Fundo de Contragarantia Mútua, que se complementa junto do sistema financeiro, através das linhas crédito vulgarmente conhecidas por PME Investe. Estes e outros meios e instrumentos visam essencialmente facilitar o financiamento das PME nas várias vertentes e ao longo do ciclo de vida.

O “Eixo Prioritário IV – Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade” visa continuar a reforma e modernização da Administração Pública.

Deste modo os objectivos deste eixo são: aumentar a eficácia da actividade administrativa, com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interacção do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos; reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua actividade; promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede; e qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam directamente o serviço aos cidadãos e às empresas.

Com o intuito de se concretizarem os objectivos propostos, serão aceites projectos que visem a simplificação processual/organizacional, a reformulação e avaliação do modelo de distribuição de serviços públicos, expansão de balcões integrados e especializados de atendimento aos cidadãos, aplicações de tecnologia que visem a criação de sistemas de informação integrados, aplicações inovadoras de tecnologia na Administração Pública e por fim instrumentos de gestão e monitorização do território, das infra-estruturas e dos equipamentos colectivos.

O “Eixo Prioritário V – Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial” reúne os instrumentos de apoio indirecto, de forma a promover a procura em áreas de intervenção com falhas de mercado e de coordenação, gerando novas oportunidades de negócio para as PME.

Neste contexto, este eixo tem como objectivo: favorecer a aceleração da alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos pólos de crescimento; reforçar a oferta de serviços às empresas, reforçando e capacitando as infra-estruturas e orientando as suas actividades para as necessidades das PME; promover a



formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração; e promover o desenvolvimento de acções inovadoras de teste a novas abordagens de políticas pública, nos domínios de estímulo ao desenvolvimento empresarial e da inovação.

Numa lógica de redução de falhas de mercado e de governação, serão propostos os seguintes domínios de intervenção: a nível da divulgação de conhecimentos, reduzindo o défice existente entre desenvolvimento tecnológico e organizativo e de gestão nas empresas; a nível de redução da informação imperfeita, potenciando o acesso à informação e ao conhecimento de mercados por parte das PME; e a nível de coordenação, estimulando a cooperação e fomentando o funcionamento em rede a nível empresarial.

O “Eixo Prioritário VI – Assistência Técnica” tem como objectivo dinamizar, gerir e implementar eficaz e eficiente, o Programa.

As intervenções deste eixo serão concretizadas através das seguintes acções: criação e funcionamento de estruturas de apoio técnico e respectivo apoio logístico; informação, divulgação e publicitação do Programa e dos seus instrumentos; auditorias e acções de controlo; acompanhamento da execução do Programa e dos projectos aprovados; desenvolvimento, actualização e manutenção de um sistema de informação; estudos de avaliação globais e específicos; e estudos de análise da implementação do Programa.

O montante global de FEDER do Programa Operacional Factores de Competitividade ascende a 3.103.789.011 euros, a que corresponde, a um montante de despesa pública de 685.552.410 euros e um investimento total de 5.510.641.421 euros<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Com base no Programa Operacional Factores de Competitividade 2007-2013 / Capítulo 7

**Figura 2 - Plano Financeiro do PO Factores de Competitividade por Eixos Prioritários e Fontes de Financiamento (Euros, Preços Correntes)**

	Financiamento comunitário	Contrapartida nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento total	Taxa de co-financiamento	Para informação	
			Financiamento público nacional	Financiamento privado nacional			Contribuições do BEI	Outros financiamentos
	(a)	(b) = (c) + (d)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b)	(f) = (a) / (e)		
<b>Eixo Prioritário 1 FEDER *</b>	500.000.000	273.800.000	150.000.000	123.800.000	773.800.000	64,6%	0	0
<b>Eixo Prioritário 2 FEDER *</b>	1.220.000.000	1.540.000.000	0	1.540.000.000	2.760.000.000	44,2%	0	0
<b>Eixo Prioritário 3 FEDER *</b>	360.000.000	154.285.712	154.285.712	0	514.285.712	70,0%	150.000.000	0
<b>Eixo Prioritário 4 FEDER *</b>	685.000.000	293.571.429	293.571.429	0	978.571.429	70,0%	0	0
<b>Eixo Prioritário 5 FEDER *</b>	260.000.000	111.428.550	53.928.550	57.500.000	371.428.550	70,0%	0	0
<b>Eixo Prioritário 6 FEDER *</b>	78.789.011	33.766.719	33.766.719	0	112.555.730	70,0%	0	0
<b>Total</b>	<b>3.103.789.011</b>	<b>2.406.852.410</b>	<b>685.552.410</b>	<b>1.721.300.000</b>	<b>5.510.641.421</b>	<b>56,5%</b>	<b>150.000.000</b>	<b>0</b>

\* Base: Custo total.

Fonte: Programa Operacional Factores de Competitividade

Pretende-se que com este PO melhorar a eficiência e a qualidade das instituições públicas, bem como fornecer estímulos à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, incentivos à modernização e internacionalização empresariais e a promoção da sociedade da informação e do conhecimento.

## **8. Sistemas de Incentivo**

Os Sistemas de Incentivo enquadram-se no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional e a sua concretização pretende dinamizar o apoio às empresas e à actividade económica, através do estímulo ao investimento e ao emprego.

Tendo em conta o actual desenvolvimento económico da economia portuguesa e a sua inserção no mercado internacional, os incentivos ao investimento empresarial visam o acréscimo de produtividade e competitividade das empresas, melhoria do perfil de especialização, favorecendo o desenvolvimento do território e a internacionalização da economia.

Os sistemas de incentivo de apoio ao investimento empresarial da “Agenda da Competitividade” do QREN organizam-se em 3 grandes domínios:

- ✓ Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico;
- ✓ Sistema de Incentivo à Inovação;
- ✓ Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização de PME.

### **8.1. Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico**

O Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) definiu como prioridade apoiar projectos em que o investimento na Investigação e Desenvolvimento, seja feito com o intuito de obter novos produtos, serviços ou processos economicamente viáveis e assim facilitar as empresas portuguesas a ultrapassarem os desafios dos próximos anos. A sua intervenção também surge ao nível da capacitação e reforço das competências internas de I&DT e da valorização de resultados de I&DT junto das empresas.

Os objectivos deste sistema de incentivo são:

- Intensificar o esforço empresarial nacional em I&DT;
- Criar novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas;
- Promover a inserção das empresas em redes internacionais de conhecimento, estimulando a criação e endogeneização de novos conhecimentos criador de novas oportunidades económicas;

- Promover a cooperação e desenvolvimento de projectos de I&DT entre as empresas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT);
- Estimular a demonstração, experimentação tecnológica, disseminação e a transferência de tecnologia para o sector empresarial.

As empresas, as entidades do Sistema Científico e Tecnológico e as Associações Empresariais, no caso de projectos de “I&DT Colectiva”, são os beneficiários deste sistema de incentivo.

Assim sendo, são abrangidos a este sistema de incentivo quatro tipos de projectos. O primeiro tipo de projecto é designado por “I&DT Empresas” e destina-se a projectos que envolvam actividades de investigação industrial e/ou desenvolvimento experimental que originem novos ou melhorem produtos, processos ou sistemas existentes. Incluídos neste primeiro tipo de projecto temos quatro modalidades: “projectos individuais” se realizado por uma empresa; “projectos em co-promoção” se realizados em parceria entre empresas ou entre estas e as entidades SCT, que em resultado da complementaridade de competências ou de interesses comuns beneficiem das sinergias ou partilhem riscos e custos; “projectos mobilizadores” são projectos com elevado conteúdo tecnológico, científico e de inovação com impactos significativos a nível multisectorial, regional, cluster, pólo de competitividade e tecnológico ou consolidação das cadeias de valor de determinados sectores de actividade e de introdução de novas competências em áreas estratégicas de conhecimento, visando uma efectiva transferência de conhecimento e valorização dos resultados de I&DT junto das empresas; “vale I&DT” são projectos promovidos exclusivamente por PME com o objectivo de adquirir os serviços de I&DT a entidades do SCT. O segundo tipo de projectos é designado “I&DT Colectiva” sendo promovidos por associações empresariais e resulta da identificação de problemas e necessidades de I&DT partilhadas por um conjunto de empresas, ao nível de um sector, cluster, pólo de competitividade, tecnologia ou região, sendo os resultados partilhados por todos. O terceiro tipo de projectos são os de “Capacitação e Reforço de Competências Internas de I&DT” tendo estas duas modalidades: os “núcleos de I&DT” são os projectos promovidos por PME, que visam desenvolver de forma sustentada competências internas de I&DT e de gestão de inovação, através da criação de unidades estruturadas, permanentes e dedicadas exclusivamente a actividades de I&DT; os “centros de I&DT” são projectos promovidos por empresas que já desenvolvam de forma contínua e

estruturada actividades de I&DT, e visam aumentar o esforço em I&DT. O quarto e último tipo designa-se por “Valorização de I&DT” e apresenta uma única modalidade, “projectos demonstradores” e são promovidos por empresas que partindo de actividades de I&DT concluídas com sucesso, visam a demonstração tecnológica e a divulgação de novas tecnologias sob forma de novos produtos, serviços ou processos ao público especializado, no sentido de evidenciar as vantagens económicas.

Podem concorrer a este sistema de incentivo empresas com CAE elegível dos sectores de actividade da indústria, comércio, serviços, turismo, energia, construção, transportes e logística.

As despesas elegíveis podem variar dependendo do tipo de projecto, deste modo e tendo presente o objectivo deste relatório, considera-se as despesas elegíveis em projectos de “I&DT Empresas” na modalidade de projecto individual. Assim as despesas elegíveis para este caso específico segundo o regulamento<sup>23</sup> são:

- 1. Despesas com pessoal técnico do promotor dedicado a actividades de I&DT, incluindo bolsheiros contratados pelo promotor e com bolsa integralmente suportada por este;*
- 2. Aquisição de patentes a fontes externas ou por estas licenciadas, a preços de mercado, e que se traduzam na sua efectiva endogeneização por parte do promotor;*
- 3. Matérias-primas e componentes necessárias para a construção de instalações piloto ou experimentais e ou de demonstração e para a construção de protótipos;*
- 4. Aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica, científica e consultoria;*
- 5. Aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico imprescindível ao projecto e que fiquem afectos em exclusividade à sua realização durante o período de execução do projecto;*
- 6. Aquisição de software específico para o projecto;*
- 7. Despesas associadas à formulação de pedidos de patentes, modelos de utilidade e desenhos ou modelos nacionais, no estrangeiro pela via directa nas administrações nacionais, comunitários, europeus e internacionais, designadamente taxas,*

---

<sup>23</sup> Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelas Portarias n.ºs 711/2008, de 31 de Julho, e 353 -B/2009, de 3 de Abril – Artigo n.º 11

*pesquisas ao estado da técnica, anuidades e honorários de consultoria em matéria de Propriedade Industrial;*

- 8. Promoção e divulgação dos resultados de projectos de inovação de produto ou de processo com aplicação comercial junto do sector utilizador final;*
- 9. Viagens e estadas no estrangeiro directamente imputáveis ao projecto e comprovadamente necessárias à sua realização;*
- 10. Despesas com o processo de certificação do Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, designadamente honorários de consultoria, formação e instrução do processo junto da entidade certificadora;*
- 11. Despesas relacionadas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas;*
- 12. Imputação de custos indirectos, calculados de acordo com metodologia a definir pelos Órgãos de Gestão.*

Neste caso o projecto individual beneficiaria de uma taxa base de incentivo de 25% acrescida de majorações, 25 p.p. (pontos percentuais) se considerado “investigação empresarial”, se considerar-se “divulgação ampla de resultados” mais 15 p.p. e por fim dependendo do “tipo de empresa”, se for pequena 20 p.p. ou se for média 10 p.p., sendo que o incentivo toma forma de não reembolsável para projectos com incentivo inferior à 1.000.000 €.

No âmbito deste sistema de incentivo já foram apoiados mais de 900 projectos desde o início deste quadro comunitário.

## **8.2. Sistema de Incentivo à Inovação**

O Sistema de Incentivo à Inovação visa estimular o investimento em inovação, com o intuito de produzir novos bens e serviços ou uma actualização/melhoria significativa da produção actual através da transferência e aplicação de conhecimentos ou de inovação organizacionais, bem como a expansão de capacidades de produção em sectores de conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas. Os projectos de investimento com forte capacidade inovadora e de natureza estruturante serão privilegiados.

Os principais objectivos sistema de incentivo à inovação são:

- Promover a inovação no tecido empresarial pela via da produção de novos bens, serviços e processos que reportem a sua progressão na cadeia de valor;
- Reforço da sua orientação para os mercados internacionais;
- Introdução de melhorias tecnológicas e criação de unidades de produção;
- Estimular o empreendedorismo qualificado e o investimento estruturante em novas áreas com potencial de crescimento.

As tipologias de investimentos em inovação produtiva apoiados são: produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção actual através da transferência e aplicação de conhecimento; adopção de novos ou significativamente melhorados, processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de marketing; expansão de capacidades de produção em actividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas; criação de empresas e actividades nos primeiros anos de desenvolvimento, dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam actividades em sectores com factores dinâmicos de crescimento, incluindo os resultantes do empreendedorismo feminino ou do empreendedorismo jovem; criação de unidades ou de linhas de produção com impacto no nível de produção das exportações ou do emprego; por fim, introdução de melhorias tecnológicas com impacto relevante na produtividade, no produto, nas exportações, no emprego, na segurança industrial ou na eficiência energética e ambiental.

No âmbito deste sistema de incentivo só podem concorrer empresas, no entanto podem ser de vários sectores de actividade pois abrange CAE elegíveis do sector da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, da energia, dos transportes e da logística.

Tendo presente os objectivos deste sistema de incentivo, as despesas elegíveis presentes no regulamento<sup>24</sup> são:

- *Activo Fixo Tangível:*
  - *Aquisição de máquinas e equipamentos directamente relacionados com o desenvolvimento do projecto, designadamente nas áreas da gestão, da produção, da comercialização e marketing, das comunicações, da logística, do design, da qualidade, da segurança e saúde, do controlo laboratorial, da*

---

<sup>24</sup> Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -C/2009, de 3 de Abril – Artigo n.º 11

*eficiência energética e do ambiente, em particular os de tratamento e/ou valorização de águas residuais e emissões para a atmosfera, valorização, tratamento ou destino final de resíduos, redução de ruído para o exterior e de introdução de tecnologias eco-eficientes para a utilização sustentável de recursos naturais;*

- *Aquisição de equipamentos informáticos relacionados com o desenvolvimento do projecto;*
- *Instalação de sistemas energéticos para consumo próprio utilizando fontes renováveis de energia;*
- *Software standard e específico, relacionado com o desenvolvimento do projecto.*
- *Activo Intangível:*
  - *Constituído por transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, licenças, “saber-fazer” ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente, sendo que no caso de empresas não PME estas despesas não poderão exceder 50% das despesas elegíveis do projecto.*
- *Outras despesas:*
  - *Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas;*
  - *Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e projectos de arquitectura e de engenharia, associados ao projecto de investimento;*
  - *Investimentos na área de eficiência energética e energias renováveis, nomeadamente assistência técnica, auditorias energéticas, testes e ensaios;*
  - *Custos associados aos pedidos de Direitos de Propriedade Industrial, designadamente taxas, pesquisas ao estado da técnica, anuidades e honorários de consultoria em matéria de Propriedade Industrial;*
  - *Despesas relacionadas com a promoção internacional, designadamente alugueres de equipamentos e espaço de exposição, contratação de serviços especializados, deslocações e alojamento e aquisição de informação e documentação específica relacionadas com a promoção internacional que se enquadrem no âmbito das seguintes acções:*



- *Acções de prospecção e presença em mercados externos, designadamente prospecção de mercados, participação em concursos internacionais, participação em certames internacionais nos mercados externos, acções de promoção e contacto directo com a procura internacional;*
- *Acções de promoção e marketing internacional, designadamente concepção e elaboração de material promocional e informativo e concepção de programas de marketing internacional.*
- *Despesas associadas a investimentos de conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal, bem como os custos associados à implementação de Planos de Igualdade;*
- *Despesas inerentes à certificação de sistemas, produtos e serviços, nomeadamente, despesas com a entidade certificadora, assistência técnica específica, ensaios e dispositivos de medição e monitorização, calibrações, bibliografia e acções de divulgação;*
- *Despesas inerentes ao desenvolvimento de sistemas de gestão pela qualidade total e à participação em prémios nacionais e internacionais;*
- *Implementação de sistemas de planeamento e controlo;*
- *Despesas inerentes à obtenção do rótulo ecológico e à certificação e marcação de produtos;*
- *Despesas com a criação e desenvolvimento de insígnias, marcas e colecções próprias;*
- *Registo inicial de domínios e fees associados à domicilição da aplicação em entidade externa, adesão a marketplaces e outras plataformas electrónicas, criação e publicação de catálogos electrónicos de produtos e serviços, bem como a inclusão e ou catalogação;*
- *Investimentos em formação de recursos humanos no âmbito do projecto, a definir em diploma específico.*

Neste sistema de incentivo a taxa base máxima de incentivo é de 35% no qual se acrescenta as majorações conforme o tipo de empresa (10 p.p. médias empresas e 20 p.p. para pequenas empresas), o tipo de estratégia (10 p.p. aos projectos de inovação produtiva e desde que inseridos em estratégias de eficiência colectiva de base territorial ou sectorial)

e se trata de empreendedorismo feminino ou jovem (10 p.p. aos projectos de empreendedorismo feminino ou jovem, mediante parecer entidade competente). Trata-se de incentivo reembolsável, excepto para despesas com recursos humanos aí torna-se não reembolsável.

O sistema de incentivo à inovação, neste quadro comunitário já apoiou mais de 1100 projectos.

### **8.3. Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização de PME**

O Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização de PME pretende apoiar projectos que tenham presentes a inovação, modernização e internacionalização através da utilização de factores dinâmicos de competitividade.

O objectivo principal é promover a competitividade das empresas através do aumento da produtividade, da flexibilidade, da capacidade de resposta e da presença activa das PME nos mercados internacionais.

Neste sistema de incentivo podem concorrer empresas de sectores muito diversificados, desde que o seu CAE seja elegível dentro dos sectores da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo, da energia, dos transportes, da logística e da construção.

Os projectos podem assumir quatro tipos de modalidades: “projecto individual” quando apresentado por uma PME; “projecto conjunto” quando apresentado por uma ou mais entidades públicas com competências específicas em políticas públicas dirigidas às PME, associações que com aquelas entidades estabeleceu parcerias para a prossecução de políticas públicas, as associações empresariais e entidades SCT; “projecto de cooperação” quando apresentado por uma PME ou consórcio liderado por PME; e “projecto simplificado de inovação (vale inovação)” quando apresentado por uma PME para a aquisição de serviços de consultoria e de apoio à inovação a entidades do SCT.

As tipologias de investimento susceptíveis de apoio segundo o regulamento<sup>25</sup> são:

- a) *Propriedade Industrial – formulação de pedidos de patentes, modelos de utilidade e desenhos ou modelos, nacionais, no estrangeiro pela via directa nas administrações nacionais, comunitários, europeus e internacionais;*

---

<sup>25</sup> Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril – Artigo n.º 5

- b) *Criação, Moda & Design – criação de marcas, insígnias e colecções próprias e melhoria das capacidades de moda e design;*
- c) *Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos – melhoria das capacidades de desenvolvimento de produtos, processos e serviços, designadamente pela criação ou reforço das capacidades laboratoriais;*
- d) *Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – introdução de novos modelos ou novas filosofias de organização do trabalho, reforço das capacidades de gestão, introdução de TIC, redesenho e melhorias de Layout, acções de Benchmarking;*
- e) *Qualidade – certificação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de sistemas de gestão da qualidade, certificação de produtos e serviços com obtenção de marcas bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total;*
- f) *Ambiente – investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS);*
- g) *Inovação – investimentos associados à aquisição de serviços de consultoria e de apoio à inovação bem como à certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação (IDI);*
- h) *Diversificação e Eficiência Energética – aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis;*
- i) *Economia Digital – criação e/ou adequação da infra-estrutura interna de suporte com vista à inserção da PME na economia digital e à melhoria dos modelos de negócios com base numa presença mais efectiva na economia digital que permitam a concretização de processos de negócios desmaterializados com clientes e fornecedores através da utilização das TIC;*
- j) *Comercialização e Marketing – reforço das capacidades de comercialização, marketing, distribuição e logística;*
- k) *Internacionalização – conhecimento de mercados, desenvolvimento e promoção internacional de marcas, prospecção e presença em mercados internacionais, com*

*exclusão da criação de redes de comercialização no exterior, e promoção e marketing internacional;*

*l) Responsabilidade Social e Segurança e Saúde no Trabalho – investimentos de melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, bem como na certificação de sistemas de gestão da responsabilidade social, de sistemas de gestão da segurança alimentar, de sistemas de gestão de recursos humanos e de sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, no âmbito do SPQ;*

*m) Igualdade de Oportunidades – definição e implementação de planos de igualdade com contributos efectivos para a conciliação da vida profissional com a vida familiar, bem como a facilitação do mercado de trabalho inclusivo.*

Podem beneficiar destes apoios empresas, entidades, associações e entidades de SCT.

Tendo uma vez mais presente o objectivo deste relatório e as modalidades que podem assumir os projectos neste sistema de incentivo, opta-se por enumerar as despesas elegíveis e taxas de incentivo, para projectos individuais, ou seja realizado por uma PME. Deste modo, as despesas elegíveis para um projecto individual segundo o regulamento<sup>26</sup> são:

- *Activo Fixo Corpóreo:*
  - *Aquisição de máquinas e equipamentos específicos e exclusivamente destinados às áreas da gestão, da comercialização e marketing, da distribuição e logística, do design, da qualidade, da segurança e saúde no trabalho, do controlo laboratorial, da eficiência energética e energias renováveis, do ambiente em particular os de tratamento de águas residuais, emissões para a atmosfera, resíduos, redução de ruído e de introdução de tecnologias eco-eficientes para a utilização sustentável de recursos naturais;*
  - *Aquisição de equipamentos informáticos relacionados com o desenvolvimento do projecto;*
  - *Software standard e específico, relacionado com o desenvolvimento do projecto.*

---

<sup>26</sup> Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril – Artigo n.º 12

*Nota: As despesas elegíveis, por empresa, em investimentos corpóreos não poderão ser superiores a 35% das despesas elegíveis totais.*

- *Activo Fixo Incorpóreo:*
  - *Constituído por transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, licenças, “saber-fazer” ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente, sendo que no caso de empresas não PME estas despesas não poderão exceder 50% das despesas elegíveis do projecto.*
- *Outras Despesas:*
  - *Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas;*
  - *Estudos, diagnósticos, auditorias e planos de marketing associados ao projecto de investimento;*
  - *Investimentos na área de eficiência energética e energias renováveis, nomeadamente assistência técnica, auditorias energéticas, testes e ensaios;*
  - *Custos associados aos pedidos de Direitos de Propriedade Industrial (formulação de pedidos de patentes, modelos de utilidade e desenhos ou modelos, nacionais, no estrangeiro pela via directa nas administrações nacionais, comunitários, europeus e internacionais), designadamente taxas, pesquisas ao estado da técnica, anuidades e honorários de consultoria em matéria de Propriedade Industrial;*
  - *Despesas relacionadas com a promoção internacional, designadamente alugueres de equipamentos e espaço de exposição, contratação de serviços especializados, deslocações e alojamento e aquisição de informação e documentação específica relacionadas com a promoção internacional que se enquadrem no âmbito das seguintes acções:*
    - *Acções de prospecção e presença em mercados externos, designadamente prospecção de mercados, participação em concursos internacionais, participação em certames internacionais nos mercados externos, acções de promoção e contacto directo com a procura internacional;*

- *Acções de promoção e marketing internacional, designadamente concepção e elaboração de material promocional e informativo e concepção de programas de marketing internacional.*
- *Despesas associadas a investimentos de conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal, bem como os custos associados a implementação de Planos de Igualdade;*
- *Despesas inerentes à certificação dos sistemas, produtos e serviços nas áreas da qualidade, do ambiente, da inovação e da responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho, nomeadamente, despesas com a entidade certificadora, assistência técnica específica, ensaios e dispositivos de medição e monitorização, calibrações, bibliografia e acções de divulgação;*
- *Despesas inerentes à implementação de sistemas de gestão pela qualidade total e à participação em prémios nacionais e internacionais;*
- *Implementação de sistemas de planeamento e controlo;*
- *Despesas inerentes à obtenção do rótulo ecológico e à certificação e marcação de produtos;*
- *Despesas com a criação e desenvolvimento de insígnias, marcas e colecções próprias;*
- *Registo inicial de domínios e fees associados à domiciliação da aplicação em entidade externa, adesão a marketplaces e outras plataformas electrónicas, criação e publicação de catálogos electrónicos de produtos e serviços, bem como a inclusão e ou catalogação;*
- *Custos, por um período até vinte e quatro meses, com a contratação de um máximo de dois novos quadros técnicos a integrar por PME, com nível de qualificação igual ou superior a IV, necessários à implementação do projecto;*
- *Investimentos em formação de recursos humanos no âmbito do projecto, a definir em diploma específico.*

As taxas de incentivo para um projecto individual é de 35% acrescida de majorações, 10 p.p. se for pequena empresa e 5 p.p. se os projectos se inserirem em estratégias de eficiência colectiva. O sistema de incentivo qualificação e internacionalização de PME neste quadro comunitário já apoiou mais de 2600 projectos.

## **9. Evolução dos concursos ao Sistema de Incentivos**

### **9.1. Sistema de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico**

O sistema de incentivo à investigação e desenvolvimento tecnológico (SI I&DT), como foi dito no capítulo anterior pretende intensificar esforço nacional de I&DT e a criação de novos conhecimentos com o intuito de aumentar a competitividade das empresas, e promover a articulação entre estas e as entidades SCT.

O objecto de estudo nesta análise é os avisos de concurso para projectos individuais, ou seja promovidos por empresas (PME).

Os concursos de 2007, 2008 e 2009 não apresentam qualquer tipo de particularidade relevante, uma vez que os seus objectivos coincidem como objectivo geral do sistema de incentivo, e as despesas elegíveis são as definidas pelo regulamento<sup>27</sup>.

No ano de 2009 além dos normais concursos foram criados dois especiais. O primeiro concurso foi criado tendo em conta a conjuntura económica do sector automóvel e sua importância para os restantes sectores industriais, dado o seu carácter estruturante com efeito sobre uma vasta cadeia de valor. Sendo que a indústria automóvel têm uma procura permanente por novas soluções tecnológicas e com o objectivo de preparar antecipadamente o próximo ciclo da indústria caracterizado por fortes exigências em matéria de optimização da gestão da produção, ambiente e desempenho energético entre outros. Como é óbvio este concurso foi só para empresas do sector automóvel. O segundo concurso espacial foi para apoiar as Redes de Nova Geração (RNG), incentivar o desenvolvimento de novos, ou substancialmente melhorados, componentes ou equipamentos de redes ou soluções com aplicação em áreas de relevo sócio-económico.

As RNG traduzem-se em plataformas de convergência tecnológica que permitem um novo patamar na oferta de serviços de banda larga, quer pelas prestações que integram (voz, internet, televisão, aplicações interactivas, etc.), quer pelas funcionalidades que permitem disponibilizar. Estes investimentos em RNG, além de melhorar de forma significativa a competitividade dos territórios e da economia em geral, proporcionam novas oportunidades de desenvolvimento de actividades económicas com elevado valor. As

---

<sup>27</sup> Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelas Portarias n.ºs 711/2008, de 31 de Julho, e 353 -B/2009, de 3 de Abril – Artigo n.º 11

tipologias de investimento apoiadas no âmbito deste concurso foram em componentes de rede e desenvolvimento de serviços/aplicações.

O único concurso aberto em 2010 pretendia orientar os investimentos em actividades transaccionáveis e a consequente orientação das empresas portuguesas para os mercados externos. Neste sentido este concurso apoiava projectos de I&DT que reforçavam a capacidade competitiva das empresas exportadoras no acesso aos mercados externos. Neste concurso foi-lhe ainda acrescentado mais condições de acesso, sendo que a primeira condição obrigava que a empresa promotora no pré-projecto tivesse exportado mais de 15% do seu volume de negócios total, excepto para empresas criadas após 01/01/2009, pois aí seria no pós-projecto. Na segunda condição o projecto tinha de estar inserido no “enquadramento sectorial e territorial” (identifica o âmbito sectorial e territorial aplicável às Estratégias de Eficiência Colectiva) e nos “critérios de inserção de projectos em Estratégias de Eficiência Colectiva – Clusters – SI I&DT” (identifica as áreas tecnológicas e de desenvolvimento de novos produtos, processos ou sistemas prioritários para cada um dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e Cluster reconhecido).

O concurso aberto no presente ano de 2011 pretende dar continuidade ao anterior concurso, acrescenta-lhe mais prioridades. Uma das prioridades visa a utilização do SI I&DT como instrumento de concretização das estratégias de desenvolvimento sustentadas em lógicas de eficiência colectiva. Outra das prioridades pretende incentivar a investigação e desenvolvimento de veículos eléctricos e dos respectivos componentes e software e ainda o desenvolvimento de equipamentos relevantes para a rede de mobilidade eléctrica. Com esta prioridade pretende-se criar novas oportunidades de negócio, bem como promover a atracção de investimento estrangeiro nesta nova área. Relativamente as condições de acesso, não apresentam alterações comparativamente com o anterior concurso, mas uma vez mais se faz referência a obrigatoriedade de no pré-projecto a empresa ter de exportar mais de 15% do seu volume de negócios total.

## **9.2. Sistema de Incentivos à Inovação**

O sistema de incentivos à inovação pretende como foi dito no capítulo anterior promover a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua evolução na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os



mercados internacionais. Inclui portanto produtos, serviços, processos e métodos que foram desenvolvidos de forma pioneira pela empresa ou resultante de transferência de conhecimento. Tendo por base o objectivo principal deste sistema de incentivo, os dois primeiros anos deste quadro comunitário 2007 e 2008 foi marcado por concursos que visavam apoiar projectos de produção de novos bens e serviços, de adopção de novos processos e de expansão de capacidades em actividades com dinâmicas de crescimento. Assim as tipologias apoiadas foram em “produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção actual através da transferência e aplicação de conhecimento”, “adopção de novos ou significativamente melhorados, processos ou métodos de produção, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de marketing” e por fim de “expansão de capacidades de produção em actividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas.” Em relação as despesas consideradas elegíveis, excepto para NUTS II Lisboa, eram as presentes no documento e referidas no capítulo anterior.

O ano de 2009 foi composto por dois concursos sem restrições, ou seja apoiava a inovação produtiva, o que inclui todas a tipologias presentes no regulamento<sup>28</sup>. As despesas elegíveis também não apresentavam restrições. Mas este ano foi ainda marcado por um conjunto de concursos específicos para alguns sectores de actividade. O primeiro concurso especial foi de apoio a projectos de produção de novos bens e serviços e adopção de novos processos ou métodos de fabrico no sector automóvel. Tal como no SI I&DT o sector automóvel teve um concurso específico, reconhecendo a sua importância para um conjunto alargado de outras indústrias e com o objectivo uma vez mais de preparar o sector para o próximo ciclo produtivo. Como é evidente só as empresas do sector automóvel poderiam concorrer, sendo que os tipos de projectos apoiados visavam novos perfis de especialização em veículos e tecnologias com emissões reduzidas e a introdução de novos processos produtivos. O segundo concurso especial destinava-se apoiar as oportunidades empresariais associadas a Redes de Nova Geração. Uma vez mais tal como no sector automóvel também neste sistema de incentivo houve um concurso vocacionado para as Redes de Nova Geração (RNG), tendo também o mesmo objectivo que no anterior sistema de incentivo, ou seja, o estímulo ao aproveitamento do potencial de desenvolvimento de novas actividades no país sustentadas nas RNG. No que se refere as tipologias apoiadas os

---

<sup>28</sup> Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -C/2009, de 3 de Abril – Artigo n.º 5

projectos teriam de se inserir no fabrico de componentes de rede e serviços técnicos destinados a RNG ou na criação de empresas de serviços (empreendedorismo) de alto conteúdo tecnológico inovador suportados na utilização das RNG. O terceiro concurso especial, inserido na Iniciativa MERCA promovia a inovação no tecido empresarial das PME dos sectores do comércio, dos serviços e da restauração, localizados em áreas abrangidas em Estratégias de Eficiência Colectiva e reconhecidas como Acções de Regeneração e Desenvolvimento Rural. Tendo presente este objectivo, as tipologias de apoiadas destinavam-se a “produção de novos serviços ou introdução de melhorias significativas no perfil dos serviços prestados” ou adopção de novos ou significativamente melhorados, processos ou métodos de produção, sistemas de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de marketing” ou “modernização, requalificação ou racionalização de empresas visando a revitalização da actividade económica dos centros urbanos” ou por fim de “desenvolvimento de novas actividades económicas centradas na criatividade e inovação, nomeadamente através da criação de empresas”. O quarto concurso especial destinava-se a apoiar o PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Este programa pretende fomentar a competitividade dos territórios de baixa densidade, através da dinamização de actividades económicas inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, tendencialmente, inimitáveis do território (recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais ou outros). As tipologias referidas são que constam no regulamento<sup>29</sup> não havendo restrições. No ano de 2010 o concurso apoiava a inovação produtiva, mas era diferente dos anteriores, pois pretendia apoiar investimentos empresariais que reforcem a capacidade das empresas exportadoras no sentido de assegurar ganhos mais rápidos em termos de uma maior orientação do produto interno para a procura externa.

Assim foram adicionadas neste sistema de incentivo mais condições de acesso, sendo a mais relevante o facto de empresa no pré-projecto ter obrigatoriamente exportado mais de 20% do seu volume de negócios total e no final do projecto aumentar 20%, excepto para empresas criadas após 01/01/2009 aí será no final do projecto exportar mais de 30%. Os projectos teriam ainda de estar inseridos em duas tipologias de “produção de bens e serviços ou melhorias significativas da produção actual” ou de “adopção de novos ou

---

<sup>29</sup> Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -C/2009, de 3 de Abril – Artigo n.º 5

significativamente melhorados, processos ou métodos de fabrico, de logística de distribuição, bem como métodos organizacionais ou de marketing.”

No presente ano já se realizou um concurso de apoio a inovação produtiva, caracterizando-se pela semelhança ao anterior, apenas se distinguindo nas condições de acesso. Assim as empresas ou tinham exportado mais de 20% do seu volume de negócios total no pré-projecto e assim no pós-projecto teriam de chegar aos 30% do seu volume de negócios total ou então teriam de só no pós-projecto chegar aos 30% do seu volume de negócios total. Ainda no decorrer deste ano foi aberto um concurso designado de “Inovação Produtiva – MOBI-E – Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias da Mobilidade.” Este concurso visa dar um estímulo ao investimento do potencial de desenvolvimento de novas actividades, sustentadas pelo Programa para Mobilidade Eléctrica, através do incentivo à produção de veículos eléctricos e dos respectivos componentes e software e ainda a produção de equipamentos e prestação de serviços. Os projectos apoiados além de estarem inseridos no âmbito sectorial, teriam de estar inseridos nas tipologias de “investimentos em novos produtos ou processos” ou na “constituição de redes de empresas para internacionalização.”

### **9.3. Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização de PME**

O sistema de incentivo à qualificação e internacionalização de PME como foi dito no capítulo anterior, visa a promoção da competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e a presença activa no mercado global. Nos anos de 2007, 2008 e 2009 na modalidade de projecto individual, os concursos não apresentaram qualquer tipo de restrição nas tipologias de investimento apoiadas nem nas despesas consideradas elegíveis, segundo o regulamento<sup>30</sup> e já apresentadas neste relatório. De referir no entanto que no último concurso de 2009 teve uma dotação específica para projectos inseridos nas Estratégias de Eficiência Colectiva. Adicionalmente no ano de 2009 e tal como aconteceu nos restantes sistemas de incentivo existiram concursos especiais que se destinavam a sectores muito específicos. O primeiro concurso específico designou-se “Energia Competitiva” e tinha como objectivo apoiar as empresas

---

<sup>30</sup> Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril – Artigos n.ºs 5 e 12

no sentido de mais facilmente alcançarem os objectivos de eficiência energética com redução da correspondente factura energética. Deste modo a única tipologia de investimento apoiada foi de “diversificação e eficiência energética.” Outro concurso específico foi de apoio ao sector dos transportes. Este concurso foi criado com o intuito de permitir que as empresas dos transportes rodoviários de mercadorias por contra de outrem adoptem medidas que contribuam para reduzir a emissão de partículas poluentes, assim pretendia-se promover um sistema de mobilidade cada vez mais sustentável e mais preparado para enfrentar os desafios da competitividade e da globalização. Para este concurso só podiam concorrer empresas com actividades de transporte rodoviário de mercadorias. Assim, só as despesas elegíveis enquadradas na tipologia de investimento “ambiente” eram consideradas. Por fim o último concurso apoiado neste ano de 2009 foi no âmbito do PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Tal como no sistema de incentivo anterior o objectivo deste programa é fomentar a competitividade dos territórios de baixa densidade, através da dinamização de actividades económicas inovadoras e com base na valorização de recursos endógenos. As tipologias de investimento não tinham qualquer restrição, sendo todas as presentes no regulamento<sup>31</sup>, o mesmo no que se refere as despesas elegíveis.

O primeiro concurso de 2010, manteve o objectivo geral relacionado com a qualificação e internacionalização das PME, mas adicionalmente definiu duas prioridades que visavam a intervenção em actividades transaccionáveis através de projectos que favoreçam a internacionalização das PME e projectos inseridos nas Estratégias de Eficiência Colectiva de Pólos de Competitividade e Tecnologia e de Clusters. Assim além da dotação geral foi definida uma dotação específica para projectos inseridos na segunda prioridade. Em matéria de tipologias de investimentos os projectos podiam-se candidatar a qualquer uma tipologia existente, não havendo restrições. Neste ano foi aberto um concurso específico de “diversificação e eficiência energética” e “solar térmico”. Este concurso tinha como objectivo apoiar as empresas a concretizarem mais facilmente os objectivos de eficiência energética e a utilização das energias renováveis, designadamente através da instalação de sistemas solares térmicos. Os projectos apoiados incluíam investimentos que respeitem a instalação de sistemas solares térmicos para aquecimento de águas, sistemas de

---

<sup>31</sup> Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril – Artigos n.ºs 5 e 12

climatização e ainda os investimentos relacionados com a sua envolvente passiva. As despesas elegíveis neste concurso foram muito específicas pois tinham que obedecer a algumas condições relacionadas com o tema. O último concurso do ano de 2010 apresentou algumas alterações relativamente aos anteriores concursos. Assim o objectivo do concurso era apoiar os investimentos de empresas que já existentes que reforcem a sua capacidade no sentido de assegurar uma maior orientação do produto interno para a procura externa. Portanto visava a promoção da competitividade das PME através da presença activa no mercado global, em projectos que favoreçam a sua internacionalização. Deste modo, tal como aconteceu nos anteriores sistemas de incentivo, as condições de acesso sofreram alterações, sendo adicionada uma rubrica na qual as empresas no pré-projecto devem ter exportado mais de 10% do seu volume de negócios total, salvo as excepções. Simultaneamente o projecto deve estar inserido nas Estratégias de Eficiência Colectiva. A tipologia de investimento apoiada foi “internacionalização”.

O concurso aberto no presente ano de 2011, vem dar continuidade ao anterior concurso, tendo adicionalmente como objectivo apoiar investimentos empresariais que reforcem a capacidade das empresas no sentido de assegurar ganhos mais rápidos em termos de uma maior orientação do produto interno para a procura externa. As condições de acesso neste concurso mudaram, uma vez que os projectos inseridos na tipologia “internacionalização” devem exportar no pós-projecto mais de 20% do seu volume de negócios total, enquanto para as restantes tipologias essa percentagem reduz-se para 15%. As tipologias apoiadas como se pode verificar são todas as presentes no regulamento<sup>32</sup>.

## **9.4. Considerações Finais**

Os projectos apresentados a estes concursos são posteriormente analisados e classificados segundo a metodologia de apuramento do mérito do projecto. Neste cálculo do mérito do projecto são identificadas várias variáveis, a vertente financeira, a qualidade do projecto, o impacto na competitividade da empresa, as exportações, etc., ou seja um conjunto alargado de variáveis que se alteram de concurso para concurso e de sistema de incentivo para sistema de incentivo. Importa fazer referência à variável exportações que é comum a

---

<sup>32</sup> Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril – Artigos n.ºs 5

generalidade dos concursos, mesmo aqueles em que não estava presente nas condições de acesso, evidenciando desde aí a sua importância.

O quadro abaixo, pretende fazer uma retrospectiva dos concursos aos sistemas de incentivo ao longo deste quadro comunitário, que foram abordados mais profundamente neste capítulo. Assim, para melhor compreensão do quadro entende-se por “geral” quando os concursos não apresentam restrições ou alterações significativas, por “geral – internacionalização” quando se trata de um concurso similar ao “geral” mas acrescentado das condições de acesso no qual exigia uma percentagem de exportação no pré-projecto ou pós-projecto. No sistema de incentivo à inovação definiu-se por “geral – novos bens e serviços, adopção novos processos e expansão de capacidades em actividades com dinâmicas de crescimento” pois foram as tipologias apoiadas nos primeiros anos, enquanto nos anos seguintes “geral – inovação produtiva” já engloba todas as tipologias. As restantes referências trata-se dos concursos especiais.

**Figura 3 - Quadro Resumo dos Concursos aos Sistemas ao Incentivos**

<b>SI / Anos</b>	<b>SI I&amp;DT</b>	<b>SI Inovação</b>	<b>SI Qualificação de PME</b>
<b>2007</b>	Geral	Geral – Novos bens e serviços, adopção novos processos e expansão de capacidades em actividades com dinâmicas de crescimento	Geral
<b>2008</b>	Geral	Geral – Novos bens e serviços, adopção novos processos e expansão de capacidades em actividades com dinâmicas de crescimento	Geral
<b>2009</b>	Geral / Sector Automóvel / Redes de Nova Geração	Geral – Inovação Produtiva / Sector Automóvel / Redes de Nova Geração / MERCA / PROVERE	Geral / Energia Competitiva / Sector dos Transportes / PROVERE
<b>2010</b>	Geral – Internacionalização	Geral – Inovação Produtiva – Internacionalização	Geral / Diversificação e Eficiência Energética, Solar Térmico / Geral - Internacionalização
<b>2011</b>	Geral - Internacionalização	Geral – Inovação Produtiva – Internacionalização / MOBI-E	Geral – Internacionalização

Fonte: Elaboração própria

Com o quadro resumo acima e tendo na memória à especificidade de cada concurso, verifica-se que houve uma homogeneidade nas orientações dos concursos, ou seja, nos primeiros anos pretendeu-se alargar os concursos a generalidade das PME. Apenas o SI Inovação restringiu os primeiros dois anos as tipologias de “novos bens e serviços, adopção de novos processos e expansão de capacidades em actividades com dinâmicas de crescimento”. O ano de 2009 evidencia-se como o ano de apoio a sectores específicos, pois houve um apoio ao sector automóvel e as Redes de Nova Geração, sendo ambos abrangidos com um concurso no SI I&DT e no SI Inovação. O SI Inovação teve ainda mais dois concursos específicos de apoio aos programas MERCA e PROVERE, tendo este último também sido apoiado no âmbito do SI Qualificação PME. A partir deste ano o SI Inovação começou a apoiar a “inovação produtiva”, abrangendo todas as tipologias de investimento. O SI Qualificação PME apresentou ainda neste ano um concurso de apoio ao sector dos transportes rodoviários de mercadorias e no ano seguinte um de apoio a “diversificação e eficiência energética e solar térmico”. O ano de 2010 é caracterizado pela alteração nas condições de acesso, pois viu ser incluído a vertente exportações, deixando de estar só presente na classificação dos projectos. Por fim, no presente ano de 2011 houve um concurso especial, no âmbito do SI Qualificação PME, designado MOBI-E de apoio a mobilidade eléctrica.

## **9.5. Caso Prático: Exemplos de Empresas**

Os sistemas de incentivo têm como finalidade apoiar as PME nas suas estratégias de crescimento, contudo como os sistemas de incentivo seguem as orientações das políticas públicas definidas pelo governo, portanto considera-se que os sistemas de incentivo de servem para o governo influenciar de alguma maneira as estratégias das próprias PME.

Os exemplos que se expõem em seguida por se tratar de dados confidenciais, não apresentaram o nome da empresa em questão sendo substituído por um nome fictício, deste modo mantendo-se a confidencialidade dos dados. O que importa avaliar não é os dados em questão, mas sim as estratégias das empresas e como elas se apoiaram nos sistemas de incentivo para as concretizar.

### 9.5.1. Exemplo 1: Empresa “A”

A empresa “A” é uma média empresa, que se insere no sector têxtil e teve um volume de negócios em 2010 perto dos sete milhões de euros, sendo que 95% das suas vendas destinam-se ao mercado externo.

**Figura 4 - Dados Económicos da Empresa “A”**

Anos	2007	2008	2009	2010
<b>Volume de Negócios</b>	6 Milhões	6 Milhões	6 Milhões	7 Milhões
<b>Quota de Exportação</b>	95%	95%	95%	95%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IAPMEI

No ano de 2008 apresentou um projecto ao sistema de incentivo à inovação/inovação produtiva com o intuito de inovar os seus métodos e processos, a organização da actividade operacional e o seu sistema de informação. Com este projecto adquiriu equipamentos produtivos, um sistema de recolha de dados de produção e melhorou o controlo de qualidade. Trata-se de um projecto com um investimento elegível perto dos 900 mil euros, sendo que apenas um terço foi alvo de incentivo. O projecto já foi concluído.

Ainda no ano de 2008 apresentou um projecto ao sistema de incentivo I&DT/Vale I&DT que se destinava a adquirir serviços de I&DT a uma entidade do Serviço Científico e Tecnológico Nacional. Teve um investimento elegível de cerca de 25 mil euros, o que perante a dimensão da empresa representa um montante muito pequeno. O projecto também já foi concluído.

A empresa ao longo da sua história sempre apostou na criação ou melhoramento de novos produtos e processos, pois percebeu que este seria o caminho para se manter competitiva ao longo do tempo nos mercados externos.

Actualmente a empresa já possui formalmente um Departamento de Investigação de Desenvolvimento com técnicos altamente qualificados que com o apoio das entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, se dedica ao desenvolvimento em áreas tecnológicas, dos processos e dos produtos.



No ano de 2010 apresentou uma candidatura ao sistema de incentivo à qualificação de PME/Projectos individuais com o objectivo de promover e reforçar os factores dinâmicos de competitividade, pelo incremento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta aliada a uma presença no mercado global. Desta forma pretende apostar em tecnologias de informação com enfoque ao nível da organização/integração dos diferentes intervenientes na empresa, criar um portal de Web como facilitador do comércio em termos electrónicos, e por fim empenhar-se na eficiência energética para rentabilizar os recursos, estes são os investimentos mais importantes do projecto. Assim as tipologias de investimento no qual se inserem os investimentos propostos neste projecto são: “organização e gestão e tecnologias de informação”, o “ambiente”, a “diversificação e eficiência energética”, a “economia digital”, a “internacionalização” e por fim a “responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho”. O projecto ainda se encontra em execução. Com estes investimentos pretende apostar na internacionalização para mercados onde já actua e consolidar e reforçar a sua actuação nos mesmos, mas também a entrada em novos mercados.

Através destas informações consegue-se perceber que a empresa foi utilizando os sistemas de incentivo na concretização da sua estratégia de crescimento, começando por inovar e modernizar, para numa fase posterior apostar mais na internacionalização, com o intuito de reforçar e aumentar a presença nos mercados externos, sendo que a sua percentagem de exportações têm-se mantido constante no 95% do total do seu volume de negócios.

### 9.5.2. Exemplo 2: Empresa “B”

A empresa “B” tem como actividade principal a programação informática, tratando-se de uma média que facturou perto de 33 milhões de euros em 2010.

**Figura 5 - Dados Económicos da Empresa “B”**

Anos	2007	2008	2009	2010
<b>Volume de Negócios</b>	22 Milhões	25 Milhões	29 Milhões	33 Milhões
<b>Quota de Exportação</b>	18%	62%	72%	80%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IAPMEI

Perante a actividade da empresa, que se dedica ao desenvolvimento, distribuição e implementação de software prevê-se que os seus projectos se insiram essencialmente no sistema de incentivo I&DT. Deste modo em 2009 apresentou três projectos ao sistema de incentivo I&DT, sendo que dois deles foram na tipologia de projectos individuais e um em co-promoção. Os três projectos em conjunto correspondem a um investimento de mais de 6 milhões de euros, no qual obtiveram um incentivo de praticamente metade desse investimento. Estes visam a criação de novos produtos ou a sua melhoria significativa, para tornar a empresa mais competitiva. Os projectos estão numa fase de conclusão.

Antes destes projectos de I&DT apresentou no final de 2008, um projecto ao sistema de incentivo à inovação que visava a produção de novos bens e serviços, de adopção de novos processos e de expansão de capacidades. O projecto é bastante ambicioso pois corresponde a um investimento de perto de 17 milhões de euros no qual obteve um incentivo de pouco mais de 6 milhões de euros. O projecto ainda se encontra em execução.

A empresa tendo como actividade o desenvolvimento de software, e apresenta como missão criar ambientes sem papel. Possui uma equipa multidisciplinar no qual se inclui por exemplo matemáticos e designers.

Os seus investimentos inserem-se essencialmente no desenvolvimento de novos e inovadores produtos como forma de se manter competitiva nos mercados externos, pretendendo no futuro entrar em novos mercados.

A empresa foi criada à pouco mais de dez anos e apresenta um crescimento muito considerável, quer ao nível do seu volume de negócios, quer ao nível da sua quota de exportação.

A sua estratégia de crescimento está focada no mercado externo.

Neste caso os sistemas de incentivo apoiaram a empresa na concretização da sua estratégia, pois verifica-se uma coerência na sua estratégia ao longo dos anos, não sendo alterada de forma a poder coincidir com as orientações dos sistemas de incentivo.

### **9.5.3. Exemplo 3: Empresa “C”**

A empresa “C” está inserida no sector do mobiliário, e teve um volume de negócios em 2010 perto dos 7 milhões de euros, tratando-se de uma média empresa.

**Figura 6 - Dados Económicos da Empresa “C”**

<b>Anos</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Volume de Negócios</b>	4 Milhões	4 Milhões	10 Milhões	7 Milhões
<b>Quota de Exportação</b>	10%	15%	Sem informação	Sem informação

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IAPMEI

A empresa ao longo deste quadro comunitário já concorreu aos diferentes sistemas de incentivo. Apresentou em dois anos seguidos (2007 e 2008) projectos ao sistema de incentivo à I&DT/projectos em co-promoção, que se destina em conjunto com uma entidade do Serviço Científico e Tecnológico Nacional desenvolverem novos produtos e assim beneficiarem das sinergias existentes e partilharem os riscos. Ambos projectos já foram concluídos.

Apostou também na inovação, concorrendo ao sistema de incentivo à inovação/inovação produtiva com o intuito de melhorar a sua produção, optimizando os recursos e métodos, aliados a uma tecnologia cada vez mais mecanizada. O investimento foi superior aos 1,5 milhões de euros, tendo obtido um incentivo de pouco mais de 400 mil euros. O projecto já se encontra concluído.

Em 2009 apresentou um projecto ao sistema de incentivo à I&DT/criação e reforço de competências internas de I&DT/núcleos de I&DT com o objectivo de desenvolver de forma sustentada competências internas de I&DT e de gestão de inovação, através da criação de uma unidade estruturada, permanente e dedicada exclusivamente a actividades de I&DT. O projecto também já se encontra concluído.

Por fim com o intuito de começar e desenvolver o seu processo de internacionalização, apresentou dois projectos ao sistema de incentivo à qualificação de PME, um no ano de 2007 e outro recentemente em 2010. O primeiro já foi concluído, estando o segundo ainda em execução.

A empresa foi criada há quase vinte anos e caracteriza-se pela sua flexibilidade de produção e por um alto nível de inovação no desenvolvimento dos seus produtos.

Ao longo destes anos expandiu a sua produção com a criação de mais unidade fabril e também criou uma equipa de colaboradores para desenvolver a área de I&DT com

objectivo de desenvolvimento de novos produtos integrados ao nível das novas tecnologias, este último com ajuda dos sistemas de incentivo como já foi dito. Através desta forte componente de inovação e tecnologia pretende tornar-se cada vez mais competitiva e assim a nível internacional entrar em novos mercados.

A empresa através dos seus dados económicos, mostra um crescimento do seu volume de negócios até 2009 atingindo nesse ano o seu ponto máximo, tendo em 2010 apresentado uma descida possivelmente devido a conjuntura económica. Em matéria de quota de exportações, nos dois primeiros anos apresenta um aumento, mas como não existe dados para os anos restantes não se pode quantificar se teve sucesso a nível externo, mas pelo aumento do volume de negócios é credível acreditar que tenha sido essencialmente pelo mercado externo.

Esta empresa ao contrário das anteriores dá a entender que foi moldando a sua estratégia conforme as orientações que seguiam os sistemas de incentivo. No início do quadro comunitário ainda estava pouco focalizada para o mercado externo e verifica-se que de certa forma ao longo destes últimos anos esteve a prepara-se para cada vez mais ser a sua aposta, o que coincide com o que pretende os sistemas de incentivo para as PME.

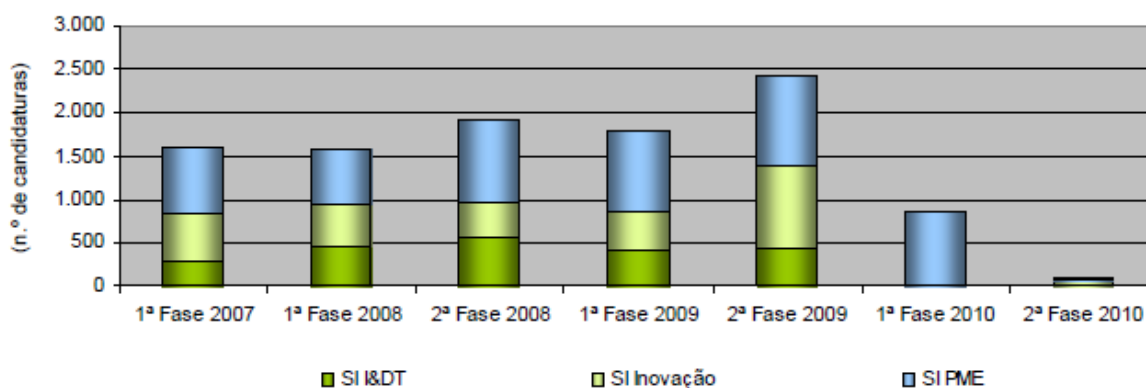
## **9.6 Outros dados relevantes sobre os sistemas de incentivos**

O contexto económico de execução dos sistemas de incentivo constitui, pelo conjunto de dificuldades que representa para a actividade empresarial, um elemento central na formação das expectativas dos empresários e na determinação dos níveis de investimento em quantidade e qualidade.

A conjuntura económica marcada por dificuldades constitui, ao longo de todo o seu período de execução, um elemento determinante na explicação das tendências e nas grandes mudanças que marcam a evolução da procura que lhes é dirigida.

No total, os três sistemas de incentivo do QREN receberam até ao final de 2010, mais de 10 000 candidaturas, envolvendo intenções de investimento na ordem dos 17,7 mil milhões de euros.

**Figura 7: Candidaturas aos Sistemas de Incentivo por fase, 2007-2010**



Fonte: Relatório de Execução – Volume II – Incentivos às Empresas QREN e COMPETE

A figura acima mostra a distribuição dos projectos a concurso em cada fase, verificando-se uma afluência considerável de projectos na última fase de 2009, em especial no sistema de incentivo à inovação. Em 2010, apesar de não estar a totalidade dos projectos pelo facto de alguns concursos só terminarem em 2011, nota-se a redução do número de concursos abertos.

No final de 2010, encontravam-se aprovados 4779 projectos, com um investimento elegível de 6,6 milhões de euros e um incentivo superior a 2,5 mil milhões de euros.

**Figura 8: Candidaturas e Aprovações por sistema de incentivo, 2007-2010**

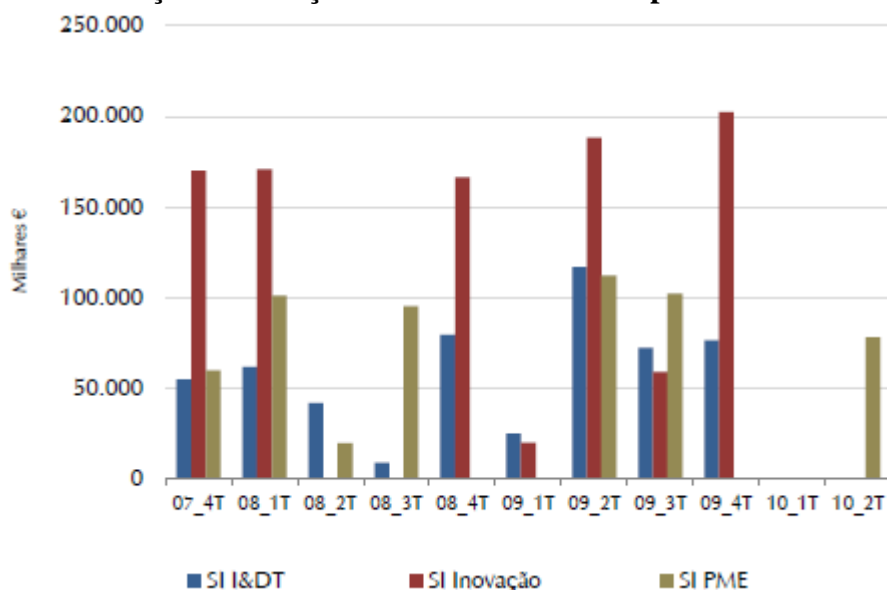
*Unid: Mil Euros*

Sistema de Incentivos	Candidaturas		Projectos Aprovados			
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Invest. Elegível	Incentivo	Incentivo/projecto
SI I&DT	2.151	1.911.772	1.004	710.489	389.632	388
SI Inovação	3.006	13.932.427	1.142	5.153.788	1.770.327	1.550
SI PME	5.183	1.823.854	2.633	772.569	353.199	134
<b>Total Geral</b>	<b>10.340</b>	<b>17.668.053</b>	<b>4.779</b>	<b>6.636.845</b>	<b>2.513.158</b>	<b>526</b>

Fonte: Relatório de Execução – Volume II – Incentivos às Empresas QREN e COMPETE

Mais de 70% do incentivo foi transmitido a partir do sistema de incentivo à inovação, onde se insere a maior parte de projectos de grande dimensão, incluindo os do regime especial e de interesse estratégico. O incentivo médio por projecto é, neste sistema de incentivo, de 1550 mil euros, respectivamente, cerca de 4 e 12 vezes mais que o incentivo médio no sistema de incentivo à I&DT e no sistema de incentivo à qualificação PME.

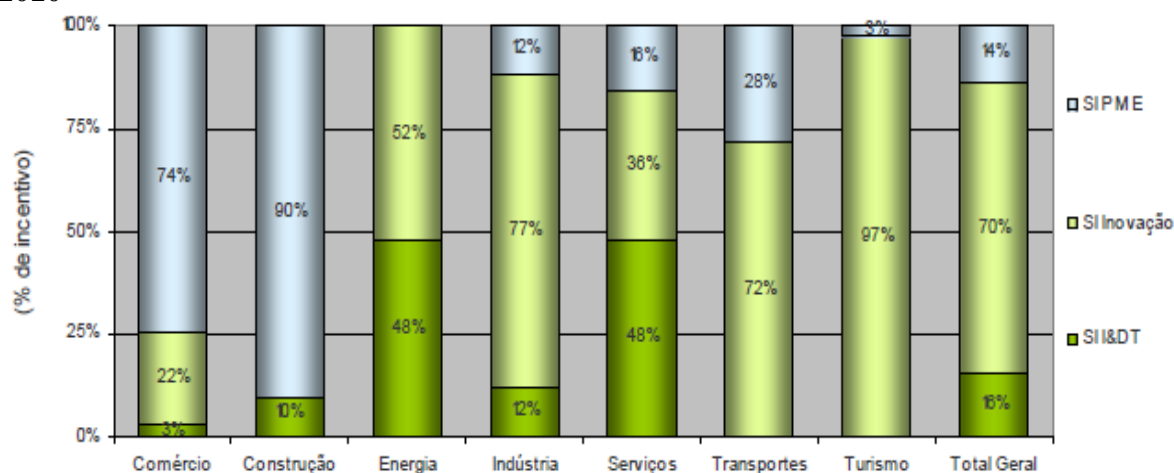
**Figura 9: Evolução da dotação inicial dos concursos por sistema de incentivo**



Fonte: Avaliação da Operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivo no contexto da Agenda Factores de Competitividade – Relatório Final – Volume I

A figura acima mostra como foi regulada a procura por sistema de incentivo, comprovada na sequência temporal do lançamento dos concursos, evidenciando uma inconstância que reflete uma redução do número de avisos de abertura de concursos nos períodos que antecederam as reorientações estratégicas dos sistemas de incentivo (1º trimestre de 2009 e 1º semestre de 2010) e/ou que se seguiram ao lançamento de concursos com procura muito elevada. O sistema de incentivo à inovação foi o que apresentou dotação inicial mais elevada em quase todos os concursos.

**Figura 10: Apoios dos sistemas de incentivo, por medida e sector de actividade, 2007-2010**



Fonte: Relatório de Execução – Volume II – Incentivos às Empresas QREN e COMPETE

A distribuição por medida revela uma maior representatividade dos apoios do sistema de incentivo à inovação em todos os sectores, à excepção do comércio e da construção (este último, não elegível no âmbito deste instrumento), onde o sistema de incentivo à qualificação PME ganha importância. O sistema de incentivo à I&DT tem mais relevância nos sectores de energia e nos serviços.

Na figura abaixo que mostra os apoios dos sistemas de incentivo por agrupamento sectorial, verifica-se que os serviços empresariais somam 25% dos projectos, o que equivale a 12% do incentivo total. Em termos de investimento elegível, refere-se a importância da mecânica e electrónica e da química, com 18% e 15% respectivamente.

De realçar, também os apoios na hotelaria e restauração (turismo) que representa 11% do incentivo concedido.

**Figura 11: Apoios dos sistemas de incentivo, por agrupamento sectorial, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

Agrupamentos	Nº Proj.		Investimento Elegível		Incentivo	
Serviços Empresariais	1.178	25%	529.077	8%	289.105	12%
Química	259	5%	987.306	15%	277.584	11%
Hotelaria e Restauração	215	4%	552.791	8%	264.089	11%
Metálica	452	9%	499.769	8%	250.706	10%
Mecânica e Electrónica	322	7%	1.207.698	18%	208.199	8%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	288	6%	420.134	6%	177.690	7%
Material de Construção	214	4%	291.472	4%	149.367	6%
Têxtil, Vestuário e Calçado	387	8%	302.554	5%	141.952	6%
Papel e Publicações	117	2%	482.977	7%	134.408	5%
Material de Transporte	101	2%	344.543	5%	131.825	5%
Alimentar	235	5%	276.412	4%	130.530	5%
Transportes, Logística e Distribuição	437	9%	187.395	3%	91.999	4%
Indústria Extractiva	71	1%	184.526	3%	80.522	3%
Educação, Saúde e Cultura	78	2%	172.962	3%	78.727	3%
Energia e Ambiente	64	1%	111.700	2%	62.249	2%
Comércio	231	5%	48.517	1%	25.532	1%
Construção	118	2%	25.546	0%	12.019	0%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	12	0%	11.465	0%	6.655	0%
<b>Total Geral</b>	<b>4.779</b>	<b>100%</b>	<b>6.636.845</b>	<b>100%</b>	<b>2.513.158</b>	<b>100%</b>

Fonte: Relatório de Execução – Volume II – Incentivos às Empresas QREN e COMPETE

**Figura 12: Distribuição do investimento elegível apoiado por tipologia de investimentos**

Tipologia de Investimento	Investimento Elegível	
	em Euros	em %
Internacionalização	339.113.498	5,5%
I&D	590.006.232	9,5%
Transferência de Tecnologia e Propriedade Industrial	25.838.846	0,4%
Qualidade, Segurança e Saúde	52.655.351	0,8%
Empreendedorismo	163.191.484	2,6%
Inovação	2.967.166.942	47,8%
Expansão da Capacidade Produtiva	679.778.909	10,9%
Modernização Tecnológica	1.200.208.094	19,3%
Comercialização e Marketing	30.506.149	0,5%
Organização, Gestão e TIC	121.596.289	2,0%
Ambiente e Diversificação e Eficiência Energética	39.069.801	0,6%
<b>Total</b>	<b>6.209.131.595</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Avaliação da Operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivo no contexto da Agenda Factores de Competitividade – Relatório Final – Volume I

Considerando agora a distribuição do investimento elegível apoiado pelas áreas temáticas, associadas a tipologias de investimento, verifica-se que as despesas presentes no perfil inovação, que considera as subclasses inovação e produção de novos bens e serviços, são os que mais se distinguem neste âmbito, representando 47,8% do investimento elegível apoiado, seguindo-se a modernização tecnológica com 19,3% do investimento elegível apoiado. O perfil de investimentos apoiados pelos sistemas de incentivo dá a entender que estes assumem um contributo importante para o reforço da competitividade empresarial e da inovação.

As áreas de investigação e inovação são um elemento basilar nas empresas, não sendo por isso surpreendente que mais de 80% dos apoios concedidos no âmbito dos sistemas de incentivo se dirigem-se a projectos de I&DT e/ou inovação. No total, encontram-se aprovados 2495 projectos, com um investimento elegível associado superior a 5,7 mil milhões de euros e um incentivo que ascende aos 2 mil milhões de euros.



**Figura 13: Apoios à I&DT e à Inovação, nos sistemas de incentivo, por medida, 2007-2010**

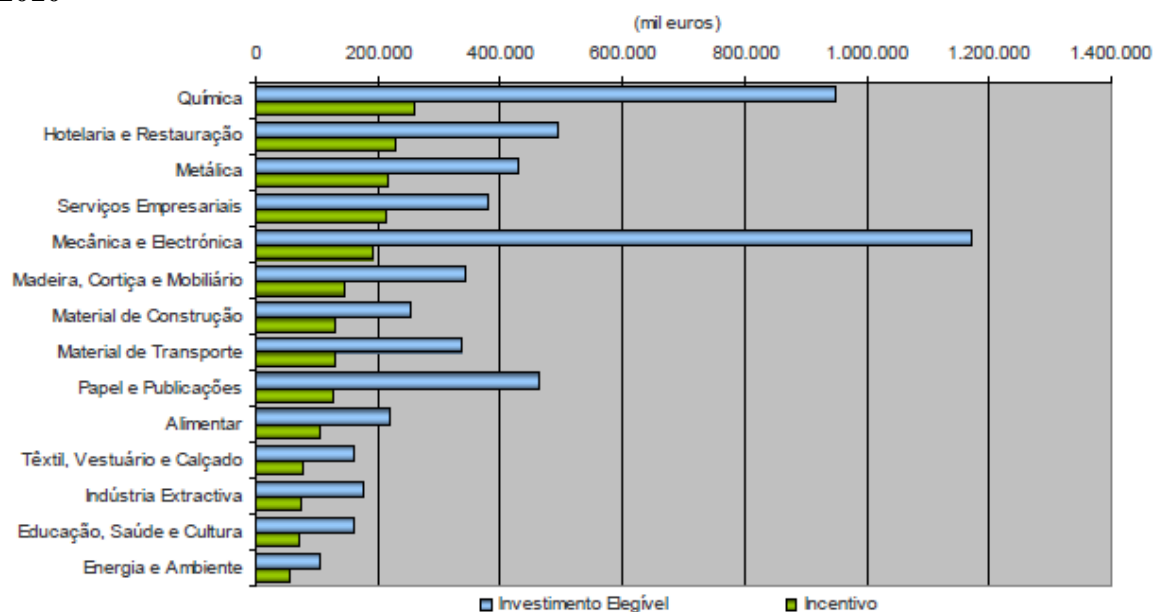
*Unid: Mil Euros*

Tipologia	Medida	N.º Proj.	Invest. Eleg.	Incentivo
I&D	SI I&DT/Projectos Individuais	338	244.243	126.777
	SI I&DT/Projectos em Co-promoção	337	281.044	176.069
	SI I&DT/Projectos Mobilizadores	12	79.179	48.692
	SI I&DT/Vale I&DT	219	6.447	4.814
	SI I&DT/Projectos do Regime Especial	3	61.428	15.871
	SI I&DT/I&DT Colectiva	5	2.328	1.630
	SI I&DT/Núcleos de I&DT	88	32.318	14.838
	SI I&DT/Centros de I&DT	2	3.501	943
Inovação	SI Inovação/Inovação Produtiva	906	2.189.221	1.132.147
	SI Inovação/Projectos do Regime Especial	15	1.396.998	191.050
	SI Inovação/Projectos de Interesse Estratégico	8	413.495	173.168
	SI Qualificação PME/Vale Inovação	556	12.865	9.613
	Projectos transitados do QCA III	6	999.580	168.050
<b>Total Geral</b>		<b>2.495</b>	<b>5.722.647</b>	<b>2.063.659</b>

Fonte: Relatório de Execução – Volume II – Incentivos às Empresas QREN e COMPETE

Na figura abaixo apresentam-se os agrupamentos sectoriais com maior número de aprovações, destacando-se, em termos de incentivo, a química. Em matéria de investimento elegível destaca-se a mecânica e electrónica, que depois não é correspondido no incentivo concedido. Realça-se uma vez mais a hotelaria e restauração em termos de incentivo concedido.

**Figura 14: Apoios à I&DT e à Inovação, nos sistemas de incentivo, por medida, 2007-2010**



Fonte: Relatório de Execução – Volume II – Incentivos às Empresas QREN e COMPETE

A internacionalização da economia portuguesa, traduzida no aumento da capacidade de exportação e de presença em mercados externos, tem vindo a assumir uma importância crescente no quadro das políticas macroeconómicas nacionais. Para as empresas é cada vez mais a única hipótese que têm para crescer.

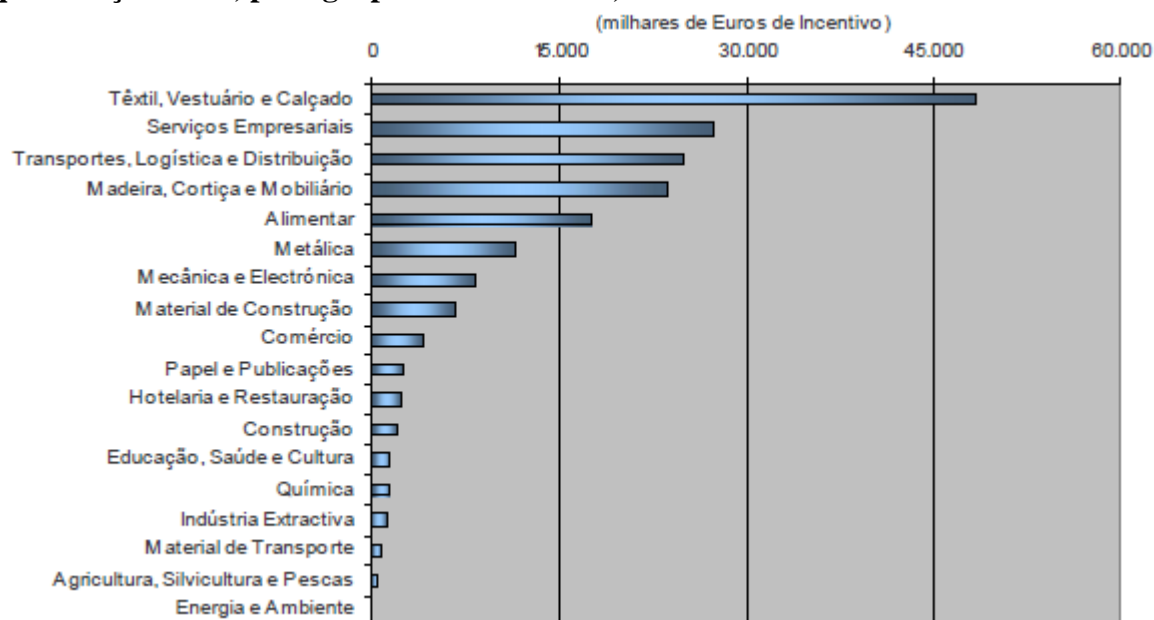
Relativamente aos apoios directos à internacionalização, foram aprovados, até ao final de 2010, no âmbito dos sistemas de incentivo e dos apoios a acções colectivas, perto de mil projectos, com um investimento elegível superior a 526 milhões de euros e um incentivo próximo dos 269 milhões de euros.

**Figura 15: Apoios directos à internacionalização, 2007-2010**

Medida	N.º Proj.	Unid: Mil Euros	
		Investimento Elegível	Incentivo
SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	763	229.262	99.322
SI Qualificação PME/Projectos Conjuntos	120	175.704	85.223
SIAC COMPETE	52	121.202	84.321
<b>Total</b>	<b>935</b>	<b>526.167</b>	<b>268.866</b>

Fonte: Relatório de Execução – Volume II – Incentivos às Empresas QREN e COMPETE

**Figura 16: Apoios a projectos de internacionalização no sistema de incentivo à qualificação PME, por agrupamento sectorial, 2007-2010**

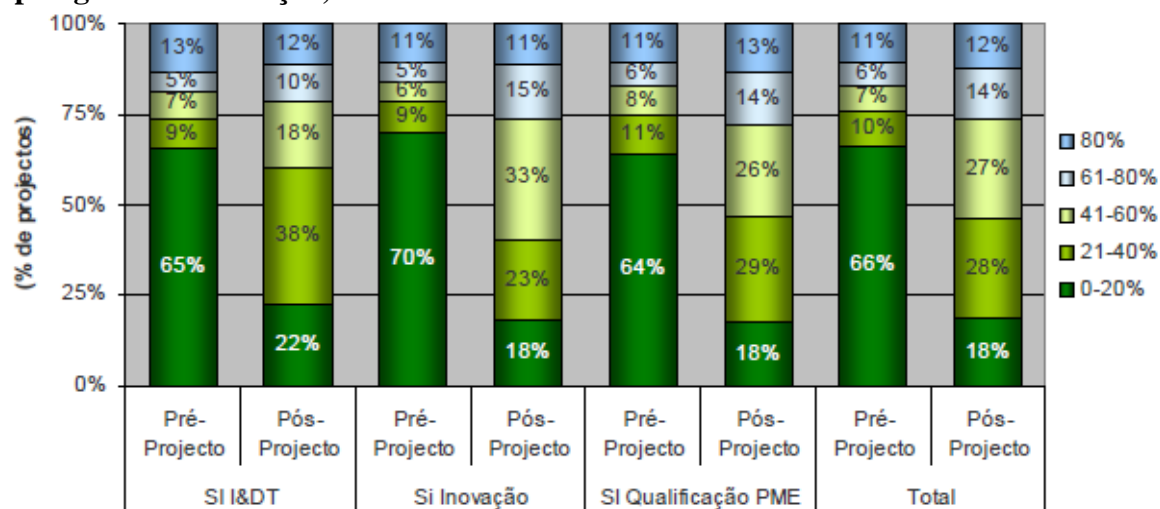


Fonte: Relatório de Execução – Volume II – Incentivos às Empresas QREN e COMPETE

Analisando os projectos de internacionalização do sistema de incentivo à qualificação PME em termos sectoriais, verifica-se que as indústrias do têxtil, vestuário e calçado, representam mais de ¼ do incentivo total. Seguem-se os serviços empresariais e os projectos na área dos transportes, logística e distribuição com valores perto dos 25 000 milhares de euros de incentivo.

Considerando agora as empresas promotoras dos sistemas de incentivo, apresenta-se na figura abaixo a evolução esperada da intensidade exportadora entre o pré e o pós-projecto.

**Figura 17: Evolução da intensidade exportadora das empresas beneficiárias, por tipologia de intervenção, 2007-2010**



Fonte: Relatório de Execução – Volume II – Incentivos às Empresas QREN e COMPETE

Verifica-se de uma forma geral um aumento da intensidade exportadora das empresas apoiadas, principalmente daqueles que tinham um baixo volume de negócio internacional ou não eram exportadoras. No total no pré-projecto, 66% dos projectos pertenciam a empresas com intensidade exportadora inferior a 20%, no pós-projecto, apenas 18% dos projectos deverão inserir-se nesta categoria. O sistema de incentivo no qual se verifica uma maior diferença entre o pré e pós-projecto com intensidade inferior a 20% é no sistema de incentivo à inovação que passa de 70% no pré-projecto para 18% no pós-projecto.

Em forma de sumário, já foram apoiadas directamente mais de 3975 empresas. Em termos globais 91% dos projectos e 61% do incentivo aprovado foi para PME, o que representa 1,5 mil milhões de euros de incentivo.

## 10. Conclusão

A intervenção do estado na economia foi ao longo da história muito debatida, tendo assumido formas extremas em determinados períodos. Se por um lado temos Keynes que na sua teoria keynesiana defende uma maior intervenção do estado na economia, por outro lado temos a teoria clássica que defende precisamente o oposto, que o estado deve desempenhar um papel passivo na economia. A ideia geral actualmente é que o estado deve intervir de uma forma “moderada”, com o intuito de se atingir desenvolvimento económico.

O IAPMEI, I.P. através das suas áreas de intervenção desenvolve um trabalho muito importante junto das PME, oferecendo-lhes um conjunto alargado de serviços, dos quais sobressai a informação e disponibilidade prestada em relação aos sistemas de incentivo.

Os fundos comunitários desempenham um papel fundamental no apoio a sociedade portuguesa, facilitando o acesso a meios financeiros que de outra forma não existiriam. Os fundos comunitários têm como finalidade o desenvolvimento sustentável, reforçando o crescimento, a competitividade, o emprego e a inclusão social, protegendo e melhorando a qualidade de vida. O FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão pretendem contribuir para a realização de três objectivos «Convergência», «Competitividade Regional e Emprego» e «Cooperação Territorial Europeia». O objectivo «Convergência» destina-se a acelerar a convergência das regiões e Estados-Membros menos desenvolvidos, o objectivo «Competitividade Regional e Emprego» destina-se a reforçar a competitividade, o emprego e a capacidade de atracção das regiões que não sejam regiões menos favorecidas, e por fim o objectivo «Cooperação Territorial Europeia» destina-se a reforçar a cooperação ao nível transfronteiriço, transnacional e inter-regional.

O QREN para este quadro comunitário (2007-2013) definiu como principal factor estratégico a qualificação dos portugueses, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação. Os constrangimentos identificados com ligação às empresas relacionam-se com os seus níveis de competitividade, dinamismo e produtividade, resultantes de uma estrutura produtiva a necessitar de modernização. Há a necessidade de

as empresas se orientarem para o mercado externo. Tendo em conta as dificuldades apresentadas são direccionados os apoios com o intuito de apoiar as empresas a concretizarem as mudanças e assim ultrapassarem os constrangimentos.

O Programa Operacional Factores de Competitividade assume relevância em relação aos restantes programas operacionais, devido a sua importância para as PME, na medida em que se materializa essencialmente através de sistemas de incentivo.

Os três sistemas de incentivo existentes dividem-se por áreas de intervenção. O SI I&DT visa apoiar à investigação e desenvolvimento, com o intuito de obter novos produtos, serviços ou processos. Enquanto o SI à Inovação pretende estimular o investimento em inovação, melhorando a produção actual, e orientando as empresas para os mercados externos. Por fim, o SI Qualificação PME visa promover a competitividade das empresas, através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da presença activa das PME nos mercados internacionais.

A evolução dos concursos dos diferentes sistemas de incentivo apresentam uma linha orientadora, ou seja, numa fase inicial pretendem preparar as PME de forma a torna-las mais competitivas, para na fase seguinte puderem avançar para os mercados internacionais. Observa-se também que existe por parte do estado o apoio a determinados sectores de actividade, destacando-se o sector automóvel e as Redes de Nova Geração que beneficiaram de concursos específicos.

Com os exemplos das empresas percebe-se que existem PME que nas suas estratégias de crescimento, se apoiaram e beneficiaram dos sistemas de incentivo, e assim de forma indirecta seguiram a estratégia que o estado tinha definido para o futuro das PME, a exportação.

Através dos dados sobre os sistemas de incentivo verifica-se que mais de 70% do incentivo foi transmitido a partir do sistema de incentivo à inovação. Em termos gerais o sector da indústria representa 50% dos projectos o que equivale 66% do incentivo.

Por fim de referir que já foram apoiadas directamente mais de 3975 empresas.

Em termos globais as PME representam 91% do total dos projectos e 61% do incentivo, o que representa 1,5 mil milhões de euros de incentivo.

Seria interessante para uma futura investigação, analisar o impacto dos fundos comunitários no PIB, percebendo como estaria o país caso não fizesse parte da União Europeia e sem direito a estes fundos. Quanto atrasados estaríamos em relação aos restantes países europeus?

Outro factor será perceber concretamente como estariam as nossas empresas. Que caminho teriam seguido? Já tinham algumas PME capacidade de competir no mercado externo e serem competitivas?

Para uma posterior análise, realça-se a importância de quantificar a relevância dos fundos não só nas empresas, mas também na sociedade em geral, alargando desta forma o estudo.

## 11. Bibliografia

### Papers, Artigos e Livros:

- Avaliação da Operacionalidade Inicial dos Sistemas de Incentivo, no Contexto da Agenda de Factores de Competitividade – Relatório Final – Volume I.
- Barro, R., 1990. *Government spending in a simple model of endogenous growth*, Journal of Political Economy 98, 103-125.
- Burda, Michael e Wyplosz, Charles. *Macroeconomics - A European Text*, 3<sup>th</sup> edition, Oxford University Press, 2002.
- Chrystal, K. e S. Price (1994). *Controversies in Macroeconomics*, 3<sup>a</sup> Edição, Wheatsheaf.
- Delfaud, Pierre (1988). *Keynes e o Keynesianismo*, Publicações Europa América.
- Dornbusch, R., S. Fischer, R. Startz (1999), *Macroeconomia*, McGraw-Hill.
- Friedman, M., (1953). *The effects of full-employment policy on economic stability*, in Essay in Positive Economics, University of Chicago Press.
- Gordon, Robert. *Macroeconomics*, 10<sup>th</sup> edition, Addison-Wesley, 2006.
- Keynes, J., 1936. *The general theory of employment, interest and money*. London: The Macmillian Press.
- Lucas, R., 1972. *Expectations and the neutrality of money*, Journal of Economic Theory 4.
- Mankiw, N., 1985. *Small Menu Costs and Large Business Cycles: A Macroeconomic Model of Monopoly*. Quarterly Journal of Economics 101, 455-470
- Mankiw, N. & Romer, D. (1991), *New Keynesian Economics*, Cambridge, MIT.
- Prescott, E., 1986. *Theory Ahead of Business Cycle Measurement*, Carnegie Rochester Conference Series on Public Policy 25, 11-44.
- Programa Operacional Factores de Competitividade 2007-2013.
- Relatório de Execução – 2010 – Incentivos às Empresas QREN e COMPETE.
- Quadro de Referencia Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013.
- Romer, D. (2006), *Advanced Macroeconomics*, 3<sup>a</sup> Edição, McGraw-Hill.

- Santos, J. H., A Pina, J. Braga, M. Teixeira, M. ST. Aubyn (2001), *Macroeconomia*, 2ª Edição, McGraw-Hill.
- Smith, A. 1776. *The Wealth of Nations*, Elecbook Classics, 1998.
- Sousa, Alfredo. *Análise Económica*, 2ª Edição, Universidade Nova de Lisboa (1988).

### **Legislação:**

- Decreto-Lei nº 140/2007 de 27 de Abril de 2007
- Portaria nº 538/2007, de 30 de Abril -
- Regulamento (CE) N.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006
- Regulamento (CE) N.º 1083/2006 do Conselho de 11 de Julho de 2006
- Regulamento (CE) N.º 1081/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006
- Regulamento (CE) N.º 1084/2006 do Conselho de 11 de Julho de 2006
- Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelas Portarias n.ºs 711/2008, de 31 de Julho, e 353 -B/2009, de 3 de Abril.
- Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -C/2009, de 3 de Abril.
- Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril.
- Todos os avisos para apresentação de candidaturas aos Sistemas de Incentivo, deste quadro comunitário até Setembro de 2011.

### **Sites:**

- Incentivos ([www.incentivos.qren.pt](http://www.incentivos.qren.pt))



- IAPMEI ([www.iapmei.pt](http://www.iapmei.pt))
- QREN ([www.qren.pt](http://www.qren.pt))
- União Europeia, legislação ([www.europa.eu](http://www.europa.eu))
- Eurostat ([www.epp.eurostat.ec.europa.eu](http://www.epp.eurostat.ec.europa.eu))
- Compete POFC ([www.pofc.qren.pt](http://www.pofc.qren.pt))

## Anexos

### Anexo I:

#### Atribuição Financeira Indicativa Anual por Fundo e Programa Operacional - Total

##### ATRIBUIÇÃO FINANCEIRA INDICATIVA ANUAL POR FUNDO E PROGRAMA OPERACIONAL – TOTAL

PROGRAMA OPERACIONAL	Participação Comunitária (Euros – preços correntes)							
	TOTAL	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL Fundos QREN 2007 – 2013 – Total	21.510.558.055	2.971.583.274	3.005.027.735	3.038.715.640	3.072.645.240	3.106.716.534	3.140.821.551	3.175.048.081
Total FEDER	11.938.204.665	1.656.780.270	1.672.941.174	1.689.180.103	1.705.495.601	1.721.788.046	1.737.949.921	1.754.069.550
Total FC	3.059.965.525	411.601.948	419.833.987	428.230.667	436.795.281	445.531.186	454.441.810	463.530.646
Total FSE	6.512.387.865	903.201.056	912.252.574	921.304.870	930.354.358	939.397.302	948.429.820	957.447.885
FEADER*	3.929.325.028	560.567.716	562.516.301	551.549.715	559.348.027	565.453.718	565.503.072	564.386.480
FEP*	246.485.249	33.552.177	34.091.724	34.639.430	35.195.411	35.759.773	36.332.633	36.914.101

\* Os valores apresentados correspondem à programação total do FEADER, incluindo a Rede Rural Nacional (11.787.975 Euros), e do FEP, que não são totalmente susceptíveis de desagregar por Objectivos e Regimes Transitórios nesta fase de programação

Fonte: Quadro de Referência Estratégico Nacional

### Anexo II:

**Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelas Portarias n.ºs 711/2008, de 31 de Julho, e 353 -B/2009, de 3 de Abril.**

#### Artigo 1.º

##### Objecto

O presente Regulamento define as regras aplicáveis ao Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas empresas, adiante designado por SI I&DT, criado ao abrigo do enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas, adiante designado por enquadramento nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 65/2009, de 20 de Março.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito

São abrangidos pelo SI I&DT os projectos de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) e de demonstração e capacitação tecnológica liderados por empresas ou, no caso de projectos de I&DT colectiva, promovidos por associações empresariais.

### Artigo 3.º

#### **Objectivos**

O SI I&DT tem como objectivo intensificar o esforço nacional de I&DT e a criação de novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do SCT.

### Artigo 4.º

#### **Definições**

Para além das definições constantes no enquadramento nacional, para efeitos do presente Regulamento, entende--se por:

- a) «Projecto de I&DT» o conjunto de actividades de I&DT coordenadas e controladas, com um período de execução previamente definido, com vista à prossecução de determinados objectivos e dotado de recursos humanos, materiais e financeiros;
- b) «Actividades de I&DT» as actividades de investigação industrial e ou desenvolvimento experimental;
- c) «Investigação industrial» a investigação planeada ou a investigação crítica destinada à aquisição de novos conhecimentos e capacidades para o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços ou para introduzir melhoramentos significativos em produtos, processos ou serviços existentes; inclui a criação de componentes de sistemas complexos necessários à investigação industrial, nomeadamente para a validação de tecnologia genérica, com exclusão dos protótipos considerados «desenvolvimento experimental»;
- d) «Desenvolvimento experimental» a aquisição, combinação, concepção e utilização de conhecimentos e técnicas científicas e tecnológicas já existentes, para efeitos da elaboração de planos e dispositivos ou a concepção de produtos, processos ou serviços novos, alterados ou melhorados. O desenvolvimento experimental não inclui alterações de rotina ou periódicas introduzidas nos produtos, nas linhas de produção, nos processos de transformação, nos serviços existentes e outras operações em curso, mesmo que tais alterações sejam susceptíveis de representar melhoramentos;
- e) «Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT)» os organismos de investigação e desenvolvimento, sem fins lucrativos, inseridos nos sectores Estado, ensino superior e instituições privadas;
- f) «Empresas autónomas» as empresas nos termos definidos no artigo 3.º da Recomendação n.º2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de Maio.

### Artigo 5.º

#### **Tipologia de projectos**

1 — São susceptíveis de apoio as seguintes tipologias de projectos:

- a) I&DT empresas, projectos de I&DT promovidos por empresas, compreendendo actividades de investigação industrial e ou de desenvolvimento experimental, conducentes à criação de novos produtos, processos ou sistemas ou à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas existentes, de acordo com as seguintes modalidades:
  - i) Projectos individuais realizados por uma empresa;
  - ii) Projectos em co -promoção realizados em parceria entre empresas ou entre estas e entidades do SCT, as quais, em resultado da complementaridade de competências ou de interesses comuns no aproveitamento de

resultados de actividades de I&DT, se associam para potenciarem sinergias ou partilharem custos e riscos, sendo esta parceria formalizada através de um contrato de consórcio e coordenada por uma empresa;

iii) Projectos mobilizadores de capacidades e competências científicas e tecnológicas, com elevado conteúdo tecnológico e de inovação e com impactes significativos a nível multisectorial, regional, *cluster*, pólo de competitividade e tecnologia ou da consolidação das cadeias de valor de determinados sectores de actividade e da introdução de novas competências em áreas estratégicas de conhecimento, visando uma efectiva transferência do conhecimento e valorização dos resultados de I&DT junto

das empresas, realizados em co-promoção entre empresas e entidades do SCT;

iv) Vale I&DT, concedido a PME para aquisição de serviços de I&DT a entidades do SCT qualificadas para o efeito;

b) I&DT colectiva, projectos de I&DT promovidos por associações empresariais que resultam da identificação de problemas e necessidades de I&DT partilhados por um conjunto significativo de empresas, designadamente ao nível de um determinado sector, *cluster*, pólo de competitividade e tecnologia ou região, sendo os resultados largamente disseminados pelas empresas dos agregados em causa; as empresas alvo estão representadas num comité de acompanhamento composto no mínimo por cinco empresas que, através de uma intervenção articulada, colaboram com o promotor na caracterização do problema, na identificação de necessidades, no acompanhamento da realização do projecto e na validação dos resultados; as actividades de I&DT a desenvolver são contratadas a entidades do SCT e ou empresas com a necessária capacidade tecnológica, devendo a associação empresarial promover uma ampla disseminação dos resultados alcançados, tendo em vista a sua endogeneização e valorização pelas empresas alvo;

c) Capacitação e reforço de competências internas de I&DT:

i) Núcleos de I&DT, promovidos por empresas PME, visando desenvolver na empresa de forma sustentada competências internas de I&DT e de gestão da inovação, através de unidades estruturadas com características de permanência e dedicadas exclusivamente a actividades de I&DT;

ii) Centros de I&DT, promovidos por empresas que já desenvolvem de forma contínua e estruturada actividades de I&DT, visando o aumento do esforço de I&DT para além das linhas de investigação quotidianas normais da empresa;

d) Valorização de I&DT, projectos demonstradores promovidos por empresas, que, partindo de actividades de I&D concluídas com sucesso, visam a demonstração tecnológica e divulgação de novas tecnologias sob a forma de novos produtos, processos ou serviços inovadores, no sentido de evidenciar, perante um público especializado e em situação real, as vantagens económicas e técnicas das novas soluções que se pretendem difundir.

2 — Os projectos podem integrar parceiros nacionais ou estrangeiros, os quais não podem beneficiar de qualquer incentivo previsto no presente Regulamento.

#### Artigo 6.º

#### **Beneficiários**

As entidades beneficiárias dos apoios previstos no SI I&DT são:

a) Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;

- b) Entidades do SCT no caso dos projectos em co-promoção e projectos mobilizadores definidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º;
- c) Associações empresariais no caso de projectos de I&DT colectiva definidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º;
- d) Entidades gestoras dos «pólos de competitividade e tecnologia» e «outros *clusters*» reconhecidos ao abrigo do enquadramento das estratégias de eficiência colectiva, quando intervenham na gestão, coordenação e divulgação de resultados dos projectos mobilizadores referidos na subalínea iii) da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º

#### Artigo 7.º

##### **Âmbito sectorial**

- 1 — São susceptíveis de apoio no âmbito do SI I&DT os projectos de investimento que incidam nas actividades previstas no n.º 1 do artigo 9.º do enquadramento nacional, sem prejuízo dos avisos de abertura dos concursos para a apresentação de candidaturas poderem restringir as actividades abrangidas em cada concurso.
- 2 — Em casos devidamente fundamentados e em função da sua dimensão estratégica, pode o órgão de gestão considerar, casuisticamente e a título excepcional, como objecto de apoio projectos de investimento incluídos noutros sectores de actividade.
- 3 — No caso dos projectos de investimento inseridos em estratégias de eficiência colectiva podem ainda ser considerados outros sectores de actividade objecto de especificação no diploma autónomo previsto no n.º 3 do artigo 7.º do enquadramento nacional.
- 4 — Os projectos pertencentes a sectores sujeitos a restrições comunitárias específicas em matéria de auxílios estatais devem respeitar os enquadramentos comunitários aplicáveis.
- 5 — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do enquadramento nacional, são ainda susceptíveis de apoio os projectos que incidam sobre as actividades incluídas no grupo 412 e nas divisões 42 e 43 da CAE, de acordo com a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE), revista pelo Decreto -Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro.

#### Artigo 8.º

##### **Âmbito territorial**

O SI I&DT tem aplicação em todo o território do continente, definindo os avisos de abertura dos concursos para a apresentação de candidaturas, as regiões abrangidas em cada caso.

#### Artigo 9.º

##### **Condições específicas de elegibilidade do promotor**

- 1 — Com excepção do vale I&DT, além das condições gerais de elegibilidade definidas no artigo 11.º do enquadramento nacional, o promotor do projecto deve ainda cumprir os seguintes requisitos:
  - a) Designar um responsável técnico do projecto que, no caso de projectos em co-promoção e projectos mobilizadores, será um representante da entidade líder do projecto;
  - b) Para efeitos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do enquadramento nacional, as empresas, as entidades do SCT de natureza privada e as associações empresariais devem cumprir os indicadores definidos no anexo A do presente Regulamento e do qual faz parte integrante;

c) Os promotores devem demonstrar possuir as necessárias competências científicas, técnicas, financeiras e de gestão indispensáveis ao projecto ou, no caso dos projectos de I&DT colectiva, competências de gestão, e relativamente aos projectos em co-promoção e mobilizadores, envolver pelo menos uma empresa que se proponha integrar os resultados do projecto na sua actividade económica e ou estrutura produtiva.

2 — No caso do vale I&DT, além das condições gerais de elegibilidade definidas no artigo 11.º do enquadramento nacional, o promotor do projecto deve ainda cumprir os seguintes requisitos:

a) Não ter projectos aprovados noutras tipologias de projectos do SI I&DT, com excepção da capacitação e reforço de competências internas de I&DT prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º;

b) Para efeitos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do enquadramento nacional, possuir uma situação líquida positiva, nos termos do anexo A ao presente Regulamento e do qual faz parte integrante.

3 — No caso de projectos de núcleos de I&DT e do vale I&DT, o promotor deve ainda cumprir os critérios de pequena e média empresa (PME).

4 — As condições de elegibilidade do promotor definidas quer no artigo 11.º do enquadramento nacional quer nos números anteriores devem ser reportadas à data da candidatura, à excepção das alíneas b) do n.º 1 e b) do n.º 2 e no n.º 3 anteriores e das alíneas b) e c) do artigo 11.º do enquadramento nacional, cujo cumprimento poderá ser reportado a uma data até ao momento da celebração do contrato de concessão de incentivos.

5 — Após a comunicação da decisão de aprovação, o promotor tem um prazo de 20 dias úteis para apresentação dos comprovantes das condições previstas no artigo 11.º do enquadramento nacional e, quando aplicáveis, nas alíneas a) e b) do n.º 1, na alínea b) do n.º 2 e no n.º 3 do presente artigo, o qual poderá ser prorrogado por igual período desde que o promotor apresente, dentro do prazo previsto, justificação fundamentada ao organismo intermédio.

6 — Nos casos em que o aviso de abertura de concurso preveja uma fase de pré -qualificação, à data de apresentação da pré-candidatura apenas têm de estar verificadas as condições estabelecidas nas alíneas a) e c) do n.º 1, sem prejuízo da comprovação da manutenção do seu cumprimento, bem como das restantes condições de elegibilidade aplicáveis, na fase subsequente de candidatura, nos termos acima estabelecidos.

#### Artigo 10.º

##### **Condições específicas de elegibilidade do projecto**

1 — Com excepção do vale I&DT, além das condições gerais de elegibilidade do projecto previstas no artigo 12.º do enquadramento nacional, o projecto deve ainda cumprir os seguintes requisitos:

a) Não incluir despesas anteriores à data da candidatura, à excepção dos adiantamentos para sinalização, relacionados com o projecto, até ao valor de 50 % do custo de cada aquisição, e das despesas relativas aos estudos prévios, desde que realizados há menos de um ano;

b) Com excepção dos núcleos e centros de I&DT, ter carácter inovador e incorporar desenvolvimentos técnicos ou tecnológicos significativos ou, no caso de projectos demonstradores, ter carácter inovador alicerçado em actividades nacionais de I&DT concluídas com sucesso;

c) No caso de projectos de empresas Não PME, justificar o efeito de incentivo, isto é, demonstrar que o incentivo induz um aumento significativo da dimensão do projecto, um aumento significativo do seu âmbito,

um aumento significativo do montante total despendido pelo beneficiário no projecto, um aumento significativo do ritmo de realização do projecto ou um aumento do montante total afecto à I&DT;

d) Com excepção dos núcleos e centros de I&DT, envolver recursos humanos qualificados cujos *curricula* garantam a sua adequada execução;

e) Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento do projecto;

f) Apresentar uma caracterização técnica e um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objectivos visados e assegurar o adequado controlo orçamental do mesmo através de um sistema que permita aferir adequadamente a imputabilidade das despesas e custos do projecto;

g) Demonstrar a pertinência da realização do projecto face aos objectivos propostos;

h) No caso de promotores empresariais, demonstrar o contributo do projecto para a competitividade da organização;

i) Corresponder a um mínimo de despesas elegíveis de € 100 000 por projecto, sendo que no caso de projectos mobilizadores nenhuma das empresas promotoras pode ter um montante de despesas elegíveis inferior a € 40 000;

j) Ter uma duração máxima de execução de dois anos no caso de projectos individuais de I&DT empresas e de projectos de capacitação e reforço de competências internas de I&DT, de 18 meses no caso de projectos demonstradores e de três anos nas restantes situações, excepto em casos devidamente justificados;

l) Iniciar a execução do projecto nos nove meses seguintes à comunicação da decisão de financiamento.

2 — Os projectos de I&DT empresas em co-promoção e os projectos mobilizadores devem, além dos requisitos estabelecidos no n.º 1, verificar as seguintes condições:

a) Identificar como entidade líder do projecto a empresa que assegura a incorporação na sua actividade da parcela mais significativa do investimento ou a que for designada por todos, desde que seja responsável por uma parcela relevante do investimento do projecto, à qual compete assegurar a coordenação geral do projecto e a interlocução dos vários promotores junto do organismo intermédio em tudo o que respeite à gestão técnica, administrativa e financeira do projecto;

b) Apresentar um contrato de consórcio celebrado nos termos legais explicitando o âmbito da cooperação entre as entidades envolvidas, a identificação do líder do projecto, a responsabilidade conjunta entre as partes, deveres e direitos das partes e questões inerentes à confidencialidade, à propriedade intelectual e ou industrial ou à propriedade final dos bens de equipamento adquiridos ou desenvolvidos no âmbito da execução do projecto.

3 — Os projectos de núcleos de I&DT devem, além dos requisitos estabelecidos no n.º 1, verificar as seguintes condições:

a) O núcleo a apoiar deve estar integrado na política de inovação da empresa e apresentar um plano de actividades de I&DT para execução num horizonte de três anos;

b) O núcleo a apoiar deve possuir até à data de conclusão do projecto um sistema de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação certificado segundo a NP 4457:2007.

4 — Os projectos de centros de I&DT devem, além dos requisitos estabelecidos no n.º 1, verificar as seguintes condições:

a) O centro a apoiar deve estar integrado na política de inovação da empresa e apresentar um programa estratégico reportado a um horizonte temporal mínimo de três anos, com explicitação de objectivos e metas quantificadas finais e intercalares, incluindo, nomeadamente:

- a1) Contratação de recursos humanos qualificados para I&DT;
- a2) Investimentos em equipamentos e outros meios de I&DT;
- a3) Projectos a desenvolver no âmbito do 7.º Programa Quadro de I&D;
- a4) Aquisição de tecnologia e serviços às entidades do SCT;
- a5) Crescimento do investimento em actividades de I&D intramuros;
- a6) Indicadores de resultado: patentes registadas e valorizadas, indicadores de *performance* económica, novos produtos ou processos, criação de novas empresas;

b) O centro a apoiar deve possuir até à data de conclusão do projecto:

b1) Pelo menos cinco técnicos em equivalente a tempo integral (ETI) com, pelo menos, um doutorado, dedicados a actividades de I&D;

b2) Um sistema de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação certificado segundo a NP 4457:2007.

5 — No caso do vale I&DT, além das condições gerais de elegibilidade do projecto previstas no artigo 12.º do enquadramento nacional, deve ainda cumprir os seguintes requisitos:

- a) Incluir apenas despesas relativas à contratação de serviços de I&DT posteriores à data da candidatura;
- b) As questões de investigação a responder pela entidade qualificada do SCT têm de traduzir -se na melhoria de produtos, processos ou serviços e não corresponder a projecto de investigação em curso na entidade do SCT seleccionada;
- c) Ter uma duração máxima de execução de um ano;
- d) Corresponder a uma despesa elegível mínima de € 5000.

6 — Os projectos de I&DT colectiva devem, além dos requisitos estabelecidos no n.º 1, verificar as seguintes condições:

- a) Demonstrar o interesse para um número representativo de empresas do sector, *cluster*, pólo de competitividade e tecnologia ou região em causa;
- b) Comprovar a competência técnica das entidades responsáveis pelo trabalho de I&DT do projecto;
- c) Prever um adequado nível de disseminação e transferência dos resultados do projecto para as empresas referidas na alínea a).

7 — Os projectos demonstradores, além dos requisitos estabelecidos no n.º 1, têm de prever a demonstração em situação real da utilização ou aplicação do produto, processo ou sistema alvo do projecto e um adequado nível de divulgação junto de empresas potencialmente interessadas na aplicação das soluções tecnológicas que constituam seus resultados, bem como de outros potenciais interessados na tecnologia a demonstrar.

8 — Em casos devidamente justificados, o prazo de execução do projecto poderá ser prorrogado por um período máximo de um ano, com excepção do vale I&DT em que o prazo de execução do projecto poderá apenas ser prorrogado por um período máximo de seis meses.

9 — No caso de projectos de I&DT colectiva e de projectos mobilizadores, quando o respectivo aviso de abertura de concurso prever uma fase de pré -qualificação, terem sido seleccionados na fase de pré -qualificação.



10 — Nas situações em que esteja prevista uma pré-qualificação deve nesta fase ser comprovado o cumprimento dos requisitos estabelecidos nas alíneas *b)*, *c)*, *g)* e *h)* do n.º 1, e, no caso de projectos mobilizadores, verificar ainda o estabelecido na alínea *a)* do n.º 2, e, no caso de projectos de I&DT colectiva, o disposto nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 6.

#### Artigo 11.º

##### **Despesas elegíveis**

1 — No caso de projectos de I&DT empresas, com excepção do vale I&DT, e projectos demonstradores, consideram -se elegíveis as seguintes despesas:

- a)* Despesas com pessoal técnico do promotor dedicado a actividades de I&DT, incluindo bolsheiros contratados pelo promotor com bolsa integralmente suportada por este;
- b)* Aquisição de patentes a fontes externas ou por estas licenciadas, a preços de mercado, e que se traduzam na sua efectiva endogeneização por parte do promotor;
- c)* Matérias -primas e componentes necessárias para a construção de instalações piloto ou experimentais e ou de demonstração e para a construção de protótipos;
- d)* Aquisição de serviços a terceiros, incluindo assistência técnica, científica e consultoria;
- e)* Aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico imprescindível ao projecto e que fiquem afectos em exclusividade à sua realização durante o período de execução do projecto;
- f)* Aquisição de *software* específico para o projecto;
- g)* Despesas associadas à formulação de pedidos de patentes, modelos de utilidade e desenhos ou modelos nacionais, no estrangeiro pela via directa nas administrações nacionais, comunitários, europeus e internacionais, designadamente taxas, pesquisas ao estado da técnica e honorários de consultoria em matéria de propriedade industrial;
- h)* Despesas com a promoção e divulgação dos resultados de projectos de inovação de produto ou de processo com aplicação comercial junto do sector utilizador final ou de empresas alvo, incluindo a inscrição e aluguer de espaços em feiras nacionais ou no estrangeiro, excluindo despesas correntes e ou com fins de natureza comercial;
- i)* Viagens e estadas no estrangeiro directamente imputáveis ao projecto e comprovadamente necessárias à sua realização, excluindo deslocações para contactos e outros fins de natureza comercial;
- j)* Despesas com o processo de certificação do Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, designadamente honorários de consultoria, formação e instrução do processo junto da entidade certificadora;
- l)* Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas, previstas na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 23.º;
- m)* Imputação de custos indirectos, calculados de acordo com metodologia a definir pelos órgãos de gestão.

2 — No caso do vale I&DT, apenas são elegíveis despesas de investigação contratual inseridas na alínea *d)* do n.º 1.

3 — No caso de projectos de núcleos e centros de I&DT, apenas são elegíveis despesas em equipamento científico e técnico afecto a actividades de I&D, incluindo licenças de *software*, bem como as previstas nas alíneas *j)* e *l)* do n.º 1, e ainda as seguintes despesas:

- a) Adaptação de instalações quando imprescindíveis para a realização do projecto;
- b) No caso de núcleos de I&DT, despesas com a contratação de um máximo de três novos quadros técnicos que ficarão dedicados em exclusividade a actividades de I&DT, com nível de qualificação igual ou superior a VI, nos termos definidos no anexo II da Portaria n.º 782/2009, de 23 de Julho, por um período até 24 meses.
- 4 — Para os projectos demonstradores, além das despesas previstas no n.º 1, são ainda elegíveis despesas com:
- a) Adaptação de edifícios e instalações quando imprescindíveis para a realização do projecto até ao limite de 20 % da despesa elegível do projecto;
- b) Transporte, seguros, montagens e desmontagens de equipamentos e instalações específicas do projecto;
- c) Despesas inerentes à aplicação real no sector utilizador, até ao limite máximo de 15 % das despesas elegíveis do projecto;
- d) Modelos computacionais dos protótipos com funções de simulação, quando adequados à demonstração dos resultados.
- 5 — No caso de projectos de I&DT colectiva, apenas são elegíveis as despesas previstas nas alíneas b), d), g), h), i), l) e m) do n.º 1.
- 6 — No caso de projectos de I&DT empresas e de projectos demonstradores, no que respeita às despesas previstas nas alíneas e) e f) do n.º 1 e sempre que os equipamentos e o *software* em causa possam ter utilização produtiva ou comercial após a conclusão do projecto, apenas se considera como despesa elegível, no caso de investimentos realizados por empresas, o valor das amortizações correspondentes ao período da sua utilização no projecto.
- 7 — No caso de investimentos realizados por entidades do SCT e relativamente a cada promotor, as despesas previstas na alínea e) do n.º 1 não podem exceder 20 % das correspondentes despesas elegíveis.
- 8 — As aquisições previstas nas alíneas b) e f) do n.º 1 têm de ser efectuadas a terceiros em condições de mercado, não podendo o adquirente exercer controlo sobre o vendedor, ou o inverso.
- 9 — Para efeito do disposto nos números anteriores, apenas são considerados elegíveis os valores declarados pelo promotor e que sejam considerados adequados tendo em conta a sua razoabilidade, podendo os órgãos de gestão definir limites à elegibilidade de despesas e condições específicas de aplicação.
- 10 — Para determinação do valor das despesas elegíveis comparticipáveis, é deduzido o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sempre que o promotor seja sujeito passivo desse imposto e possa exercer o direito à respectiva dedução.

#### Artigo 12.º

##### **Despesas não elegíveis**

Constituem despesas não elegíveis, para além das consideradas no artigo 14.º do enquadramento nacional, as transacções entre entidades participantes nos projectos.

#### Artigo 13.º

##### **Natureza e limites dos incentivos**

1 — O incentivo a conceder assumirá as seguintes modalidades:

- a) Núcleos de I&DT: incentivo não reembolsável, até ao limite máximo de € 500 000;
- b) Centros de I&DT: incentivo não reembolsável, até ao limite máximo de € 1 000 000;

- c) Vale I&DT: incentivo não reembolsável, até ao limite máximo de € 25 000;
- d) Outros projectos I&DT empresas:
- d1) Beneficiários empresas:
- i) Para projectos com um incentivo inferior ou igual a € 1 000 000: incentivo não reembolsável;
- ii) Para projectos com um incentivo superior a € 1 000 000: incentivo não reembolsável até ao montante de € 1 000 000, assumindo o montante do incentivo que exceder este limite a modalidade de incentivo não reembolsável numa parcela de 75 % e de incentivo reembolsável para a restante parcela de 25 %, sendo que esta última parcela será incorporada no incentivo não reembolsável sempre que o seu valor for inferior a € 50 000;
- iii) No caso de projectos em co -promoção ou de projectos mobilizadores, o disposto nas alíneas anteriores será aplicado por projecto, com exclusão das componentes relativas à participação das entidades do SCT, sendo o incentivo reembolsável repartido pelas empresas promotoras de forma proporcional ao peso do respectivo incentivo;
- d2) Beneficiários entidades do SCT e entidades gestoras de *clusters* nos termos da alínea d) do artigo 6.º: incentivo não reembolsável;
- e) Projectos I&DT colectiva: incentivo não reembolsável;
- f) Projectos demonstradores:
- f1) Para projectos com um incentivo inferior ou igual a € 750 000: incentivo não reembolsável;
- f2) Para projectos com um incentivo superior a € 750 000: incentivo não reembolsável até ao montante de € 750 000, assumindo o montante do incentivo que exceder este limite a modalidade de incentivo não reembolsável numa parcela de 75 % e de incentivo reembolsável para a restante parcela de 25 %, sendo que esta última parcela será incorporada no incentivo não reembolsável sempre que o seu valor for inferior a € 50 000.
- 2 — O incentivo reembolsável referido no número anterior deverá obedecer às seguintes condições:
- a) Sem pagamento de juros ou outros encargos;
- b) O prazo de financiamento considerado é de sete anos, com o período de carência de capital de três anos;
- c) As amortizações são efectuadas em prestações semestrais, iguais e sucessivas.
- 3 — (*Revogado.*)
- 4 — O incentivo a conceder nos termos do n.º 1 pode ser complementado com outros mecanismos de incentivo, nomeadamente a prestação de garantia de financiamento bancário e a bonificação total ou parcial de juros e de comissões de garantia.
- 5 — No caso dos projectos previstos no artigo 14.º -A, os apoios a conceder poderão ultrapassar os limites referidos na subalínea d1), a título excepcional e em casos devidamente justificados, desde que observadas as taxas máximas, expressas em ESB, previstas nos enquadramentos comunitários aplicáveis.

#### Artigo 14.º

##### **Taxas máximas de incentivo**

- 1 — No caso de projectos de I&DT empresas individuais, em co-promoção e mobilizadores, e de projectos demonstradores, o incentivo a conceder às empresas é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa base máxima de 25 %, a qual poderá ser acrescida das seguintes majorações:

a) Majoração «Investigação industrial»: 25 pontos percentuais (p. p.) a atribuir a actividades de I&DT classificadas como tal;

b) Majoração «Tipo de empresa»: 10 p. p. a atribuir a médias empresas ou 20 p. p. a atribuir a pequenas empresas;

c) Majoração de 15 p. p. quando se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

c1) Majoração «Cooperação entre empresas», a atribuir quando o projecto verificar cumulativamente as seguintes condições:

i) Envolver uma cooperação efectiva entre empresas autónomas umas das outras;

ii) Nenhuma empresa suportar mais de 70 % das despesas elegíveis do projecto;

iii) Envolver uma cooperação com pelo menos uma PME ou envolver actividades de I&DT em pelo menos dois Estados membros;

c2) Majoração «Cooperação com entidades do SCT», a atribuir quando se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

i) A participação das entidades do SCT representa pelo menos 10 % das despesas elegíveis do projecto;

ii) As entidades do SCT têm o direito de publicar os resultados do projecto de investigação que resultem da I&DT realizada por essa entidade;

c3) Majoração «Divulgação ampla dos resultados», a atribuir apenas a actividades de investigação industrial, desde que os seus resultados sejam objecto de divulgação ampla através de conferências técnicas e científicas ou publicação em revistas científicas ou técnicas ou armazenados em bases de dados de acesso livre, ou seja, às quais é livre o acesso aos dados de investigação brutos ou através de um *software* gratuito ou público.

2 — No caso de núcleos e centros de I&DT, o incentivo a conceder é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa máxima de 50 % no caso de pequenas empresas, de 40 % no caso de médias empresas e de 30 % no caso de não PME.

3 — No caso do vale I&DT, a taxa máxima de incentivo é de 75 %, sendo que o auxílio atribuído a cada promotor no âmbito da presente tipologia de projecto e no âmbito dos projectos simplificados de inovação (Vale Inovação) previstos no Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME não poderá ultrapassar, no seu conjunto, um valor máximo de € 200 000 por um período de três anos.

4 — No caso de projectos de I&DT colectiva, o incentivo a conceder é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa máxima de 70 %.

5 — Para efeitos do disposto no presente artigo, a subcontratação não é considerada cooperação.

6 — A taxa de incentivo é estabelecida em relação às despesas elegíveis de cada entidade beneficiária.

7 — No caso de projectos de I&DT em co-promoção e projectos mobilizadores, a taxa de incentivo das entidades do SCT é calculada em função da média ponderada das taxas de incentivo aplicadas a cada uma das empresas promotoras ou de 75 % quando a cooperação não implique auxílios de Estado indirectos aos parceiros empresariais e esta percentagem for superior à taxa média referida acima, devendo para tal estar preenchida uma das seguintes condições:

a) Os resultados que não dão origem a direitos de propriedade intelectual podem ser amplamente divulgados e a entidade do SCT é titular de todos os direitos de propriedade intelectual sobre os resultados de I&DT decorrentes da sua actividade no projecto;

b) A entidade do SCT recebe das empresas co-promotoras uma compensação equivalente ao preço de mercado pelos direitos de propriedade intelectual que resultam da sua actividade no projecto e que são transferidos para as empresas; a contribuição das empresas co-promotoras para o investimento do projecto realizado pela entidade do SCT será deduzida dessa compensação.

8 — Com exclusão dos projectos de I&DT colectiva, são concedidos ao abrigo do regime dos auxílios *de minimis* os seguintes apoios:

a) Despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial;

b) Despesas relativas à participação em feiras e exposições, nomeadamente despesas incorridas com o aluguer, a montagem e o funcionamento dos *stands*;

c) Nos projectos de centros de I&DT promovidos por não PME, os incentivos relativos às despesas elegíveis previstas nas alíneas j) e l) do n.º 1 do artigo 11.º

9 — No que respeita aos apoios aos projectos de núcleos e centros de I&DT localizados nas NUTS II Região de Lisboa e Algarve, aplicam -se os limites referidos no n.º 2, excepto quando estes forem superiores aos limites comunitários, caso em que se aplicam as taxas expressas no anexo C.

10 — Em alternativa ao número anterior, os apoios podem ser concedidos ao abrigo do regime de auxílios *de minimis*.

11 — O incentivo global atribuído a cada entidade beneficiária para actividades de investigação industrial não pode exceder o limite máximo, expresso em ESB, de 80 % das despesas elegíveis.

12 — O incentivo a conceder às entidades beneficiárias definidas na alínea d) do artigo 6.º é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa máxima de 75 %.

13 — Os incentivos atribuídos poderão ser objecto de redução, nos termos a definir pelo órgão de gestão, em resultado do incumprimento de condições contratualmente estabelecidas, nomeadamente as relativas ao calendário de execução dos projectos.

#### Artigo 14.º -A

##### **Projectos do regime especial**

1 — Podem ser considerados como projectos do regime especial os projectos individuais e em co-promoção referidos nas subalíneas i) e ii) da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º que se revelem de especial interesse para a economia nacional pelo seu efeito estruturante para o desenvolvimento, diversificação e internacionalização da economia portuguesa e ou de sectores de actividade, regiões e áreas considerados estratégicos, com destaque para os critérios definidos no n.º 5 do artigo 18.º

2 — Para além do cumprimento das condições de elegibilidade e de selecção, os projectos do regime especial deverão corresponder a uma despesa mínima elegível de 15 milhões de euros.

3 — Os projectos do regime especial são sujeitos a um processo negocial específico precedido da obtenção de pré -vinculação do órgão de gestão quanto ao incentivo máximo e outras condições a estabelecer, em contrapartida da obtenção de metas e obrigações adicionais a assegurar pelos promotores no âmbito do correspondente contrato de concessão de incentivos.

#### Artigo 15.º

##### **Cumulação de incentivos**

1 — Para as mesmas despesas elegíveis, os incentivos concedidos ao abrigo do presente Regulamento não são cumuláveis com quaisquer outros da mesma natureza.

2 — No caso de um projecto beneficiar de incentivos de outra natureza, o incentivo total acumulado deverá respeitar os limites comunitários aplicáveis.

#### Artigo 16.º

##### **Apresentação de candidaturas**

1 — A apresentação de candidaturas ao SI I&DT processa -se através de concursos.

2 — A apresentação de candidaturas dos projectos do regime especial referidos no artigo 14.º -A não está sujeita ao regime de concursos fixado no número anterior.

3 — As candidaturas são enviadas pela Internet através de formulário electrónico disponível no Portal Incentivos QREN.

4 — No caso de projectos de I&DT colectiva e de projectos mobilizadores, a apresentação de candidaturas poderá ser precedida de uma fase de pré-qualificação, nos termos a definir no aviso de abertura do concurso.

#### Artigo 17.º

##### **Avisos de abertura de concursos para apresentação de candidaturas**

1 — Os avisos de abertura de concursos devem estabelecer obrigatoriamente:

- a) Os objectivos e as prioridades visadas;
- b) A tipologia dos projectos a apoiar;
- c) O âmbito territorial;
- d) Os prazos para apresentação de candidaturas;
- e) A metodologia de apuramento do mérito do projecto;
- f) A data limite para a comunicação da decisão aos promotores;
- g) O orçamento de incentivos a conceder.

2 — Os avisos de abertura de concursos podem ainda definir em função das prioridades outras regras específicas, nomeadamente:

- a) Outras metodologias de recepção de candidaturas;
- b) Limites aos sectores de actividade beneficiários;
- c) Limite ao número de candidaturas apresentadas por promotor;
- d) Ajustamento às condições de elegibilidade estabelecidas no presente Regulamento;
- e) Regras específicas para a constituição das parcerias;
- f) Metodologias de avaliação técnica dos projectos;
- g) Regras e limites à elegibilidade de despesas, em função das prioridades e dos objectivos fixados em cada concurso;
- h) Novas despesas não elegíveis;
- i) Restrições nas condições de atribuição de incentivos, nomeadamente naturezas, taxas e montantes mínimos e máximos;
- j) Substituição do incentivo reembolsável pela bonificação de juros;
- l) Necessidade de uma fase de pré-qualificação, estabelecendo -se os seus requisitos e especificidades.

3 — No caso específico de concursos não financiados por fundos comunitários, os respectivos avisos de abertura podem ainda definir adaptações ao modo de apresentação de candidaturas, processo de decisão e modelo de gestão.

4 — A abertura dos concursos será objecto de programação através de um plano anual a aprovar por despacho conjunto dos ministros coordenadores das comissões ministeriais de coordenação do Programa Operacional Factores de Competitividade e dos programas operacionais regionais.

5 — Os avisos de abertura são definidos pelos órgãos de gestão competentes, ouvida a comissão de selecção, sendo divulgados através dos seus respectivos sítios na Internet e no Portal Incentivos QREN.

#### Artigo 18.º

##### **Seleccção e hierarquização dos projectos**

1 — Os projectos, com excepção do vale I&DT, serão avaliados através do indicador de mérito do projecto (MP), em função de um conjunto de critérios de selecção e com base em metodologia de cálculo definida no aviso de abertura de concurso ou, no caso dos projectos do regime especial, com base em metodologia específica.

2 — Os critérios de selecção referidos no número anterior serão fixados em despacho dos ministros coordenadores das comissões ministeriais de coordenação do Programa Operacional Factores de Competitividade e dos programas operacionais regionais.

3 — Os projectos sujeitos a regime de concurso são ordenados por ordem decrescente em função do MP e, em caso de igualdade, em função da data de entrada da candidatura.

4 — Os projectos são seleccionados com base na hierarquia definida no número anterior, até ao limite orçamental definido no aviso de abertura do concurso, sem prejuízo de o referido limite poder ser reforçado por decisão da respectiva autoridade de gestão.

5 — Para beneficiarem de um incentivo superior a 7,5 milhões de euros, para além da observância dos critérios referidos no n.º 1, os projectos devem demonstrar a relevância do seu interesse para a economia nacional e o seu efeito estruturante, através dos seguintes critérios de selecção adicionais:

- a) Contributo para o aumento do volume de despesas em I&DT do sector empresas;
- b) Contributo para o aumento das exportações nacionais de bens e serviços, com alta intensidade tecnológica;
- c) Contributo para a criação de novos postos de trabalho altamente qualificados.

6 — A selecção dos projectos da tipologia vale I&DT é efectuada por ordem crescente da dimensão da empresa, medida pelo número de trabalhadores, até ao limite orçamental definido no aviso de abertura do concurso, sem prejuízo de o referido limite poder ser reforçado por decisão da respectiva autoridade de gestão, e, em caso de igualdade, em função da data de entrada da candidatura, podendo o aviso estabelecer factores ponderadores deste critério.

#### Artigo 19.º

##### **Estruturas de gestão**

1 — Na gestão deste sistema de incentivos intervêm:

- a) Os órgãos de gestão, que são as entidades que asseguram a abertura de concursos, a decisão final sobre a concessão dos incentivos, o seu controlo e o seu financiamento;

b) A comissão de selecção, que emite parecer sobre as aberturas de concursos e sobre as propostas de decisão de financiamento;

c) Os organismos intermédios, que são entidades que asseguram a análise dos projectos, a contratação dos incentivos e o controlo e acompanhamento da sua execução, bem como a interlocução com o promotor;

d) As comissões de coordenação e desenvolvimento regional, entidades que asseguram a apreciação do mérito do projecto em termos do seu contributo para a competitividade regional e para a coesão económica territorial.

2 — Os órgãos de gestão correspondem, no caso de financiamento através de fundos estruturais, às autoridades de gestão dos programas operacionais do QREN definidas no anexo B do presente Regulamento, do qual faz parte integrante, podendo, no caso de utilização de outras fontes de financiamento, corresponder a outras entidades a identificar nos respectivos avisos de abertura dos concursos.

3 — Os organismos intermédios são:

a) A Agência de Inovação, S. A. (ADI), para os projectos referidos nas subalíneas *ii*) e *iii*) da alínea *a*) do n.º1 do artigo 5.º;

b) A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. (AICEP, E. P. E.), para os projectos referidos no artigo 14.º -A;

c) O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), para os restantes projectos.

4 — A comissão de selecção é composta pelo órgão de gestão competente, que preside, e representantes de todos os outros órgãos de gestão e organismos intermédios envolvidos na gestão do SI I&DT.

#### Artigo 20.º

##### **Processo de decisão**

1 — As candidaturas são distribuídas de forma automática pelo sistema de informação aos órgãos de gestão e aos organismos intermédios competentes.

2 — À excepção do vale I&DT, o processo de decisão decorre segundo os seguintes trâmites:

a) O organismo intermédio assume a coordenação dos contactos com o promotor e envia ao órgão de gestão competente, no prazo máximo de 50 dias úteis, ou de 40 dias úteis no caso de projectos de núcleos e centros de I&DT, incluindo o período de eventuais esclarecimentos referidos na alínea *c*), a contar da data de encerramento de cada concurso, parecer sobre as candidaturas;

b) Com excepção dos projectos de núcleos e centros de I&DT, o parecer referido na alínea anterior poderá ser suportado em pareceres técnicos especializados, emitidos por peritos ou por painéis de avaliação nomeados para cada concurso;

c) No decorrer da avaliação das candidaturas, podem ser solicitados ao promotor, de uma única vez, esclarecimentos complementares, a prestar no prazo de 10 dias úteis, decorridos os quais a ausência de resposta significará a desistência da candidatura;

d) O órgão de gestão competente submete à apreciação da comissão de selecção a proposta de decisão suportada nos pareceres emitidos pelos organismos intermédios;



e) O órgão de gestão competente decide a atribuição do incentivo, sendo o promotor notificado da decisão que recaiu sobre a candidatura no prazo máximo de 70 dias úteis, ou de 60 dias úteis no caso de projectos de núcleos e centros de I&DT, após a data de encerramento de cada concurso;

f) Nas situações definidas pelas comissões de coordenação ministerial e nos termos por elas fixados, as decisões dos órgãos de gestão referidas na alínea e) carecem de homologação ministerial;

g) Os promotores de projectos não apoiados podem apresentar alegações contrárias no prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da notificação estabelecida na alínea e);

h) Um projecto não apoiado que, em resultado da reapreciação da candidatura nos termos da alínea anterior, venha a obter uma pontuação que teria permitido a sua inclusão no conjunto dos projectos seleccionados será considerado seleccionado e apoiado no âmbito do concurso a que se candidatou.

3 — A atribuição do incentivo ao vale I&DT é decidida pelo órgão de gestão competente, sendo o promotor notificado da decisão que recaiu sobre a candidatura no prazo máximo de 20 dias úteis após a data de encerramento de cada concurso.

4 — No caso de projectos de I&DT colectiva e projectos mobilizadores objecto de pré -qualificação, o órgão de gestão comunica a decisão relativa à pré-qualificação ao organismo intermédio, sendo o promotor notificado desta decisão no prazo de 40 dias úteis após a data de encerramento do período de recepção das pré-candidaturas.

5 — Quando estiverem reunidas condições técnicas para tal, são utilizados meios de comunicação electrónicos nas diferentes fases do processo de decisão, bem como nas fases de contratualização dos incentivos e de acompanhamento, avaliação e controlo.

6 — As alegações contrárias referidas na alínea g) do n.º 2 e os pedidos de ajustamento serão decididos num período de tempo que possibilite a comunicação da decisão ao promotor no prazo máximo de 45 dias.

#### Artigo 21.º

##### **Formalização da concessão do incentivo**

1 — A concessão do apoio é formalizada através de contrato a celebrar entre o promotor ou promotores e o organismo intermédio, mediante uma minuta tipo devidamente aprovada.

2 — Após a comunicação da decisão de aprovação, o promotor tem um prazo de 20 dias úteis para celebração do contrato de concessão do incentivo, o qual, com excepção do vale I&DT, poderá ser prorrogado por igual período desde que o promotor apresente justificação fundamentada ao organismo intermédio.

3 — A não celebração do contrato por razões imputáveis aos promotores, no prazo referido no número anterior, determina a caducidade da decisão de concessão de incentivo.

#### Artigo 22.º

##### **Obrigações das entidades beneficiárias**

Além dos requisitos previstos no artigo 13.º do enquadramento nacional, os beneficiários ficam ainda sujeitos às seguintes obrigações:

a) Executar o projecto nos termos e prazos fixados no contrato;

b) Demonstrar o cumprimento das obrigações legais, designadamente as fiscais e para com a segurança social;

- c) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados e impactes, controlo e auditoria;
- d) Comunicar ao organismo intermédio as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do projecto;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade;
- f) Manter a situação regularizada perante a entidade pagadora do incentivo;
- g) Manter a contabilidade organizada de acordo com a regulamentação aplicável;
- h) Manter na entidade beneficiária, devidamente organizado em *dossier*, todos os documentos susceptíveis de comprovar as informações, declarações prestadas no âmbito do projecto e de fundamentar as opções de investimentos apresentadas, bem como todos os documentos comprovativos da realização das despesas de investimento, o qual poderá ser consultado a qualquer momento pelos organismos intervenientes no processo de análise, acompanhamento e fiscalização dos projectos, sendo que no caso de projectos financiados com fundos estruturais este *dossier* tem de ser mantido até três anos após a data de encerramento do respectivo programa financiador, podendo os contratos de concessão de incentivos definir períodos superiores;
- i) Quando aplicável, cumprir os normativos em matéria de contratação pública relativamente à execução dos projectos;
- j) Publicitar os apoios atribuídos nos termos da regulamentação e regras aplicáveis.

#### Artigo 23.º

##### **Acompanhamento e controlo**

1 — Sem prejuízo de outros mecanismos de acompanhamento e controlo que venham a ser adoptados, o acompanhamento e a verificação do projecto são efectuados nos seguintes termos:

- a) A verificação financeira do projecto tem por base uma «declaração de despesa do investimento» apresentada pelo beneficiário, certificada por um revisor oficial de contas (ROC), excepto para os pedidos de pagamento com despesa elegível inferior a € 200 000 ou para os beneficiários não sujeitos à «certificação legal de contas», casos em que, por opção deste, esta certificação pode ser efectuada por um técnico oficial de contas (TOC), a qual confirma a realização das despesas de investimento, que os documentos comprovativos daquelas se encontram correctamente lançados na contabilidade e que o incentivo foi contabilizado nos termos legais aplicáveis;
- b) As verificações físicas e técnicas do projecto são efectuadas pelo organismo intermédio, confirmando que o investimento foi realizado e que os objectivos foram atingidos pelo beneficiário nos termos constantes do contrato.

2 — A verificação dos projectos de investimento por parte do organismo intermédio ou pelo sistema de controlo e avaliação interno do órgão de gestão poderá ser feita em qualquer fase de execução do projecto e após a respectiva conclusão.

#### Artigo 24.º

(Revogado.)

#### Artigo 25.º

##### **Resolução do contrato**

1 — O contrato de concessão de incentivos pode ser resolvido unilateralmente desde que se verifique uma das seguintes condições:

- a) Não cumprimento, por facto imputável à entidade beneficiária, das suas obrigações, bem como dos objectivos do projecto, incluindo os prazos relativos ao início da realização do investimento e sua conclusão;
- b) Não cumprimento, por facto imputável à entidade beneficiária, das respectivas obrigações legais e fiscais;
- c) Prestação de informações falsas sobre a situação da entidade beneficiária ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e acompanhamento dos investimentos.

2 — A resolução do contrato implica a devolução do incentivo já recebido, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da sua notificação, acrescido de juros calculados à taxa indicada no contrato de concessão de incentivos.

3 — Quando a resolução se verificar pelo motivo referido na alínea c) do n.º 1, a entidade beneficiária não poderá beneficiar de quaisquer apoios pelo período de cinco anos.

#### Artigo 26.º

#### **Enquadramento comunitário**

Com excepção dos projectos de I&DT colectiva, o SI I&DT respeita o Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de Agosto, relativo ao Regulamento Geral de Isenção por Categoria, excepto no caso de despesas enquadradas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios de *minimis*, quando assinalado.

#### ANEXO A

#### **Situação económica e financeira equilibrada**

1 — Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do presente Regulamento, considera-se que as empresas possuem uma situação económico-financeira equilibrada quando apresentem um rácio de autonomia financeira não inferior a 0,15 e, no caso de entidades privadas do SCT e associações empresariais, quando apresentem situação líquida positiva.

2 — A autonomia financeira referida no número anterior é calculada através da seguinte fórmula:

$$AF = \frac{CPe}{ALe}$$

em que:

*AF* — autonomia financeira;

*CPe* — capital próprio da empresa, incluindo novas entradas de capital (capital social, consolidação de suprimentos e prestações suplementares de capital), que não se enquadrem na definição de passivo financeiro, a realizar até à data da celebração do contrato de concessão de incentivos;

*ALe* — activo líquido da empresa.

3 — Para cálculo dos indicadores referidos no n.º 1, bem como para efeito do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º relativamente ao vale I&DT, será utilizado o balanço referente ao final do exercício anterior ao da data de candidatura e, no caso de insuficiência de capital próprio, um balanço intercalar posterior, certificado por um ROC no caso de beneficiários sujeitos à «certificação legal de contas», ou subscrito por

um TOC nas restantes situações, reportado a uma data até ao momento de celebração do contrato de concessão de incentivos.

4 — Em casos devidamente justificados e fundamentados, é admissível a apresentação de um balanço corrigido, através do qual se contemplem as especificidades relacionadas com práticas habituais no mercado, nomeadamente no que se refere a situações caracterizadas por ciclos de produção longos ou resultantes de concursos públicos.

5 — As empresas com início de actividade nos seis meses anteriores à data da candidatura ou cujo início de actividade seja coincidente com o ano de apresentação da candidatura, em substituição do cumprimento do n.º 1, devem demonstrar capacidade de financiamento do projecto com capitais próprios igual ou superior a 20 % das despesas elegíveis.

6 — Em alternativa ao indicador referido no n.º 2 e para o caso de projectos de elevada intensidade tecnológica, deve ser demonstrado o adequado financiamento dos projectos através de uma participação de capitais próprios não inferior a 20 % das despesas elegíveis.

7 — Para efeitos do disposto nos n.os 5 e 6, pode ser adicionado aos capitais próprios o auto-financiamento gerado durante a realização do projecto.

## ANEXO B

### Identificação dos órgãos de gestão

1 — Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, o órgão de gestão competente, que assegura o co-financiamento dos investimentos localizados nas regiões Convergência NUTS II (Norte, Centro e Alentejo), quando estão em causa fundos estruturais, é o seguinte:

a) Órgão de gestão do Programa Operacional Factores de Competitividade, para:

a1) Projectos mobilizadores;

a2) Projectos de I&DT colectiva, excepto os previstos na subalínea b1) da alínea b);

a3) Projectos de I&DT empresas, núcleos e centros de I&DT e projectos demonstradores, realizados ou liderados por empresas de média ou grande dimensão, por empresas de micro ou pequena dimensão, no caso de projectos localizados em mais de uma região convergência NUTS II, ou projectos com investimentos realizados por entidades do SCT localizados nas Regiões NUTS II de Lisboa e ou Algarve;

b) Órgão de gestão de cada um dos programas operacionais regionais, para:

b1) Projectos de I&DT colectiva, desde que realizados nas respectivas regiões NUTS II e os correspondentes efeitos estejam concentrados nessa região;

b2) Projectos de I&DT empresas, de núcleos e centros de I&DT, e projectos demonstradores promovidos ou liderados por micro ou pequenas empresas e realizados nas respectivas regiões NUTS II, à excepção de projectos mobilizadores.

2 — Para os investimentos localizados nas regiões de Lisboa e Algarve, quando estão em causa fundos estruturais, o órgão de gestão competente é a respectiva autoridade de gestão do programa operacional regional.

3 — A localização do investimento é determinada da seguinte forma:

a) No vale I&DT corresponde à região NUTS II onde o promotor está sediado;

b) Nas restantes tipologias de projecto, corresponde à região NUTS II onde se realiza o investimento.

4 — Nas restantes situações, o aviso de abertura de concurso define o órgão de gestão competente.

## ANEXO C

### Mapa de auxílios regionais

#### Taxas de apoio máximas em ESB

(Em percentagem)

NUTS II	NUTS III	2007-2010			2011-2013		
		GE	ME	PE	GE	ME	PE
Algarve. ....	Algarve. ....	30	40	50	20	30	40

(Em percentagem)

NUTS III	Concelho/freguesias	2007-2013		
		GE	ME	PE
Grande Lisboa . . . .	Vila Franca de Xira (Alhandra, Alverca do Ribatejo, Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira).	15	25	35
Península de Setúbal	Setúbal . . . . .			
	Palmela . . . . .			
	Montijo . . . . .			
	Alcochete . . . . .			

(Em percentagem)

NUTS III	Concelho/freguesias	2007-2008			2009-2013		
		GE	ME	PE	GE	ME	PE
Grande Lisboa	Vila Franca de Xira (Cachoeiras, Calhandriz, Póvoa de Santa Iria, São João dos Montes, Vialonga, Sobralinho, Forte da Casa).	10	20	30	0	10	20
	Mafra . . . . .						
	Loures . . . . .						
	Sintra . . . . .						
	Amadora . . . . .						
	Cascais . . . . .						
	Odivelas . . . . .						
	Oeiras . . . . .						
Península de Setúbal.	Seixal . . . . .						
	Almada . . . . .						
	Barreiro . . . . .						
	Moita . . . . .						
	Sesimbra . . . . .						

(Em percentagem)							
NUTS III	Concelho/freguesias	2007			2008-2013		
		GE	ME	PE	GE	ME	PE
Grande Lisboa . . . .	Lisboa . . . . .	0	7,5	15	0	10	20

### **Anexo III:**

#### **Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação, anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353 -C/2009, de 3 de Abril.**

##### **Artigo 1.º**

###### **Objecto**

O presente Regulamento define as regras aplicáveis ao Sistema de Incentivos à Inovação, adiante designado por SI Inovação, criado ao abrigo do enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas, adiante designado por enquadramento nacional, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 65/2009, de 20 de Março.

##### **Artigo 2.º**

###### **Âmbito**

São abrangidos pelo SI Inovação os projectos de investimento de inovação produtiva promovidos por empresas.

##### **Artigo 3.º**

###### **Objectivos**

O SI Inovação tem como objectivo promover a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como pela introdução de melhorias tecnológicas, criação de unidades de produção e estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento.

##### **Artigo 4.º**

###### **Definições**

Além das definições constantes do artigo 3.º do enquadramento nacional, para efeitos do presente Regulamento, entende -se por:

- «Criação líquida de postos de trabalho» o aumento líquido do número de trabalhadores directamente empregados, calculado pela diferença entre a média mensal do ano pós -projecto, conforme definido no anexo B, e a média mensal do ano pré -projecto, definido como o ano anterior ao da apresentação da candidatura;
- «Custos salariais» o custo total suportado pelo beneficiário do auxílio em relação aos postos de trabalho criados, incluindo o salário bruto e os encargos sociais obrigatórios;

c) «Postos de trabalho qualificados» postos de trabalho com nível de qualificação igual ou superior a VI, nos termos definidos no anexo II da Portaria n.º 782/2009, de 23 de Julho.

#### Artigo 5.º

##### **Tipologia de investimento**

1 — São susceptíveis de apoio as seguintes tipologias de investimento de inovação produtiva:

a) Produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção actual através da transferência e aplicação de conhecimento;

b) Adopção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de *marketing*;

c) Expansão de capacidades de produção em actividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas;

d) Criação de empresas e actividades nos primeiros anos de desenvolvimento, dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam actividades em sectores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as resultantes do empreendedorismo feminino ou do empreendedorismo jovem;

e) Criação de unidades ou de linhas de produção com impacte relevante ao nível do produto, das exportações ou do emprego;

f) Introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou da eficiência energética e ambiental.

2 — São ainda susceptíveis de apoio os projectos de investimento de criação, modernização, requalificação, racionalização ou reestruturação de empresas, não previstos no n.º 1, desde que enquadrados em estratégias de eficiência colectiva, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 7.º do enquadramento nacional.

3 — Para além das tipologias de investimento referidas nos números anteriores, podem ainda ser susceptíveis de apoio os investimentos considerados de interesse estratégico para a economia nacional ou de determinada região, nos termos definidos no n.º 5 do artigo 7.º do enquadramento nacional.

4 — Os projectos que resultam de iniciativas de cooperação entre empresas beneficiam de uma valorização adicional do mérito do projecto (MP), nos termos a definir em cada aviso de abertura de concurso.

5 — No âmbito da tipologia de investimento prevista na alínea a) do n.º 1 são ainda susceptíveis de apoio projectos de criação de empresa ou de novas unidades de serviços intensivos em tecnologia e conhecimento e que se proponham criar postos de trabalho qualificados.

6 — Cada aviso de abertura de concurso para selecção de projectos fixará as tipologias de investimento elegíveis, de entre as previstas nos números anteriores.

#### Artigo 6.º

##### **Beneficiários**

As entidades beneficiárias dos apoios previstos no SI Inovação são empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

#### Artigo 7.º

##### **Âmbito sectorial**

1 — São susceptíveis de apoio no âmbito do SI Inovação os projectos de investimento que incidam nas actividades previstas no n.º 1 do artigo 9.º do enquadramento nacional, sem prejuízo de os avisos de abertura

dos concursos para a apresentação de candidaturas poderem restringir as actividades abrangidas em cada concurso.

2 — Em casos devidamente fundamentados, e em função da sua dimensão estratégica, pode o órgão de gestão considerar, casuisticamente e a título excepcional, como objecto de apoio projectos de investimento incluídos noutros sectores de actividade.

3 — No caso dos projectos de investimento inseridos em estratégias de eficiência colectiva, podem ainda ser considerados outros sectores de actividade objecto de especificação no diploma autónomo previsto no n.º 3 do artigo 7.º do enquadramento nacional.

4 — Os projectos pertencentes a sectores sujeitos a restrições comunitárias específicas em matéria de auxílios estatais devem respeitar os enquadramentos comunitários aplicáveis.

#### Artigo 8.º

##### **Âmbito territorial**

O SI Inovação tem aplicação em todo o território do continente, definindo os avisos de abertura dos concursos para a apresentação de candidaturas as regiões abrangidas em cada caso.

#### Artigo 9.º

##### **Condições específicas de elegibilidade do promotor**

1 — Além das condições gerais de elegibilidade definidas no artigo 11.º do enquadramento nacional, o promotor do projecto deve ainda cumprir os seguintes requisitos:

- a) Para efeitos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do enquadramento nacional, as empresas devem cumprir o rácio de autonomia financeira definido no anexo A do presente Regulamento e do qual faz parte integrante;
- b) Designar um responsável técnico do projecto;
- c) Cumprir, quando existam investimentos em formação profissional, todas as regras definidas no regulamento específico dos apoios à formação profissional.

2 — As condições de elegibilidade do promotor definidas quer no artigo 11.º do enquadramento nacional quer no número anterior devem ser reportadas à data da candidatura, à excepção da alínea a) do número anterior e das alíneas b) e c) do artigo 11.º do enquadramento nacional, cujo cumprimento poderá ser reportado a uma data até ao momento da celebração do contrato de concessão de incentivos.

3 — Após a comunicação da decisão de aprovação, o promotor tem um prazo de 20 dias úteis para apresentação dos comprovantes das condições previstas no artigo 11.º do enquadramento nacional e no n.º 1 do presente artigo, o qual poderá ser prorrogado por igual período desde que o promotor apresente, dentro do prazo previsto, justificação fundamentada ao organismo intermédio.

#### Artigo 10.º

##### **Condições específicas de elegibilidade do projecto**

1 — Além das condições gerais de elegibilidade previstas no artigo 12.º do enquadramento nacional, o projecto deve ainda cumprir os seguintes requisitos:

- a) Não incluir despesas anteriores à data da candidatura, à excepção dos adiantamentos para sinalização, relacionados com o projecto, até ao valor de 50 % do custo de cada aquisição, e das despesas relativas aos estudos prévios, desde que realizados há menos de um ano;



- b) Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, incluindo o financiamento por capitais próprios, nos termos do disposto no n.º 3 do anexo A do presente Regulamento, sendo que o beneficiário deverá assegurar pelo menos 25 % dos custos elegíveis com recursos próprios ou alheios, que não incluam qualquer financiamento estatal;
- c) No que respeita aos projectos de arquitectura ou às memórias descritivas do investimento, quando exigíveis legalmente, encontrarem -se previamente aprovados;
- d) Ser declarado de interesse para o turismo, nos casos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do enquadramento nacional;
- e) Ter uma duração máxima de execução de dois anos, excepto em casos devidamente justificados;
- f) Corresponder a uma despesa mínima elegível de € 150 000;
- g) Apresentar viabilidade económico-financeira e contribuir para a melhoria da competitividade da empresa promotora;
- h) Ser sustentado por uma análise estratégica da empresa que identifique as áreas de competitividade críticas para o negócio em que se insere, diagnostique a situação da empresa nestas áreas críticas e fundamente as opções de investimento consideradas na candidatura;
- i) Demonstrar, quando integrar acções de formação profissional, que o projecto formativo se revela coerente e consonante com os objectivos do projecto e cumpre os normativos definidos no regulamento específico dos apoios à formação profissional;
- j) Iniciar a execução do projecto nos nove meses seguintes à comunicação da decisão de financiamento;
- l) Os projectos de investimento previstos no n.º 5 do artigo 5.º devem garantir, com a implementação do projecto, uma criação de pelo menos 10 postos de trabalho, dos quais pelo menos 70 % devem ser qualificados.

2 — No caso de projectos de investimento promovidos por empresas não PME, deve ainda ser apresentada informação adicional contendo demonstração do efeito de incentivo e, independentemente da dimensão do beneficiário, no caso de projectos com despesa elegível superior a 50 milhões de euros, deve também ser apresentada a análise de custo -benefício que avalie, numa base incremental, todos os impactos do projecto, nomeadamente ao nível financeiro, económico, social e ambiental.

3 — Não são susceptíveis de apoio pelo presente sistema de incentivos os projectos que tenham por objecto a construção de empreendimentos turísticos a explorar, ainda que em parte, em regime de direito de habitação periódica, de natureza real ou obrigacional, bem como a remodelação ou ampliação de empreendimentos explorados, na totalidade, naquele regime.

4 — Para além das condições referidas nos números anteriores, os projectos enquadrados em estratégias de eficiência colectiva, referidos no n.º 2 do artigo 5.º do presente Regulamento, têm de cumprir as condições definidas no diploma autónomo previsto no n.º 3 do artigo 7.º do enquadramento nacional.

5 — O prazo de execução do projecto poderá ser prorrogado por um período máximo de um ano, em casos devidamente justificados.

#### Artigo 11.º

##### **Despesas elegíveis**

1 — Consideram -se elegíveis as seguintes despesas:

a) Activo fixo tangível:

i) Aquisição de máquinas e equipamentos directamente relacionados com o desenvolvimento do projecto, designadamente nas áreas da gestão, da produção, da comercialização e *marketing*, das comunicações, da logística, do design, da qualidade, da segurança e saúde, do controlo laboratorial, da eficiência energética e do ambiente, em particular os de tratamento e ou valorização de águas residuais e emissões para a atmosfera, valorização, tratamento ou destino final de resíduos, redução de ruído para o exterior e de introdução de tecnologias eco-eficientes para a utilização sustentável de recursos naturais;

ii) Aquisição de equipamentos informáticos relacionados com o desenvolvimento do projecto;

iii) Instalação de sistemas energéticos para consumo próprio, utilizando fontes renováveis de energia;

iv) *Software standard* e específico, relacionado com o desenvolvimento do projecto;

b) Activo intangível, constituído por transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, licenças, «saber -fazer» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente, sendo que no caso de empresas não PME, estas despesas não poderão exceder 50 % das despesas elegíveis do projecto;

c) Outras despesas de investimento:

i) Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas, previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º;

ii) Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de *marketing* e projectos de arquitectura e de engenharia, associados ao projecto de investimento;

iii) Investimentos na área de eficiência energética e energias renováveis, nomeadamente assistência técnica, auditorias energéticas, testes e ensaios;

iv) Custos associados aos pedidos de direitos de propriedade industrial, designadamente taxas, pesquisas ao estado da técnica, anuidades e honorários de consultoria em matéria de propriedade industrial;

v) Despesas relacionadas com a promoção internacional, designadamente alugueres de equipamentos e espaço de exposição, contratação de serviços especializados, deslocações e alojamento e aquisição de informação e documentação específica relacionadas com a promoção internacional que se enquadrem no âmbito das seguintes acções:

1) Acções de prospecção e presença em mercados externos, designadamente prospecção de mercados, participação em concursos internacionais, participação em certames internacionais nos mercados externos, acções de promoção e contacto directo com a procura internacional;

2) Acções de promoção e *marketing* internacional, designadamente concepção e elaboração de material promocional e informativo e concepção de programas de *marketing* internacional;

vi) Despesas associadas a investimentos de conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal, bem como os custos associados a implementação de planos de igualdade;

vii) Despesas inerentes à certificação de sistemas, produtos e serviços, nomeadamente, despesas com a entidade certificadora, assistência técnica específica, ensaios e dispositivos de medição e monitorização, calibrações, bibliografia e acções de divulgação;

viii) Despesas inerentes ao desenvolvimento de sistemas de gestão pela qualidade total e à participação em prémios nacionais e internacionais;

ix) Implementação de sistemas de planeamento e controlo;

- x) Despesas inerentes à obtenção do rótulo ecológico e à certificação e marcação de produtos;
- xi) Despesas com a criação e desenvolvimento de insígnias, marcas e colecções próprias;
- xii) Registo inicial de domínios e *fees* associados à domicilição da aplicação em entidade externa, adesão a *marketplaces* e outras plataformas electrónicas, criação e publicação de catálogos electrónicos de produtos e serviços, bem como a inclusão e ou catalogação.

2 — Para além das despesas referidas no número anterior são ainda elegíveis os investimentos em formação de recursos humanos no âmbito do projecto, de acordo com o regulamento específico dos apoios à formação profissional.

3 — (*Revogado.*)

4 — Os projectos do sector do turismo, em casos devidamente justificados, bem como os projectos enquadrados em estratégias de eficiência colectiva, referidos no n.º 2 do artigo 5.º, podem ainda incluir, como despesas elegíveis, a construção de edifícios, obras de remodelação e outras construções, desde que directamente relacionadas com o exercício de actividades, assim como a aquisição de material circulante que se traduza em si mesmo numa actividade de animação declarada de interesse para o turismo.

5 — Nos projectos de remodelação ou ampliação de empreendimentos turísticos explorados, em parte, em regime de direito de habitação periódica, de natureza real ou obrigacional só são comparticipáveis as despesas de investimento correspondentes às unidades de alojamento não exploradas segundo aquele regime, e, na proporção dessa afectação, as despesas de investimento relativas às partes comuns dos empreendimentos.

6 — Para os projectos previstos no n.º 5 do artigo 5.º, são apenas consideradas elegíveis as despesas correspondentes aos custos salariais referentes à criação líquida de postos de trabalho, com contrato de trabalho sem termo, no estabelecimento associado ao projecto de investimento, suportados durante um período de dois anos, com excepção dos custos salariais relativos aos cargos de gerência e de direcção.

7 — Para efeito do disposto nos números anteriores, apenas são considerados elegíveis os valores declarados pelo promotor e que sejam considerados adequados tendo em conta a sua razoabilidade, podendo os órgãos de gestão definir limites à elegibilidade das despesas e condições específicas de aplicação.

8 — Para determinação do valor das despesas elegíveis comparticipáveis é deduzido o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sempre que o promotor seja sujeito passivo desse imposto e possa exercer o direito à respectiva dedução.

9 — As aquisições previstas na subalínea iv) da alínea a) e na alínea b) do n.º 1 têm de ser efectuadas a terceiros em condições de mercado, não podendo o adquirente exercer controlo sobre o vendedor, ou o inverso.

10 — As despesas elegíveis previstas no n.º 6 não poderão exceder, por cada posto de trabalho criado, o dobro do valor correspondente ao indexante dos apoios sociais, criado pela Lei n.º 53 -B/2006, de 29 de Dezembro, acrescido dos encargos sociais obrigatórios.

#### Artigo 12.º

#### **Despesas não elegíveis**

Constituem despesas não elegíveis, para além das consideradas no artigo 14.º do enquadramento nacional, nomeadamente, as seguintes:

- a) Transacções entre entidades participantes nos projectos;
- b) Despesas de funcionamento da entidade promotora relacionadas com actividades de tipo periódico ou contínuo;
- c) Despesas referentes a investimentos directos no estrangeiro que visem a aquisição ou constituição de sociedades ligadas à criação ou funcionamento de redes de distribuição no exterior.

#### Artigo 13.º

##### **Natureza dos incentivos**

1 — O incentivo atribuído assume a forma de incentivo reembolsável, excepto o incentivo a conceder às despesas elegíveis referidas nos n.os 2 e 6 do artigo 11.º, o qual assume a forma de incentivo não reembolsável, podendo ainda ser utilizados mecanismos complementares de incentivo, nomeadamente a prestação de garantia de financiamento bancário e a bonificação total ou parcial de juros e de comissões de garantia.

2 — O incentivo reembolsável referido no número anterior obedece às seguintes condições:

- a) Sem pagamento de juros ou outros encargos;
- b) O prazo de financiamento considerado é de 6 anos, com um período de carência de capital de 3 anos, à excepção de projectos de novas unidades de produção cuja despesa elegível ultrapasse € 2 500 000, de projectos de remodelação de estabelecimentos hoteleiros e de criação de unidades de turismo no espaço rural e de turismo de habitação, em que o prazo de financiamento terá como limite máximo 7 anos, com um período de carência de capital até 3 anos e de projectos de construção ou de instalação de novos estabelecimentos hoteleiros em que o prazo de financiamento terá como limite máximo 10 anos, com um período de carência de capital até 3 anos;
- c) As amortizações são efectuadas em prestações semestrais, iguais e sucessivas.

3 — O incentivo reembolsável referido no n.º 1 pode ser substituído pela bonificação de juros, desde que previsto no aviso de abertura de concurso ou nos termos da decisão de financiamento para os projectos previstos no artigo 15.º

4 — O incentivo reembolsável poderá ser convertido em incentivo não reembolsável, em função da avaliação do desempenho do projecto, conforme previsto no anexo B deste Regulamento, até ao montante máximo de 75 % do incentivo reembolsável concedido.

#### Artigo 14.º

##### **Taxas máximas e limites de incentivo**

1 — O incentivo a conceder às despesas elegíveis referidas nos n.os 1, 3 e 4 do artigo 11.º é calculado através da aplicação de uma taxa base máxima de 45 %, a qual poderá ser acrescida das seguintes majorações:

- a) Majoração «tipo de empresa»: 10 pontos percentuais (p.p.) a atribuir a médias empresas ou 20 p.p. a atribuir a pequenas empresas, à excepção de projectos com despesa elegível superior a 50 milhões de euros e de projectos do sector dos transportes;
- b) Majoração «tipo de estratégia»: 10 p.p. a atribuir aos projectos previstos no n.º 1 do artigo 5.º e desde que inseridos em estratégias de eficiência colectiva nos termos definidos no n.º 2 do artigo 7.º do enquadramento nacional;

c) Majoração «empreendedorismo feminino ou jovem»: 10 p.p. a atribuir aos projectos referidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º, mediante parecer positivo da Comissão da Cidadania e a Igualdade de Género relativamente aos projectos de empreendedorismo feminino e do Instituto Português da Juventude relativamente aos projectos de empreendedorismo jovem.

2 — As taxas e os limites de incentivo a conceder às despesas elegíveis referidas no n.º 2 do artigo 11.º são os que constam do regulamento específico dos apoios à formação profissional.

3 — O incentivo a conceder às despesas elegíveis referidas no n.º 6 do artigo 11.º é calculado através da aplicação de uma taxa base máxima de 20 %, acrescida da majoração «tipo de empresa» referida na alínea a) do n.º 1.

4 — São concedidos ao abrigo do regime de auxílios *de minimis*:

a) Os apoios concedidos aos investimentos previstos na subalínea v) da alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º, relativos à participação em feiras ou exposições;

b) O incentivo relativo às despesas previstas na subalínea iv) da alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º;

c) Nos projectos promovidos por não PME, os incentivos relativos às despesas elegíveis previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º

5 — O incentivo global atribuído por projecto não poderá exceder as taxas máximas, expressas em equivalente de subvenção bruta (ESB), definidas no n.º 1 do artigo 16.º do enquadramento nacional, excepto os apoios ao investimento previstos no n.º 2 do artigo 11.º

6 — No que respeita aos apoios aos projectos localizados nas NUT II Região de Lisboa e Algarve relativos às despesas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 e nos n.os 4 e 6 do artigo 11.º, aplicam -se os limites referidos no número anterior, excepto quando estes forem superiores aos limites comunitários, caso em que se aplicam as taxas expressas no anexo C.

7 — Em alternativa ao número anterior, os apoios podem ser concedidos ao abrigo do regime de auxílios *de minimis*.

8 — Os projectos do regime especial referidos no n.º 1 do artigo 15.º podem a título excepcional e em casos devidamente justificados, ultrapassar as taxas de incentivo fixadas no n.º 1 do presente artigo desde que observadas as taxas máximas, expressas em ESB, definidas no n.º 1 do artigo 16.º do enquadramento nacional.

9 — No caso dos projectos previstos no n.º 3 do artigo 5.º, os apoios a conceder poderão ultrapassar os limites referidos no n.º 5, a título excepcional e em casos devidamente justificados, desde que observadas as taxas máximas em ESB previstas no mapa de auxílios regionais.

10 — Os incentivos atribuídos poderão ser objecto de redução, nos termos a definir pelo órgão de gestão, em resultado do incumprimento de condições contratualmente estabelecidas, nomeadamente as relativas ao calendário de execução dos projectos.

#### Artigo 15.º

##### **Projectos do regime especial e de interesse estratégico**

1 — Podem ser considerados como projectos do regime especial os que se revelem de especial interesse para a economia nacional pelo seu efeito estruturante para o desenvolvimento, diversificação e internacionalização

da economia portuguesa, e ou de sectores de actividade, regiões, áreas consideradas estratégicas, de acordo com os critérios definidos no n.º 5 do artigo 19.º

2 — Os projectos do regime especial e de interesse estratégico, previstos n.º 3 do artigo 5.º, devem cumprir as condições de elegibilidade e de selecção, sendo que os projectos do regime especial deverão corresponder a uma despesa mínima elegível de 25 milhões de euros ou de 3,5 milhões de euros no caso dos projectos previstos no n.º 5 do artigo 5.º

3 — Os projectos do regime especial e os projectos de interesse estratégico são sujeitos a um processo negocial específico precedido da obtenção de pré-vinculação do órgão de gestão quanto ao incentivo máximo a conceder, em contrapartida da obtenção de metas económicas e obrigações adicionais, a assegurar pelos promotores no âmbito do correspondente contrato de concessão de incentivos.

#### Artigo 16.º

##### **Cumulação de Incentivos**

1 — Para as mesmas despesas elegíveis, os incentivos concedidos ao abrigo do presente Regulamento não são cumuláveis com quaisquer outros da mesma natureza.

2 — No caso de um projecto beneficiar de incentivos de outra natureza, o incentivo total acumulado deverá respeitar os limites comunitários aplicáveis.

#### Artigo 17.º

##### **Apresentação de candidaturas**

1 — A apresentação de candidaturas ao SI Inovação processa -se através de concursos.

2 — As candidaturas são enviadas pela Internet através de formulário electrónico disponível no portal «Incentivos QREN».

3 — A apresentação de candidaturas dos projectos referidos no artigo 15.º não está sujeita ao regime de concursos fixado no n.º 1.

#### Artigo 18.º

##### **Avisos de abertura de concursos para apresentação de candidaturas**

1 — Os avisos de abertura de concursos devem estabelecer obrigatoriamente:

- a) Os objectivos e as prioridades visadas;
- b) A tipologia dos projectos a apoiar;
- c) O âmbito territorial;
- d) Os prazos para apresentação de candidaturas;
- e) A metodologia de apuramento do mérito do projecto;
- f) A data limite para a comunicação da decisão aos promotores;
- g) O orçamento de incentivos a conceder.

2 — Os avisos de abertura de concursos podem ainda definir em função das prioridades outras regras específicas, nomeadamente:

- a) Limites aos sectores de actividade beneficiários;
- b) Limite ao número de candidaturas apresentadas por promotor;
- c) Ajustamento das condições de elegibilidade estabelecidas no presente Regulamento;

- d) Regras e limites à elegibilidade de despesa, em função das prioridades e objectivos fixados em cada concurso;
- e) Novas despesas não elegíveis;
- f) Restrições nas condições de atribuição de incentivos, nomeadamente naturezas, taxas e montantes mínimos e máximos;
- g) Substituição do incentivo reembolsável pela bonificação de juros.

3 — No caso específico de concursos não financiados por fundos comunitários, os respectivos avisos de abertura podem ainda definir adaptações ao modo de apresentação de candidaturas, processo de decisão e modelo de gestão.

4 — A abertura dos concursos será objecto de programação através de um plano anual a aprovar por despacho conjunto dos ministros coordenadores das comissões ministeriais de coordenação do Programa Operacional Factores de Competitividade e dos programas operacionais regionais.

5 — Os avisos de abertura são definidos pelos órgãos de gestão competentes, ouvida a comissão de selecção, sendo divulgados através dos seus respectivos sítios na Internet e no portal «Incentivos QREN».

#### Artigo 19.º

##### **Seleção e hierarquização dos projectos**

1 — Os projectos serão avaliados através do indicador de mérito do projecto (MP), em função de um conjunto de critérios de selecção, e com base em metodologia de cálculo definida no aviso de abertura de concurso, ou no caso dos projectos referidos no artigo 15.º, com base em metodologia específica.

2 — Os critérios de selecção referidos no número anterior serão fixados em despacho dos ministros coordenado Operacional Factores de Competitividade e dos programas operacionais regionais.

3 — Os projectos sujeitos a regime de concurso são ordenados por ordem decrescente em função do MP e, em caso de igualdade, em função da data de entrada da candidatura.

4 — Os projectos são seleccionados com base na hierarquia definida no número anterior, até ao limite orçamental definido no aviso de abertura do concurso, sem prejuízo de o referido limite poder ser reforçado por decisão da respectiva autoridade de gestão.

5 — Os projectos referidos no artigo 15.º, para além da observância da metodologia referida no n.º 1, devem ainda demonstrar a relevância do seu interesse para a economia nacional e o seu efeito estruturante, através dos seguintes critérios de selecção adicionais:

- a) Contributo do projecto para a inovação tecnológica ou protecção do ambiente;
- b) Efeito de arrastamento em actividades a montante e a jusante, principalmente nas PME;
- c) Impacte no desenvolvimento da região de implantação;
- d) Interesse estratégico para a economia portuguesa;
- e) Contributo para o aumento das exportações nacionais de bens ou serviços, com alta intensidade tecnológica;
- f) Contributo para a criação de novos postos de trabalho altamente qualificados.

#### Artigo 20.º

##### **Estruturas de gestão**

1 — Na gestão deste sistema de incentivos intervêm:

- a) Os órgãos de gestão, entidades que asseguram a abertura de concursos, a decisão final sobre a concessão dos incentivos, o seu controlo e o seu financiamento;
- b) A comissão de selecção, que emite parecer sobre as aberturas de concursos e sobre as propostas de decisão de financiamento;
- c) Os organismos intermédios, entidades que asseguram a análise dos projectos, a contratação dos incentivos e o controlo e acompanhamento da sua execução, bem como a interlocução com o promotor;
- d) As comissões de coordenação e desenvolvimento regional, entidades que asseguram a apreciação do mérito do projecto em termos do seu contributo para a competitividade regional e para a coesão económica territorial.

2 — Os órgãos de gestão correspondem, no caso de financiamento através de fundos estruturais, às autoridades de gestão dos programas operacionais do QREN definidas no anexo D do presente Regulamento e do qual faz parte integrante, podendo, no caso de utilização de outras fontes de financiamento, corresponder a outras entidades identificadas nos respectivos avisos de abertura dos concursos.

3 — Os organismos intermédios são:

- a) A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. (AICEP, E. P. E.), para os projectos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º dos seus estatutos, aprovados pelo Decreto -Lei n.º 245/2007, de 25 de Junho;
- b) O Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal, I. P.), para os restantes projectos na área do turismo;
- c) O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), para os restantes projectos.

4 — A comissão de selecção é composta pelo órgão de gestão competente, que preside, e representantes de todos os outros órgãos de gestão e organismos intermédios envolvidos na gestão do SI Inovação.

#### Artigo 21.º

##### **Processo de decisão**

1 — As candidaturas são distribuídas de forma automática pelo sistema de informação aos órgãos de gestão e aos organismos intermédios competentes.

2 — O organismo intermédio assume a coordenação dos contactos com o promotor e envia ao órgão de gestão competente, no prazo máximo de 50 dias úteis, incluindo o período de eventuais esclarecimentos referidos no n.º 4, a contar da data de encerramento de cada concurso, parecer sobre as candidaturas.

3 — (*Revogado.*)

4 — No decorrer da avaliação das candidaturas podem ser solicitados ao promotor, de uma única vez, esclarecimentos complementares, a prestar no prazo de 10 dias úteis, decorridos os quais a ausência de resposta significará a desistência da candidatura.

5 — O órgão de gestão competente submete à apreciação da comissão de selecção a proposta de decisão suportada nos pareceres emitidos pelos organismos intermédios.

6 — O órgão de gestão competente decide a atribuição do incentivo, sendo o promotor notificado da decisão que recaiu sobre a candidatura no prazo máximo de 70 dias úteis após a data de encerramento de cada concurso.



7 — Nas situações definidas pelas comissões de coordenação ministerial e nos termos por elas fixados, as decisões dos órgãos de gestão referidas no n.º 6 carecem de homologação ministerial.

8 — Os promotores de projectos não apoiados podem apresentar alegações contrárias no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da notificação estabelecida no n.º 6.

9 — Um projecto não apoiado que, em resultado da reapreciação da candidatura nos termos do número anterior, venha a obter uma pontuação que teria permitido a sua inclusão no conjunto dos projectos seleccionados, será considerado seleccionado e apoiado no âmbito do concurso a que se candidatou.

10 — As alegações contrárias referidas no n.º 8 e os pedidos de ajustamento serão decididos num período de tempo que possibilite a comunicação da decisão ao promotor no prazo máximo de 45 dias.

11 — Quando estiverem reunidas condições técnicas para tal, são utilizados meios de comunicação electrónicos nas diferentes fases do processo de decisão, bem como nas fases de contratualização dos incentivos e de acompanhamento, avaliação e controlo.

#### Artigo 22.º

##### **Formalização da concessão do incentivo**

1 — A concessão do apoio é formalizada através de contrato a celebrar entre o promotor ou promotores e o organismo intermédio, mediante uma minuta tipo devidamente aprovada.

2 — Após a comunicação da decisão de aprovação, o promotor tem um prazo de 20 dias úteis para celebração do contrato de concessão do incentivo, o qual poderá ser prorrogado por igual período desde que o promotor apresente justificação fundamentada ao organismo intermédio.

3 — A não celebração do contrato por razões imputáveis aos promotores, no prazo referido no número anterior, determina a caducidade da decisão de concessão de incentivo.

#### Artigo 23.º

##### **Obrigações das entidades beneficiárias**

Além dos requisitos previstos no artigo 13.º do enquadramento nacional, os beneficiários ficam ainda sujeitos às seguintes obrigações:

- a) Executar o projecto nos termos e prazos fixados no contrato;
- b) Demonstrar o cumprimento das obrigações legais, designadamente as fiscais e para com a segurança social;
- c) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, todos os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, controlo e auditoria;
- d) Comunicar ao organismo intermédio as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do projecto;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente, para as empresas sujeitas ao licenciamento industrial ou turístico, possuir situação regularizada em termos de licenciamento ou ter instruído adequadamente o processo de licenciamento junto das entidades competentes, até ao encerramento do projecto;
- f) Manter a situação regularizada perante a entidade pagadora do incentivo;
- g) Manter a contabilidade organizada de acordo com a regulamentação aplicável;
- h) *(Revogado.)*

- i) Manter na entidade beneficiária, devidamente organizado em *dossier*, todos os documentos susceptíveis de comprovar as informações, declarações prestadas no âmbito do projecto e de fundamentar as opções de investimentos apresentadas, bem como todos os documentos comprovativos da realização das despesas de investimento, o qual poderá ser consultado a qualquer momento pelos organismos intervenientes no processo de análise, acompanhamento e fiscalização dos projectos, sendo que, no caso de projectos financiados com fundos estruturais, este *dossier* tem de ser mantido até três anos após a data de encerramento do respectivo programa financiador, podendo os contratos de concessão de incentivos definir períodos superiores;
- l) Quando aplicável, cumprir os normativos em matéria de contratação pública relativamente à execução dos projectos;
- l) Publicitar os apoios atribuídos nos termos da regulamentação e regras aplicáveis;
- m) Manter os postos de trabalho criados nos projectos previstos no n.º 5 do artigo 5.º, por um período de cinco anos a contar da data da contratação, no caso de empresa não PME, e durante três anos no caso de empresa PME, não podendo ainda a empresa beneficiária, durante a vigência do contrato de concessão de incentivos, reduzir o número total de trabalhadores ao serviço da empresa.

#### Artigo 24.º

##### **Acompanhamento e controlo**

1 — Sem prejuízo de outros mecanismos de acompanhamento e controlo que venham a ser adoptados, o acompanhamento e a verificação do projecto são efectuados nos seguintes termos:

- a) A verificação financeira do projecto tem por base uma «declaração de despesa do investimento» apresentada pelo beneficiário, certificada por um revisor oficial de contas (ROC), excepto para os pedidos de pagamento com despesa elegível inferior a € 200 000 ou para as empresas não sujeitas à «certificação legal de contas», casos em que, por opção do beneficiário, esta certificação pode ser efectuada por um técnico oficial de contas (TOC), a qual confirma a realização das despesas de investimento, que os documentos comprovativos daquelas se encontram correctamente lançados na contabilidade e que o incentivo foi contabilizado nos termos legais aplicáveis;
- b) As verificações físicas e técnicas do projecto são efectuadas pelo organismo intermédio, confirmando que o investimento foi realizado e que os objectivos foram atingidos pelo beneficiário nos termos constantes do contrato.

2 — A verificação dos projectos de investimento por parte do organismo intermédio ou pelo sistema de controlo e avaliação interno do órgão de gestão, poderá ser feita em qualquer fase de execução do projecto e após a respectiva conclusão.

#### Artigo 25.º

##### **Resolução do contrato**

1 — O contrato de concessão de incentivos pode ser resolvido unilateralmente desde que se verifique uma das seguintes condições:

- a) Não cumprimento, por facto imputável à entidade beneficiária das suas obrigações, bem como dos objectivos do projecto, incluindo os prazos relativos ao início da realização do investimento e sua conclusão;
- b) Não cumprimento, por facto imputável à entidade beneficiária, das respectivas obrigações legais e fiscais;

c) Prestação de informações falsas sobre a situação da entidade beneficiária ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e acompanhamento dos investimentos.

2 — A resolução do contrato implica a devolução do incentivo já recebido, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da sua notificação, acrescido de juros calculados à taxa indicada no contrato de concessão de incentivos.

3 — Quando a resolução se verificar pelo motivo referido na alínea c) do n.º 1, a entidade beneficiária não poderá beneficiar de quaisquer apoios pelo período de cinco anos.

#### Artigo 26.º

#### Enquadramento comunitário

O SI Inovação respeita o Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de Agosto, relativo ao Regulamento Geral de Isenção por Categoria, excepto nos caso de despesas enquadradas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios *de minimis*, quando assinalado.

#### ANEXO A

#### Situação económico-financeira equilibrada e cobertura do projecto por capitais próprios

1 — Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do presente Regulamento, considera-se que as empresas possuem uma situação económico-financeira equilibrada quando apresentem, um rácio de autonomia financeira não inferior a 0,20, para o caso de grandes empresas, e de 0,15 para o caso de PME.

2 — A autonomia financeira referida no número anterior é calculada através da seguinte

$$AF = \frac{CP_e}{AL_e}$$

fórmula:

em que:

$AF$  — autonomia financeira;

$CP_e$  — capital próprio da empresa, incluindo novas entradas de capital (capital social, consolidação de suprimentos e prestações suplementares de capital) que não se enquadrem na definição de passivo financeiro, a realizar até à data da celebração do contrato de concessão de incentivos;

$AL_e$  — activo líquido da empresa.

3 — Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do presente Regulamento, consideram -se adequadamente financiados com capitais próprios os projectos de investimento cuja despesa elegível seja coberta por um mínimo de 20 % de capitais próprios, calculado através de uma das seguintes fórmulas:

$$\frac{CP_e + CP_p}{AL_e + DE_p} \times 100$$

ou:

$$\frac{CP_p}{DE_p} \times 100$$

em que:

$CP_e$  — conforme definido no n.º 2 anterior;

*CPp* — capitais próprios do projecto, incluindo suprimentos, desde que venham a ser incorporados em capital próprio até à conclusão material e financeira do projecto;

*ALe* — conforme definido no n.º 2 anterior;

*DEp* — montante da despesa elegível do projecto.

4 — Para o cálculo dos indicadores referidos nos n.os 2 e 3 será utilizado o balanço referente ao final do exercício anterior ao da data de candidatura, e, no caso de insuficiência de capital próprio, um balanço intercalar posterior, certificado por um ROC no caso de empresas sujeitas à certificação legal de contas, ou subscrito por um TOC nas restantes situações, reportado a uma data até ao momento de celebração do contrato de concessão de incentivos.

5 — Em casos devidamente justificados e fundamentados, é admissível a apresentação de um balanço corrigido, através do qual se contemplem as especificidades relacionadas com práticas habituais no mercado, nomeadamente no que se refere a situações caracterizadas por ciclos de produção longos ou resultantes de concursos públicos.

## ANEXO B

### Avaliação do desempenho

1 — A avaliação do desempenho, a que se refere o n.º 4 do artigo 13.º, é efectuada em duas fases:

a) Avaliação do Investimento (fase A) — avaliação a realizar no momento da verificação da conclusão física e financeira do projecto com base na qual é atribuído, a título de prémio de realização do investimento, 35 % da conversão máxima prevista no n.º 4 do artigo 13.º, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FaseA = \left( \frac{P1}{P'1} \times 0,60 + \frac{D'2}{D2} \times 0,40 \right) \geq 0,85$$

em que:

*P* — é o prazo, em dias, aprovado para a realização do projecto;

*P'* — é o prazo efectivo de realização do projecto, em dias, medido à data de conclusão do investimento;

*D* — corresponde ao montante das despesas elegíveis aprovadas;

*D'* — corresponde ao montante das despesas elegíveis realizadas.

Sendo que para atribuição do prémio de realização do investimento (fase A) devem ser observadas as seguintes condições:

i) O valor obtido através da fórmula acima referida ser superior ou igual a 0,85;

ii) *P/P'* não pode assumir valores superiores a 1;

iii) *P/P'* e *D'/D* devem assumir valores superiores a 0,80;

b) Avaliação das Metas (fase B) — avaliação a realizar no pós -projecto na qual é atribuído, a título de prémio de realização das metas, 65 % da conversão máxima prevista no n.º 4 do artigo 13.º, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FaseB = \left( \frac{MP_{Real}}{MP_{Esperado}} \right) \geq 0,70$$

em que:

*MPReal* — corresponde ao *MP* medido no ano pós-projecto;

*MPEsperado* — corresponde ao *MP* do ano pós-projecto previsto no contrato de concessão de incentivos;

Pós-projecto é o terceiro exercício económico completo após a conclusão do investimento.

Sendo que para atribuição do prémio de realização das metas (fase B) devem ser observadas as seguintes condições:

i) O valor obtido através da fórmula acima referida for superior ou igual a 0,70;

ii) O *MPReal* não poderá apresentar uma pontuação final inferior ao limiar de elegibilidade estabelecido no aviso de abertura de concurso.

2 — Em função dos objectivos e critérios de selecção específicos definidos para cada concurso, os indicadores referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 anterior poderão ser complementados com condições ou indicadores suplementares.

## ANEXO C

### Mapa de auxílios regionais taxas de apoio máximas em ESB

(Em percentagem)							
NUTS II	NUTS III	2007-2010			2011-2013		
		GE	ME	PE	GE	ME	PE
Algarve .....	Algarve .....	30	40	50	20	30	40

(Em percentagem)				
NUTS III	Concelho/freguesias	2007-2013		
		GE	ME	PE
Grande Lisboa .....	Vila Franca de Xira (Alhandra, Alverca do Ribatejo, Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira).	15	25	35
Península de Setúbal .....	Setúbal .....			
	Palmela .....			
	Montijo .....			
	Alcochete .....			

(Em percentagem)							
NUTS III	Concelho/freguesias	2007-2008			2009-2013		
		GE	ME	PE	GE	ME	PE
Grande Lisboa .....	Vila Franca de Xira (Cachoeiras, Calhandriz, Póvoa de Santa Iria, São João dos Montes, Vialonga, Sobralinho, Forte da Casa) .....	10	20	30	0	10	20
	Mafra .....						
	Loures .....						
	Sintra .....						
	Amadora .....						
	Cascais .....						
	Odivelas .....						
	Oeiras .....						
Península de Setúbal .....	Seixal .....						
	Almada .....						
	Barreiro .....						
	Moita .....						
	Sesimbra .....						

(Em percentagem)							
NUTS III	Concelho/freguesias	2007			2008-2013		
		GE	ME	PE	GE	ME	PE
Grande Lisboa .....	Lisboa .....	0	7,5	15	0	10	20

## ANEXO D

### Identificação dos órgãos de gestão

1 — Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 20.º do presente Regulamento, o órgão de gestão competente, que assegura o co-financiamento dos investimentos localizados nas regiões Norte, Centro e Alentejo, quando estão em causa fundos estruturais, é o seguinte:

a) Órgãos de gestão do Programa Operacional Factores de Competitividade, para os projectos realizados por empresas de média ou grande dimensão e por empresas de micro ou pequena dimensão, no caso de projectos localizados em mais do que uma região de convergência NUTS II;

b) Órgão de gestão de cada um dos programas operacionais regionais, para os projectos realizados por micro ou pequenas empresas, localizados em apenas uma NUTS II.

2 — Para os investimentos localizados nas regiões de Lisboa e Algarve, quando estão em causa fundos estruturais, o órgão de gestão competente é a respectiva autoridade de gestão do programa operacional regional.

3 — A localização do investimento corresponde à região NUTS II onde se realiza o investimento.

4 — Nas restantes situações, o aviso de abertura de concurso define o órgão de gestão competente.

### **Anexo IV:**

**Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, anexo à Portaria n.º1463/2007, de 15 de Novembro, alterado e republicado pela Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril.**

#### Artigo 1.º

##### **Objecto**

O presente Regulamento define as regras aplicáveis ao Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME, adiante designado por SI Qualificação PME, criado ao abrigo do enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas, adiante designado por enquadramento nacional, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 65/2009, de 20 de Março.

#### Artigo 2.º

##### **Âmbito**

São abrangidos pelo SI Qualificação PME os projectos de investimento promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação, bem como por entidades públicas, associações empresariais ou entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) direccionados para a intervenção nas PME, tendo em vista a inovação, modernização e internacionalização, através da utilização de factores dinâmicos da competitividade.

#### Artigo 3.º

##### **Objectivos**

O SI Qualificação PME tem como objectivo a promoção da competitividade das empresas através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa das PME no mercado global.

#### Artigo 4.º

##### **Definições**

Para além das definições constantes no enquadramento nacional, para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- a) «Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT)» os organismos de investigação e desenvolvimento, sem fins lucrativos, inseridos nos sectores Estado, ensino superior e instituições privadas;
- b) «Empresas autónomas» as empresas nos termos definidos no artigo 3.º da Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de Maio;
- c) «Projecto de cooperação interempresarial» os projectos dinamizados por um conjunto de empresas autónomas entre si com vista à concretização de objectivos comuns.

#### Artigo 5.º

##### **Tipologias de investimento**

1 — São susceptíveis de apoio as seguintes tipologias de investimento em factores dinâmicos da competitividade:

- a) Propriedade industrial — formulação de pedidos de patentes, modelos de utilidade e desenhos ou modelos, nacionais, no estrangeiro pela via directa nas administrações nacionais, comunitários, europeus e internacionais;
- b) Criação, moda & *design* — criação de marcas, insígnias e colecções próprias e melhoria das capacidades de moda e *design*;
- c) Desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos — melhoria das capacidades de desenvolvimento de produtos, processos e serviços, designadamente pela criação ou reforço das capacidades laboratoriais;
- d) Organização e gestão e tecnologias de informação e comunicação (TIC) — introdução de novos modelos ou novas filosofias de organização do trabalho, reforço das capacidades de gestão, introdução de TIC, redesenho e melhorias de *layout*, acções de *benchmarking*;
- e) Qualidade — certificação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de sistemas de gestão da qualidade, certificação de produtos e serviços com obtenção de marcas, bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total;
- f) Ambiente — investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco -eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS);
- g) Inovação — investimentos associados à aquisição de serviços de consultoria e de apoio à inovação, bem como à certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação (IDI);

- h) Diversificação e eficiência energética — aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis;
- i) Economia digital — criação e ou adequação da infra-estrutura interna de suporte com vista à inserção da PME na economia digital e à melhoria dos modelos de negócios com base numa presença mais efectiva na economia digital que permitam a concretização de processos de negócios desmaterializados com clientes e fornecedores através da utilização das TIC;
- j) Comercialização e *marketing* — reforço das capacidades de comercialização, *marketing*, distribuição e logística;
- l) Internacionalização — conhecimento de mercados, desenvolvimento e promoção internacional de marcas, prospecção e presença em mercados internacionais, com exclusão da criação de redes de comercialização no exterior, e promoção e *marketing* internacional;
- m) Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho — investimentos de melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, bem como na certificação de sistemas de gestão da responsabilidade social, de sistemas de gestão da segurança alimentar, de sistemas de gestão de recursos humanos e de sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, no âmbito do SPQ;
- n) Igualdade de oportunidades — definição e implementação de planos de igualdade com contributos efectivos para a conciliação da vida profissional com a vida familiar, bem como a facilitação do mercado de trabalho inclusivo.

2 — Cada aviso de abertura de concurso para selecção de projectos fixará as tipologias de investimento elegíveis, de entre as previstas no número anterior, podendo cada projecto assumir uma ou mais das tipologias, quando tal for previsto no aviso de abertura de concurso.

#### Artigo 6.º

##### **Modalidades de projecto**

1 — Os projectos podem assumir as seguintes modalidades:

- a) Projecto individual — apresentado a título individual por uma PME;
- b) Projecto conjunto — apresentado por uma ou mais entidades referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo seguinte que, com o apoio de entidades contratadas, desenvolve um programa estruturado de intervenção num conjunto maioritariamente composto por PME, observando as condições expressas no anexo A;
- c) Projecto de cooperação — apresentado por uma PME ou consórcio liderado por PME, que resulte de uma acção de cooperação interempresarial;
- d) Projecto simplificado de inovação (Vale Inovação) — apresentado por uma PME para aquisição de serviços de consultoria e de apoio à inovação a entidades do SCT, qualificadas para o efeito.

2 — Cada aviso de abertura de concurso para selecção de projectos fixará as modalidades de projecto aceites, de entre as previstas no número anterior.

#### Artigo 7.º

##### **Beneficiários**

1 — As entidades beneficiárias dos apoios previstos no SI Qualificação PME são:

- a) Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;



*b)* Entidades públicas com competências específicas em políticas públicas dirigidas às PME, associações que com aquelas entidades tenham estabelecido parcerias para a prossecução de políticas públicas, as associações empresariais e entidades do SCT, no caso dos projectos conjuntos definidos na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 6.º

2 — Os organismos intermédios definidos no n.º 3 do artigo 21.º não podem ser beneficiários nos projectos conjuntos nos termos na alínea *b)* do número anterior.

#### Artigo 8.º

##### **Âmbito sectorial**

1 — São susceptíveis de apoio no âmbito do SI Qualificação PME os projectos de investimento que incidam nas actividades previstas no n.º 1 do artigo 9.º do enquadramento nacional, sem prejuízo de os avisos de abertura dos concursos para a apresentação de candidaturas poderem restringir as actividades abrangidas em cada concurso.

2 — Em casos devidamente fundamentados, e em função da sua dimensão estratégica, pode o órgão de gestão considerar, casuisticamente e a título excepcional, como objecto de apoio projectos de investimento incluídos noutros sectores de actividade.

3 — No caso dos projectos de investimento inseridos em estratégias de eficiência colectiva, podem ainda ser considerados outros sectores de actividade objecto de especificação no diploma autónomo previsto no n.º 3 do artigo 7.º do enquadramento nacional.

4 — Os projectos pertencentes a sectores sujeitos a restrições comunitárias específicas em matéria de auxílios estatais devem respeitar os enquadramentos comunitários aplicáveis.

5 — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do enquadramento nacional, são ainda susceptíveis de apoio os projectos que incidam sobre as actividades incluídas no grupo 412 e nas divisões 42 e 43 da CAE, de acordo com a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE), revista pelo Decreto -Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro.

#### Artigo 9.º

##### **Âmbito territorial**

O SI Qualificação PME tem aplicação em todo o território do continente, definindo os avisos de abertura dos concursos para a apresentação de candidaturas as regiões abrangidas em cada caso.

#### Artigo 10.º

##### **Condições específicas de elegibilidade do promotor**

1 — Além das condições gerais de elegibilidade definidas no artigo 11.º do enquadramento nacional, o promotor do projecto deve ainda cumprir os seguintes requisitos:

*a)* Cumprir os critérios de pequena e média empresas (PME), excepto para os promotores dos projectos conjuntos previstos na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 6.º, bem como para as empresas não PME que participem em projectos conjuntos;

*b)* Para efeitos do disposto na alínea *f)* do artigo 11.º do enquadramento nacional, as empresas, as entidades do SCT e as associações empresariais devem cumprir os indicadores definidos no anexo B do presente Regulamento e do qual faz parte integrante;

*c)* Designar um responsável técnico do projecto;

*d)* Cumprir, quando existam investimentos em formação profissional, todas as regras definidas no regulamento específico dos apoios à formação profissional.

2 — No caso dos projectos conjuntos previstos na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 6.º, o promotor deve ainda comprometer -se a verificar que cada empresa participante no projecto cumpre com as condições de elegibilidade estabelecidas na alínea *c)* do artigo 11.º do enquadramento nacional e na alínea *a)* do n.º 1 anterior.

3 — Os projectos previstos na alínea *c)* do n.º 1 do artigo 6.º devem resultar de uma cooperação desenvolvida no mínimo por três empresas.

4 — As condições de elegibilidade do promotor definidas quer no artigo 11.º do enquadramento nacional quer nos números anteriores devem ser reportadas à data da candidatura, à excepção das alíneas *b)* e *c)* do artigo 11.º do enquadramento nacional e das alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 anterior, cujo cumprimento poderá ser reportado a uma data até ao momento da celebração do contrato de concessão de incentivos.

5 — Após a comunicação da decisão de aprovação, o promotor tem um prazo de 20 dias úteis para apresentação dos comprovantes das condições previstas no artigo 11.º do enquadramento nacional e nos n.os 1 a 3 do presente artigo, o qual poderá ser prorrogado por igual período desde que o promotor apresente, dentro do prazo previsto, justificação fundamentada ao organismo intermédio.

#### Artigo 11.º

##### **Condições específicas de elegibilidade do projecto**

1 — Além das condições gerais de elegibilidade previstas no artigo 12.º do enquadramento nacional, o projecto, com excepção do projecto simplificado de inovação, deve ainda cumprir os seguintes requisitos:

*a)* Não incluir despesas anteriores à data da candidatura, à excepção dos adiantamentos para sinalização, relacionados com o projecto, até ao valor de 50 % do custo de cada aquisição, e das despesas relativas aos estudos prévios, desde que realizados há menos de um ano;

*b)* Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento do projecto;

*c)* Ser declarado de interesse para o turismo, nos casos previstos na alínea *d)* do n.º 1 do artigo 9.º do enquadramento nacional;

*d)* Ter uma duração máxima de execução de dois anos, excepto em casos devidamente justificados;

*e)* Corresponder a uma despesa mínima elegível de € 25 000;

*f)* Demonstrar, quando integrar acções de formação profissional, que o projecto formativo se revela coerente e consonante com os objectivos do projecto e cumpre os normativos definidos no regulamento específico dos apoios à formação profissional;

*g)* Iniciar a execução do projecto nos nove meses seguintes à comunicação da decisão de financiamento.

2 — Para além das condições referidas no número anterior, no caso dos projectos conjuntos previstos na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 6.º, o projecto deve ainda:

*a)* Abranger no mínimo 10 empresas PME, sendo admissível a participação de empresas não PME desde que se comprove que da sua presença resulte uma maior eficácia geral do projecto e que não ultrapasse 20 % do número total de empresas participantes;

*b)* Ser previamente objecto de divulgação com vista à selecção e posterior pré -adesão das empresas nas condições fixadas no n.º 2 do anexo A;

c) Ser sustentado por um plano de acção conjunto adequadamente fundamentado nos termos da estrutura definida no n.º 1 do anexo A;

d) Identificar pelo menos 50 % das empresas a abranger no projecto conjunto.

3 — No caso dos projectos de cooperação, para além das condições referidas no n.º 1, devem ainda ser explicitados os factores que induziram à opção pela modalidade de cooperação.

4 — Em casos devidamente justificados, o prazo de execução do projecto poderá ser prorrogado por um período máximo de um ano, com excepção do projecto simplificado de inovação (Vale Inovação) em que o prazo de execução do projecto poderá apenas ser prorrogado por um período máximo de seis meses.

5 — Além das condições de elegibilidade do projecto previstas no artigo 12.º do enquadramento nacional, os serviços de consultoria de apoio à inovação, objecto de apoio através do projecto simplificado de inovação, devem apenas incluir despesas posteriores à data da candidatura, realizadas por um período máximo de um ano, e corresponder a uma despesa mínima elegível de € 5000.

#### Artigo 12.º

##### **Despesas elegíveis**

1 — Consideram -se elegíveis as seguintes despesas:

a) Activo fixo tangível:

i) Aquisição de máquinas e equipamentos específicos e exclusivamente destinados às áreas da gestão, da comercialização e *marketing*, da distribuição e logística, do *design*, da qualidade, da segurança e saúde no trabalho, do controlo laboratorial, da eficiência energética e energias renováveis, do ambiente, em particular os de tratamento de águas residuais, emissões para a atmosfera, resíduos, redução de ruído e de introdução de tecnologias eco-eficientes para a utilização sustentável de recursos naturais;

ii) Aquisição de equipamentos informáticos relacionados com o desenvolvimento do projecto;

iii) *Software standard* e específico, relacionado com o desenvolvimento do projecto;

iv) Aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas em matéria de ambiente, incluindo, no caso do sector dos transportes, os custos suplementares de aquisição de veículos com um nível de protecção do ambiente superior ao exigido pelas normas comunitárias;

b) Activo fixo intangível, constituído por transferência de tecnologia através da aquisição de direitos de patentes, licenças, «saber -fazer» ou conhecimentos técnicos não protegidos por patente, sendo que no caso de empresas não PME estas despesas não poderão exceder 50 % das despesas elegíveis do projecto;

c) Outras despesas de investimento:

i) Despesas com a intervenção de técnicos oficiais de contas ou revisores oficiais de contas, previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º;

ii) Estudos, diagnósticos, auditorias e planos de *marketing* associados ao projecto de investimento;

iii) Investimentos na área de eficiência energética e energias renováveis, nomeadamente assistência técnica, auditorias energéticas, testes e ensaios;

iv) Custos associados aos pedidos de direitos de propriedade industrial identificados na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º, designadamente taxas, pesquisas ao estado da técnica, anuidades e honorários de consultoria em matéria de propriedade industrial;

v) Despesas relacionadas com a promoção internacional, designadamente alugueres de equipamentos e espaço de exposição, contratação de serviços especializados, deslocações e alojamento e aquisição de informação e documentação específica relacionadas com a promoção internacional que se enquadrem no âmbito das seguintes acções:

1) Acções de prospecção e presença em mercados externos, designadamente prospecção de mercados, participação em concursos internacionais, participação em certames internacionais nos mercados externos, acções de promoção e contacto directo com a procura internacional;

2) Acções de promoção e *marketing* internacional, designadamente concepção e elaboração de material promocional e informativo e concepção de programas de *marketing* internacional;

vi) Despesas associadas a investimentos de conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal, bem como os custos associados a implementação de planos de igualdade;

vii) Despesas inerentes à certificação dos sistemas, produtos e serviços referidos nas alíneas e), f), g) e m) do n.º 1 do artigo 5.º, nomeadamente despesas com a entidade certificadora, assistência técnica específica, ensaios e dispositivos de medição e monitorização, calibrações, bibliografia e acções de divulgação;

viii) Despesas inerentes à implementação de sistemas de gestão pela qualidade total e à participação em prémios nacionais e internacionais;

ix) Implementação de sistemas de planeamento e controlo;

x) Despesas inerentes à obtenção do rótulo ecológico e à certificação e marcação de produtos;

xi) Despesas com a criação e desenvolvimento de insígnias, marcas e colecções próprias;

xii) Registo inicial de domínios e *fees* associados à domiciliação da aplicação em entidade externa, adesão a *marketplaces* e outras plataformas electrónicas, criação e publicação de catálogos electrónicos de produtos e serviços, bem como a inclusão e ou catalogação;

xiii) Custo, por um período até 24 meses, com a contratação de um máximo de dois novos quadros técnicos a integrar por PME, com nível de qualificação igual ou superior a VI, nos termos definidos no anexo II da Portaria n.º 782/2009, de 23 de Julho, necessários à implementação do projecto;

xiv) Investimentos em formação de recursos humanos no âmbito do projecto de acordo com o regulamento específico dos apoios à formação profissional.

2 — No que se refere a projectos conjuntos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º e para as entidades promotoras são ainda elegíveis as despesas com:

a) Acções de divulgação e sensibilização com vista a induzir a participação de PME no projecto conjunto;

b) Acções de acompanhamento, incluindo a realização de estudos e outras iniciativas visando o interesse comum;

c) A avaliação dos resultados nas PME participantes em termos de produtividade ou noutros objectivos específicos consoante a tipologia dos projectos abrangidos;

d) Acções de divulgação e disseminação de resultados;

e) Custos com pessoal da entidade promotora afectos às actividades descritas nas alíneas anteriores, até ao limite de 5 % dos outros custos elegíveis do projecto conjunto.

3 — As despesas em investimentos em activo fixo tangível referidos na alínea *a)* do n.º 1 são elegíveis se justificadas para intervenção em factores dinâmicos de competitividade referidos no artigo 5.º, não podendo incluir máquinas e equipamentos afectos às áreas produtivas e ou operacionais.

4 — As despesas referidas no n.º 2 não poderão representar mais de 15 % das despesas elegíveis totais do projecto.

5 — No caso de projectos simplificados de inovação, apenas são elegíveis as despesas com a aquisição de serviços de consultoria de apoio à inovação a entidades do SCT previamente qualificadas.

6 — As aquisições previstas na subalínea *iii)* da alínea *a)* e na alínea *b)* do n.º 1 têm de ser efectuadas a terceiros em condições de mercado, não podendo o adquirente exercer controlo sobre o vendedor, ou o inverso.

7 — Para efeito do disposto nos números anteriores, apenas são considerados elegíveis os valores declarados pelo promotor e que sejam considerados adequados tendo em conta a sua razoabilidade, podendo os órgãos de gestão definir limites à elegibilidade de despesas e condições específicas de aplicação.

8 — Para determinação do valor das despesas elegíveis comparticipáveis, é deduzido o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sempre que o promotor seja sujeito passivo desse imposto e possa exercer o direito à respectiva dedução.

#### Artigo 13.º

##### **Despesas não elegíveis**

Constituem despesas não elegíveis, para além das consideradas no artigo 14.º do enquadramento nacional, nomeadamente, as seguintes:

- a)* Transacções entre entidades participantes nos projectos;
- b)* Despesas de funcionamento da entidade promotora relacionadas com actividades de tipo periódico ou contínuo;
- c)* Despesas referentes a investimentos directos no estrangeiro que visem a aquisição ou constituição de sociedades ligadas à criação ou funcionamento de redes de distribuição no exterior.

#### Artigo 14.º

##### **Natureza dos incentivos**

O incentivo a conceder assume a forma de incentivo não reembolsável até aos limites fixados no n.º 1 do artigo 16.º do presente Regulamento, podendo ainda ser utilizados mecanismos complementares de incentivo, nomeadamente a prestação de garantia de financiamento bancário e a bonificação total ou parcial de juros e de comissões de garantia.

#### Artigo 15.º

##### **Taxas máximas de incentivo**

1 — Com excepção do projecto simplificado de inovação, previsto na alínea *d)* do n.º 1 do artigo 6.º, e das despesas previstas na subalínea *xiv)* da alínea *c)* do artigo 12.º, o incentivo a conceder é calculado através da aplicação às despesas elegíveis de uma taxa base máxima de 40 %, a qual poderá ser acrescida das seguintes majorações:

- a)* Majoração «Tipo de empresa» de 5 pontos percentuais (p.p.), a atribuir a pequenas empresas;
- b)* Majoração «Tipo de despesa» atribuída da seguinte forma:

i) 5 p.p., para médias empresas, aplicável às despesas elegíveis previstas na alínea c) do artigo 12.º, com excepção das despesas previstas na subalínea *xiii*);

ii) 10 p.p., para pequenas empresas, acumulável com a majoração referida na alínea a), e 5 p.p., para médias empresas, aplicável às despesas elegíveis previstas na subalínea *iv*) da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º;

c) Majoração «Tipo de estratégia» de 5 p.p., a atribuir quando os projectos se inserirem em estratégias de eficiência colectiva nos termos definidos no n.º 2 do artigo 7.º do enquadramento nacional, excepto para as despesas previstas na subalínea *iv*) da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º e para as médias empresas, quando se trate de despesas previstas nas alíneas a) e b) e na subalínea *xiii*) da alínea c) do n.º 1 do artigo 12.º

2 — O incentivo a conceder às despesas elegíveis referidas nos n.os 2 e 5 do artigo 12.º é calculado através da aplicação de uma taxa máxima de 75 %.

3 — A taxa de incentivo a conceder às despesas elegíveis referidas na subalínea *xiv*) da alínea c) do n.º 1 do artigo 12.º é a que consta do regulamento específico dos apoios à formação profissional.

#### Artigo 16.º

##### **Limites do incentivo**

1 — Os limites máximos do incentivo a conceder são:

a) No que se refere aos projectos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 6.º, € 400 000 por projecto;

b) No que se refere aos projectos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º, o limite será obtido pela seguinte fórmula: € 180 000 × número de empresas participantes;

c) No que se refere aos projectos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º, € 25 000 por projecto, sendo que o incentivo máximo atribuído a cada promotor no âmbito da presente modalidade de projecto e no âmbito do vale I&DT, previsto no regulamento do sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico, não poderá ultrapassar, no seu conjunto, o montante de € 200 000, por um período de três anos.

2 — São concedidos ao abrigo do regime de auxílios *de minimis*:

a) Os apoios concedidos aos investimentos previstos na subalínea *v*) da alínea c) do n.º 1 do artigo 12.º, relativos à participação em feiras ou exposições;

b) O incentivo relativo às despesas previstas na subalínea *iv*) da alínea c) do n.º 1 do artigo 12.º;

c) Os investimentos realizados nas NUTS II Região de Lisboa e Algarve, bem como os realizados no sector dos transportes relativos a despesas previstas na alínea a), com excepção da sua subalínea *iv*), na alínea b) e na subalínea *xiii*) da alínea c) do n.º 1 do artigo 12.º;

d) Os apoios concedidos a não PME no âmbito dos projectos conjuntos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º

3 — O incentivo global atribuído às empresas, com excepção do Vale Inovação e dos apoios aos investimentos previstos na subalínea *xiv*) da alínea c) do n.º 1 do artigo 12.º, não poderá exceder os limites comunitários e as taxas máximas, expressas em equivalente subvenção bruta (ESB), definidas no n.º 1 do artigo 16.º do enquadramento nacional.

4 — Os incentivos atribuídos poderão ser objecto de redução, nos termos a definir pelo órgão de gestão, em resultado do incumprimento de condições contratualmente estabelecidas, nomeadamente as relativas ao calendário de execução dos projectos.

#### Artigo 17.º

### **Cumulação de incentivos**

1 — Para as mesmas despesas elegíveis, os incentivos concedidos ao abrigo do presente Regulamento não são cumuláveis com quaisquer outros da mesma natureza.

2 — No caso de um projecto beneficiar de incentivos de outra natureza, o incentivo total acumulado deverá respeitar os limites comunitários aplicáveis.

#### **Artigo 18.º**

### **Apresentação de candidaturas**

1 — A apresentação de candidaturas ao SI Qualificação PME processa -se através de concursos.

2 — As candidaturas são enviadas pela Internet através de formulário electrónico disponível no Portal «Incentivos QREN».

#### **Artigo 19.º**

### **Avisos de abertura de concursos para apresentação de candidaturas**

1 — Os avisos de abertura de concursos devem estabelecer obrigatoriamente:

- a) Os objectivos e as prioridades visadas;
- b) A tipologia dos projectos a apoiar;
- c) O âmbito territorial;
- d) Os prazos para apresentação de candidaturas;
- e) A metodologia de apuramento do mérito do projecto;
- f) A data limite para a comunicação da decisão aos promotores;
- g) O orçamento de incentivos a conceder.

2 — Os avisos de abertura de concursos podem ainda definir, em função das prioridades, outras regras específicas, nomeadamente:

- a) Limites aos sectores de actividade beneficiários;
- b) Limite ao número de candidaturas apresentadas por promotor;
- c) Ajustamento das condições de elegibilidade estabelecidas no presente Regulamento;
- d) Regras específicas para os projectos conjuntos ou de cooperação;
- e) Regras e limites à elegibilidade de despesa, em função das prioridades e objectivos fixados em cada concurso;
- f) Novas despesas não elegíveis;
- g) Restrições nas condições de atribuição de incentivos, nomeadamente naturezas, taxas e montantes mínimos e máximos.

3 — No caso dos projectos conjuntos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º, as candidaturas podem, durante o processo de análise, ser objecto de redução quanto ao número de empresas participantes e ao custo total do investimento.

4 — No caso específico de concursos não financiados por fundos comunitários, os respectivos avisos de abertura podem ainda definir adaptações ao modo de apresentação de candidaturas, processo de decisão e modelo de gestão.

5 — A abertura dos concursos será objecto de programação através de um plano anual a aprovar por despacho conjunto dos ministros coordenadores das comissões ministeriais de coordenação do Programa Operacional Factores de Competitividade e dos Programas Operacionais Regionais.

6 — Os avisos de abertura são definidos pelos órgãos de gestão competentes, ouvida a comissão de selecção, sendo divulgados através dos seus respectivos sítios na Internet e no Portal «Incentivos QREN».

#### Artigo 20.º

##### **Seleção e hierarquização dos projectos**

1 — Os projectos, com excepção dos projectos simplificados de inovação, serão avaliados através do indicador de mérito do projecto (MP), em função de um conjunto de critérios de selecção, e com base em metodologia de cálculo definida no aviso de abertura de concurso.

2 — Os critérios de selecção referidos no número anterior serão fixados em despacho dos ministros coordenadores das comissões ministeriais de coordenação do Programa Operacional Factores de Competitividade e dos Programas Operacionais Regionais.

3 — Os projectos são ordenados por ordem decrescente em função do MP e, em caso de igualdade, em função da data de entrada da candidatura.

4 — Os projectos são seleccionados com base na hierarquia definida no número anterior, até ao limite orçamental definido no aviso de abertura do concurso, sem prejuízo de o referido limite poder ser reforçado, por decisão da autoridade de gestão.

5 — A selecção dos projectos simplificados de inovação é efectuada por ordem crescente da dimensão da empresa, medida pelo número de trabalhadores, até ao limite orçamental definido no aviso de abertura de concurso, sem prejuízo de o referido limite poder ser reforçado, por decisão da autoridade de gestão e, em caso de igualdade, em função da data de entrada da candidatura, podendo o aviso estabelecer factores ponderadores deste critério.

#### Artigo 21.º

##### **Estruturas de gestão**

1 — Na gestão deste sistema de incentivos intervêm:

a) Os órgãos de gestão, entidades que asseguram a abertura de concursos, a decisão final sobre a concessão dos incentivos, o seu controlo e o seu financiamento;

b) A comissão de selecção, que emite parecer sobre as aberturas de concursos e sobre as propostas de decisão de financiamento;

c) Os organismos intermédios, entidades que asseguram a análise dos projectos, a contratação dos incentivos e o controlo e acompanhamento da sua execução, bem como a interlocução com o promotor;

d) As comissões de coordenação e desenvolvimento regional, entidades que asseguram a apreciação do mérito do projecto em termos do seu contributo para a competitividade regional e para a coesão económica territorial.

2 — Os órgãos de gestão correspondem, no caso de financiamento através de fundos estruturais, às autoridades de gestão dos programas operacionais do QREN definidas no anexo C ao presente Regulamento e do qual faz parte integrante, podendo, no caso de utilização de outras fontes de financiamento, corresponder a outras entidades identificadas nos respectivos avisos de abertura dos concursos.



3 — Os organismos intermédios são:

- a) A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, E. P. E.) para os projectos com investimentos maioritariamente relacionados com a área da internacionalização;
- b) O Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal, I. P.), para os restantes projectos do turismo;
- c) O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.), para os restantes projectos.

4 — A comissão de selecção é composta pelo órgão de gestão competente, que preside, e representantes de todos os outros órgãos de gestão e organismos intermédios envolvidos na gestão do SI Qualificação PME.

#### Artigo 22.º

##### **Processo de decisão**

1 — As candidaturas são distribuídas de forma automática pelo sistema de informação aos órgãos de gestão e aos organismos intermédios competentes.

2 — À excepção dos projectos simplificados de inovação o processo de decisão decorre segundo os seguintes trâmites:

- a) O organismo intermédio assume a coordenação dos contactos com o promotor e envia ao órgão de gestão competente, no prazo máximo de 40 dias úteis, incluindo o período de eventuais esclarecimentos referidos na alínea b), a contar da data de encerramento de cada concurso, parecer sobre as candidaturas;
- b) No decorrer da avaliação das candidaturas podem ser solicitados ao promotor, de uma única vez, esclarecimentos complementares, a prestar no prazo de 10 dias úteis, decorridos os quais a ausência de resposta significará a desistência da candidatura;
- c) O órgão de gestão competente submete à apreciação da comissão de selecção a proposta de decisão suportada nos pareceres emitidos pelos organismos intermédios;
- d) O órgão de gestão competente decide a atribuição do incentivo, sendo o promotor notificado da decisão que recaiu sobre a candidatura no prazo máximo de 60 dias úteis após a data de encerramento de cada concurso;
- e) Nas situações definidas pelas comissões de coordenação ministerial e nos termos por elas fixados, as decisões dos órgãos de gestão referidas na alínea d) carecem de homologação ministerial;
- f) Os promotores de projectos não apoiados podem apresentar alegações contrárias no prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da notificação estabelecida na alínea d);
- g) Um projecto não apoiado que, em resultado da reapreciação da candidatura nos termos da alínea anterior, venha a obter uma pontuação que teria permitido a sua inclusão no conjunto dos projectos seleccionados será considerado seleccionado e apoiado no âmbito do concurso a que se candidatou.

3 — A atribuição do incentivo aos projectos simplificados de inovação é decidida pelo órgão de gestão competente, sendo o promotor notificado da decisão que recaiu sobre a candidatura no prazo máximo de 20 dias úteis após a data de encerramento de cada concurso.

4 — Quando estiverem reunidas condições técnicas para tal, são utilizados meios de comunicação electrónicos nas diferentes fases do processo de decisão, bem como nas fases de contratualização dos incentivos e de acompanhamento, avaliação e controlo.

5 — As alegações contrárias referidas na alínea f) do n.º 2 e os pedidos de ajustamento serão decididos num período de tempo que possibilite a comunicação da decisão ao promotor no prazo máximo de 45 dias.

#### Artigo 23.º

##### **Formalização da concessão do incentivo**

1 — A concessão do apoio é formalizada através de contrato a celebrar entre o promotor ou promotores e o organismo intermédio, mediante uma minuta tipo devidamente aprovada.

2 — Após a comunicação da decisão de aprovação, o promotor tem um prazo de 20 dias úteis para celebração do contrato de concessão do incentivo, o qual, com excepção do projecto simplificado de inovação, poderá ser prorrogado por igual período desde que o promotor apresente justificação fundamentada ao organismo intermédio.

3 — A não celebração do contrato por razões imputáveis aos promotores, no prazo referido no número anterior, determina a caducidade da decisão de concessão de incentivo.

#### Artigo 24.º

##### **Obrigações das entidades beneficiárias**

Além dos requisitos previstos no artigo 13.º do enquadramento nacional, os beneficiários ficam ainda sujeitos às seguintes obrigações:

- a) Executar o projecto nos termos e prazos fixados no contrato;
- b) Demonstrar o cumprimento das obrigações legais, designadamente as fiscais e para com a segurança social;
- c) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, todos os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, controlo e auditoria;
- d) Comunicar ao organismo intermédio as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do projecto;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade;
- f) Manter a situação regularizada perante a entidade pagadora do incentivo;
- g) Manter a contabilidade organizada de acordo com a regulamentação aplicável;
- h) Manter na entidade beneficiária, devidamente organizado em *dossier*, todos os documentos susceptíveis de comprovar as informações, declarações prestadas no âmbito do projecto e de fundamentar as opções de investimentos apresentadas, bem como todos os documentos comprovativos da realização das despesas de investimento, o qual poderá ser consultado a qualquer momento pelos organismos intervenientes no processo de análise, acompanhamento e fiscalização dos projectos, sendo que no caso de projectos financiados com fundos estruturais, este *dossier* tem de ser mantido até três anos após a data de encerramento do respectivo programa financiador, podendo os contratos de concessão de incentivos definir prazos superiores;
- i) Quando aplicável, cumprir os normativos em matéria de contratação pública relativamente à execução dos projectos;
- j) Publicitar os apoios atribuídos nos termos da regulamentação e regras aplicáveis.

#### Artigo 25.º

##### **Acompanhamento e controlo**

1 — Sem prejuízo de outros mecanismos de acompanhamento e controlo que venham a ser adoptados, o acompanhamento e a verificação do projecto são efectuados nos seguintes termos:

a) A verificação financeira do projecto tem por base uma «declaração de despesa do investimento» apresentada pelo beneficiário, certificada por um revisor oficial de contas (ROC), excepto para os pedidos de pagamento com despesa elegível inferior a € 200 000 ou para os beneficiários não sujeitos à «certificação legal de contas», casos em que, por opção deste, esta certificação pode ser efectuada por um técnico oficial de contas (TOC), a qual confirma a realização das despesas de investimento, que os documentos comprovativos daquelas se encontram correctamente lançados na contabilidade e que o incentivo foi contabilizado nos termos legais aplicáveis;

b) As verificações físicas e técnicas do projecto são efectuadas pelo organismo intermédio, confirmando que o investimento foi realizado e que os objectivos foram atingidos pelo beneficiário nos termos constantes do contrato.

2 — A verificação dos projectos de investimento por parte do organismo intermédio ou pelo sistema de controlo e avaliação interno do órgão de gestão poderá ser feita em qualquer fase de execução do projecto e após a respectiva conclusão.

#### Artigo 26.º

##### **Resolução do contrato**

1 — O contrato de concessão de incentivos pode ser resolvido unilateralmente desde que se verifique uma das seguintes condições:

a) Não cumprimento, por facto imputável à entidade beneficiária das suas obrigações, bem como dos objectivos do projecto, incluindo os prazos relativos ao início da realização do investimento e sua conclusão;

b) Não cumprimento, por facto imputável à entidade beneficiária, das respectivas obrigações legais e fiscais;

c) Prestação de informações falsas sobre a situação da entidade beneficiária ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e acompanhamento dos investimentos.

2 — A resolução do contrato implica a devolução do incentivo já recebido, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da sua notificação, acrescido de juros calculados à taxa indicada no contrato de concessão de incentivos.

3 — Quando a resolução se verificar pelo motivo referido na alínea c) do n.º 1, a entidade beneficiária não poderá beneficiar de quaisquer apoios pelo período de cinco anos.

#### Artigo 27.º

##### **Enquadramento comunitário**

O SI Qualificação PME respeita o Regulamento (CE) N.º 800/2008, de 6 de Agosto, relativo ao Regulamento Geral de Isenção por Categoria, excepto no caso de despesas enquadradas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios *de minimis*, quando assinalado.

#### ANEXO A

##### **Projecto conjunto**

1 — Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º o plano de acção conjunto deve conter as seguintes informações:

a) Tipologia e área de intervenção nas empresas;

- b) Metodologia de intervenção nas empresas;
- c) Competências externas necessárias ao desenvolvimento do projecto, identificando, quando for o caso, as entidades especializadas a subcontratar;
- d) Actividades de sensibilização e divulgação do programa tendo em vista assegurar a adesão das empresas ao programa;
- e) Tarefas de acompanhamento das empresas na fase da execução dos projectos;
- f) Actividades de avaliação dos resultados dos projectos nas empresas;
- g) Plano de divulgação de resultados e de disseminação de boas práticas;
- h) Custos globais do projecto conjunto, identificando os custos comuns subdivididos em custos comuns indivisíveis (divulgação, acompanhamento, avaliação e disseminação, custos com pessoal da entidade promotora) e os custos comuns distribuíveis pelas empresas (consultoria e assistência técnica contratada conjuntamente pelo promotor) e os custos a incorrer individualmente por cada empresa (adaptações ou aquisição de serviços específicos de cada empresa);
- i) Financiamento do custo global identificando a parcela a suportar pelas empresas, a parcela a suportar pela entidade promotora (não obrigatória) e a parcela a suportar pelo sistema de incentivos.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a)* do n.º 2 do artigo 11.º o acordo de pré -adesão das empresas deve fixar os seguintes elementos:

- a) Tipo de projecto e sua descrição;
- b) Regime legal do sistema de incentivos que enquadra a iniciativa;
- c) Condições a preencher pelas empresas e pelos projectos;
- d) Prazo de apresentação de candidaturas;
- e) Custo total do projecto a suportar por cada empresa participante;
- f) Condições de pagamento dos custos pelas empresas participantes;
- g) Obrigações solidárias e individuais em que as empresas incorrerão no desenvolvimento de projectos.

## ANEXO B

### Situação económica e financeira equilibrada

1 — Para efeitos do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 10.º do presente Regulamento, considera -se que as entidades participantes nos projectos, à excepção dos organismos públicos e dos promotores dos projectos previstos na alínea *d)* do n.º 1 do artigo 6.º, possuem uma situação económico-financeira equilibrada quando apresentem uma situação líquida positiva, no caso de entidades privadas do SCT e associações empresariais, e um rácio de autonomia financeira não inferior a 0,15 nas restantes situações.

2 — A autonomia financeira referida no número anterior é calculada através da seguinte fórmula:

$$AF = \frac{CP_e}{AL_e}$$

em que:

*AF* — autonomia financeira;

*CPe* — capital próprio da empresa, incluindo novas entradas de capital (capital social, consolidação de suprimentos e prestações suplementares de capital) que não se enquadrem na definição de passivo financeiro, a realizar até à data da celebração do contrato de concessão de incentivos;

*ALe* — activo líquido da empresa.

3 — Para o cálculo dos indicadores referidos no n.º 1 será utilizado o balanço referente ao final do exercício anterior ao da data de candidatura e, no caso de insuficiência de capital próprio, um balanço intercalar posterior, certificado por um ROC no caso de beneficiários sujeitos à «certificação legal de contas», ou subscrito por um TOC nas restantes situações, reportado a uma data até ao momento de celebração do contrato de concessão de incentivos.

4 — Em casos devidamente justificados e fundamentados, é admissível a apresentação de um balanço corrigido, através do qual se contemplem as especificidades relacionadas com práticas habituais no mercado, nomeadamente no que se refere a situações caracterizadas por ciclos de produção longos ou resultantes de concursos públicos.

5 — As empresas com início de actividade nos seis meses anteriores à data da candidatura, ou cujo início de actividade seja coincidente com o ano de apresentação da candidatura, em substituição do cumprimento do n.º 1, devem demonstrar capacidade de financiamento do projecto com capitais próprios, igual ou superior a 20 % das despesas elegíveis.

6 — Para efeitos do disposto no número anterior pode ser adicionado aos capitais próprios o auto-financiamento gerado durante a realização do projecto.

7 — Considera -se que as entidades beneficiárias dos projectos previstos na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 6.º, possuem uma situação económico-financeira equilibrada quando apresentem uma situação líquida positiva, comprovada nos termos acima definidos.

## ANEXO C

### Identificação dos órgãos de gestão

1 — Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do presente Regulamento, o órgão de gestão competente, que assegura o co-financiamento dos investimentos localizados nas regiões Norte, Centro e Alentejo, quando estão em causa fundos estruturais, é o seguinte:

*a*) Órgão de gestão do Programa Operacional Factores de Competitividade, para:

*a1*) Projectos conjuntos, excepto os previstos na subalínea *b1*) da alínea *b*);

*a2*) Projectos de cooperação, excepto os previstos na subalínea *b2*) da alínea *b*);

*a3*) Projectos individuais e projectos simplificados de inovação realizados por empresas de média dimensão e por empresas de micro ou pequena dimensão, no caso de projectos localizados em mais do que uma região de convergência NUTS II;

*b*) Órgão de gestão de cada um dos Programas Operacionais Regionais, para:

*b1*) Projectos conjuntos, desde que a localização do investimento tal como definido na alínea *a*) do n.º 3 esteja concentrado em apenas uma das regiões NUTS II do Norte, Centro ou Alentejo;

*b2*) Projectos em cooperação, quando realizados por micro e pequenas empresas, na respectiva NUTS II;

*b3*) Projectos individuais e projectos simplificados de inovação realizados por micro ou pequenas empresas, na respectiva NUTS II.

2 — Para os investimentos localizados nas regiões de Lisboa e Algarve, quando estão em causa fundos estruturais, o órgão de gestão competente é a respectiva autoridade de gestão do Programa Operacional Regional.

3 — A localização do investimento é determinada da seguinte forma:

- a)* Nos projectos conjuntos corresponde à região NUTS II onde se localizem as empresas participantes;
- b)* Nos projectos de cooperação corresponde à região NUTS II em que se realiza o investimento da empresa ou da líder do consórcio;
- c)* Nos projectos individuais corresponde à região NUTS II onde se realiza o investimento;
- d)* Nos projectos simplificados de inovação corresponde à região NUTS II onde o promotor está sediado.

4 — Nas restantes situações, o aviso de abertura de concurso define o órgão de gestão competente.